

Julho de 2014

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigracao](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago,
Massomba Dominique e
Venancio Dombele

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 “ A taxa de pobreza de 36,6% é uma ficção do Executivo”	1
1.2 Luandenses possuem telemóvel e TV mas andam de candongueiro e nem metade possuem conta bancária	2
1.3 Qualidade de vida atrelada investimentos sociais qualitativos	3
1.4 Como crescer mais e distribuir melhor	5
1.5 Educação. Escola 'Bolinhas' torna-se 'centro' de concentração de marginais	5
1.6 Habitação. Casas precárias são destino de famílias pobres	7
2. MICROFINANÇAS	9
2.1 Cooperativa de Crédito criada na Lunda Norte	9
2.2 Cooperativa de crédito da Lunda-Norte quer maximizar as oportunidades locais	9
2.3 Metade dos luandenses não tem conta bancária	10
2.4 Mulheres querem mais, facilidade no acesso ao crédito	10
2.5 Seguro habitação é preciso	11
2.6 Camponesas querem crédito	11
3. MERCADO INFORMAL	12
3.1 “ Acreditamos nos que recolhemos”	12
3.2 Vendedores choram negócio perdido	13
3.3 Ex-militares recemem motorizadas de táxi	14
3.4 Kitanda da Tourada aposta na bebedeira	14
3.5 Administração reuniu com vendedores	16
3.6 Rua do Matador no Morro Bento é mercado informal	16
3.7 Unificado combate os usurpadores	17
3.8 Venda ilegal de medicamentos persiste nos mercados	17
3.9 Acessos a hospital transformados em mercado	18
3.10 Comercio de sucata prospera no mercado informal	19
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	21
4.1 Geral do Estado com oposição fora da sala	21
4.2 MPLA aprova sozinho a Conta Geral do Estado	22
4.3 Ministério das finanças anuncia cortes os orçamentos a locados às províncias	23
4.4 OGE melhora no social	24
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	26
5.1 Luanda projecta nova estrutura administrativa	26
5.2 Autoridades tradicionais querem estatuto próprio	26
5.3 Eleições autárquicas em Angola	27
5.4 « Temos uma sociedade civil bem fraca e sem participação»	28
5.5 Governo do Namibe acusado de ameaçar independência dos sobas	29
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	31

6.1	Habitação. Atraso na entrega de casas 'irrita' jovens do Cuanza-Sul	31
6.2	imobiliário na ordem dos 19%	31
6.3	Milhares de casas na Centralidade da Quilemba	32
6.4	Centralidade do Dundo sem data para inauguração	33
6.5	Seguro habitação é preciso	34
6.6	Funcionários públicos recebem moradia	35
6.7	Desenvolvimento de Luanda passa por dez eixos centrais	35
6.8	General “Dinguaza” nega usurpação de terreno dos camponeses no Benfica	37
6.9	Habitação. Casas precárias são destino de famílias pobres	38
6.10	Falta de garantias trava créditos bancários	39
6.11	Kilamba: cidade ou centralidade?	39
6.12	Município de Luanda	41
6.13	Nova Vida, velhos problemas	41
6.14	Mulheres pedem redução	42

7. TERRA

43

7.1	Invasão de Terrenos para construção habitacional ameaça agricultura	43
7.2	SOS Habitat solta grito contra demolições	44
7.3	Terra é atribuída às pessoas disponíveis	46
7.4	Benguela vende terrenos	47
7.5	Moradores do Margoso querem realojamento condigno	47
7.6	Namkwang acusada de borla por cidadã de endossar culpa à Sonangol	49
7.7	Recomendada melhor distribuição das terras	50
7.8	Agrovilas nascem nas urbanizações	51
7.9	General “Dinguaza” nega usurpação de terreno dos camponeses no Benfica	51
7.10	Militares que ocupam terrenos ilegalmente tem os dias Contados	53
7.11	Administração local realoja famílias	53
7.12	Família Tavares afirma ser proprietários do terreno no Musseque Capari	54
7.13	Isaac dos Anjos defende construção dirigida	55
7.14	Mulher quitandeira quer mercados mais limpo	56
7.15	Os Tavares e o muceoue capari	56
7.16	Avançam as obras e aumentam as casas de chapa	57
7.17	Obras na reserva fundiária arrancam ainda este ano	58

8. SERVIÇOS BÁSICOS

59

8.1	Complexo do Panguila continua a crescer	59
8.2	Delegação avalia projectos	59
8.3	Lixeira chega na porta dos armanazéns	59
8.4	A realidade do Caienga um mundo de 600 toneladas de lixo das	60
8.5	Abastecimento de água considerado diminuto	60
8.6	Água a gota-gotas remete-nos à idade média	61
8.7	‘Não haverá para Malucos’	62
8.8	Por uma Luanda mais limpa	63
8.9	Mais municípios com água potável	64
8.10	A urgência da criação do ministério da água distribuição e saneamento pluvial “MADSP”	65
8.11	Oito localidades de necote com água potável	67
8.12	Elisal quer reforço no sistema de limpeza	67
8.13	Cresce o número de beneficiados	68
8.14	Habitantes de Chiungui consomem água potável	68
8.15	Uma comunidade que vive sem os serviços básicos	68
8.16	Extinta equipa gestora da Empresa de Águas	70
8.17	Autoridades tradicionais querem água	70
8.18	Bento Bento	71
8.19	Moradores da comissão do zamba um não têm água há mais de dois meses	71

8.20	Cazenga desenvolve novo modelo	72
8.21	Ministério do Ambiente quer aterros sanitários em todo país	73
8.22	Construção de latrinas em zonas rurais do Bié	73
8.23	Mais água potável em bairros periféricos	73
8.24	Novos contentores de lixo são colocados no Cazenga	74
8.25	Recolha do lixo	74
8.26	Ampliada a rede de água	75
8.27	Água potável há mais de quatro meses	75
8.28	Huambo deverá dispor de 60 milhões de litros de água	76
8.29	Lixo permanece nas ruas de Luanda	77
8.30	Novas empresas das águas começam a operar em 2014	77
8.31	Autoridades da Ingombota pagam a quem recolher lixo	79

9. GÉNERO E VIOLENCIA 80

9.1	Cafunfo. Criminosos espalham o terror na vila diamantífera	80
9.2	Operação "Kutululuka" detém mais de -200 supostos criminosos	80
9.3	Grupo «Os 300» aterroriza Boa-fé	81
9.4	Casamenid do crime com a escuridão	82
9.5	Detidos indivíduos por posse de arma	83
9.6	Desvio e venda de «Kilunzas» municiam crimes violentos	83
9.7	O desenvolvimento e a criminalidade	84
9.8	Polícia apanha rede de ladroes de motas	85
9.9	Um corredor do crime no futungo	85

10. AMBIENTE 88

10.1	Governo quer a inserção de vulneráveis	88
10.2	Seca no Sul do país reduz produção em 40%	88
10.3	Ministério do Ambiente quer aterros sanitários em todo país	89
10.4	Soyo, Para além do gás e do petróleo, a outra realidade também é demasiado cruel	89

11. IMIGRAÇÃO 91

11.1	MAT e MIREX definem estratégias das fronteiras	91
11.2	Imigrantes indocumentados foram expulsos no Cunene	91
11.3	Repatriados aprendem português	91
11.4	Estrangeiros expulsos por entrada ilegal	92
11.5	Repatriados aprendem português	93
11.6	Controlo migratório	93
11.7	Imigração ilegal dá forças à falsificação	94
11.8	Encontro analise imigração ilegal	95
11.9	Congolese são 70% da população nas 65 ilhas habitadas	96

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 “A taxa de pobreza de 36,6% é uma ficção do Executivo”

Jornal Economia e finanças

11 De Julho de 2014

Texto: António Pedro

Porque é que as políticas públicas devem apostar em investimentos sociais de qualidade, particularizando a saúde e a educação?

A educação e a saúde são sectores-chave para o crescimento económico e para o desenvolvimento social de qualquer país. Estes sectores, quando merecem a devida atenção do Estado, geram efeitos difusores de grande alcance.

A educação e a saúde de qualidade de um país não são apenas uma questão de ética e de justiça social que permite beneficiar as pessoas com menos recursos. São um imperativo do desenvolvimento nacional, pois não é possível ter-se uma economia nacional desenvolvida, sem mão-de-obra nacional qualificada e sadia, o que demanda formação e capacitação e saúde de qualidade. Estes dois sectores ganham assim uma importância estratégica para o desenvolvimento socioeconómico 40 países e para a sua afirmação em África e no concerto das nações.

Uma vez que o Relatório Social do CEIC de 2010 já chamava a atenção sobre estes investimentos sociais, o que terá mudado de lá para cá?

Do meu ponto de vista estes dois sectores continuam a ser pouco considerados pelos governantes do país. As verbas alocadas pelo OGE, sendo 6,0% para a educação e 5,2% para a saúde, e a estrutura interna da despesa, nos dois sectores, confirmam isto mesmo e mostram que o País está sujeito a atrasar-se cada vez mais, em relação a outros países, nomeadamente da nossa sub-região. Não creio que tenha havido algum progresso relevante, capaz de produzir um impacto estratégico, a médio prazo, desde 2010, ano em que tínhamos 3,7% do OGE para a saúde e 8,5%, para a educação. Acho que continuamos a assistir a políticas cosméticas nestes dois sectores.

Como contornar o problema da malária, porque continua a matar representando 56% de óbitos, apesar de o Plano Nacional de Desenvolvimento prever que

a taxa de mulheres grávidas que venham a beneficiar de tratamento intermitente e preventivo possa melhorar de 30% para 75% entre 2013 e 2017?

Provavelmente adoptar abordagens mais holísticas, em que a componente do saneamento básico e fornecimento de água canalizada, de forma contínua, deve ser de grande peso na acção de combate ao vector de transmissão da doença, facilitar o acesso a meios repelentes e de protecção, no caso de mosquiteiros, e intensificar a mobilização social junto das comunidades para a fácil identificação dos sintomas da doença e o recurso precoce às unidades médico-sanitárias de base, que devem ser todas dotadas de meios de diagnóstico e tratamento da doença

A despesa per capita na educação aumentou de 33,824,88 Kz, em 2010, para 53.251,70 Kz, em 2013. No entanto, o peso das despesas com educação no OGE caiu de 8,52% para 8,09%, nos respectivos anos. A educação primária e secundária melhorou, ou não?

Sim. É verdade que, em relação à despesa, esses dois subsistemas têm registado aumentos, ainda assim insuficientes. No entanto, a estrutura interna da despesa da educação privilegia o ensino superior. No geral, tem havido um aumento quantitativo, nos diversos subsistemas, com excepção da iniciação, onde existe um retrocesso. Mas muito desse aumento não corresponde ao aumento da população que cresce a um ritmo de 3,2% por ano. E, apesar de uma evolução na construção de infra-estruturas, permanece uma relação, nesses dois subsistemas, incluindo a iniciação, de 120 alunos por sala de aula, o que é revelador do caminho que há ainda a percorrer. Mesmo porque o ensino secundário tem uma fraca incidência no meio rural, o que é uma das fortes razões do estrangulamento que se verifica na passagem do ensino primário para este nível subsequente. Também não se tem avançado quase nada em qualidade do ensino. Temos muitos analfabetos funcionais com diplomas. A reforma educativa não trouxe os resultados esperados.

Acredita na previsão do Governo de redução da taxa de pobreza de 36,6% para 28% até 2017 face às analogias do CEIC?

Para começar, a taxa de pobreza de 36,6% é uma ficção do Executivo, para ficar bem na fotografia.

Mas, mesmo que isso fosse verdade, dificilmente se chegará a uma tal taxa de pobreza, não somente porque as políticas prosseguidas privilegiam os mais ricos, em desfavor dos mais pobres, num país em que o Estado social praticamente não funciona, mas também porque em 2017 vamos ter uma taxa de

crescimento do PIE equivalente a taxa de crescimento da população.

O que está a acontecer para aumento do rácio estudante/docente, no ensino superior privado, a atingir os 50,7 em 2013 contra 25,3 de 2009?

O facto de o rácio estudante/docente no ensino superior privado ter duplicado, nos últimos cinco anos, demonstra que houve um crescimento desequilibrado entre o número de matrículas e o número de docentes. Isso quer dizer que a expansão da rede privada tem visado o acesso massivo de novos estudantes mas descorado o investimento necessário na contratação de novos docentes, tendência que deixa entrever, até certo ponto, o carácter meramente comercial de parte considerável das instituições de ensino superior privadas. Pode-se dizer, com efeito, que continua a existir uma dependência das instituições de ensino superior privadas em relação aos docentes da rede pública, nas quais lecionam em regime de colaboração. Pois, embora se tenha registado um crescimento global na ordem dos 60% do número de docentes no ensino superior, esse crescimento ocorreu no sentido inverso, tendo em conta que o desequilíbrio se deu em favor do ensino superior público, e não do privado, cujo crescimento da população estudantil sempre foi maior dentro dos limites de 2009- 2013.

1.2 Luandenses possuem telemóvel e TV mas andam de candongueiro e nem metade possuem conta bancária

Jornal O País

11 De Julho de 2014

Texto: Luís Faria

Menos de metade dos luandenses possui conta bancária (apenas 41.9%) mas é elevado, o número dos que gozou férias no ano anterior (63,8%), possui habitação própria (76,6%), telemóvel (84,9%) ou possui televisão na habitação (98%). Estes alguns dos resultados apurados por um estudo da Key Research sobre o estilo de vida dos habitantes da capital do país, 2014' e classificado como pós-census.

O estudo examina vários grupos de itens e de interesses do consumidor. No que toca aos meios de transporte, por exemplo, apura que o principal meio de deslocação utilizado em Luanda é o Táxi/Candongueiro (por 76,9% dos entrevistados). No entanto, apesar de depender ainda substancialmente do candongueiro, 76,6% dos

luandenses tem habitação própria e 19% considera mudar de casa nos próximos 12 meses.

De realçar ainda que 98,5% dos cidadãos de Luanda, de acordo com a amostra, já utilizou produtos de higiene pessoal, nomeadamente sabonetes, dentífricos e cremes.

Proximidade e preço

Quanto aos produtos de higiene do lar 19,5% dos entrevistados diz optar pela proximidade na escolha do local de compra e 15,1% diz que o factor determinante na opção é o preço.

Mais de 90% dos residentes na província de Luanda, de ambos os sexos e de idade superior a 15 anos adquiriram leite nos últimos seis meses, sendo o pó instantâneo o produto mais procurado. Mais de 80% dos entrevistados adquiriam iogurte nos seis últimos meses (o preferido é o iogurte pedaços).

É particularmente significativo, não surpreendendo, que o estudo estime que quase 85% dos cidadãos de Luanda possuem telemóvel, bem como é interessante constatar que 40,2% possui computador em casa, para aceder à Internet, ao trabalho e estudar. Trata -se de um mercado já profundamente digitalizado e necessariamente aberto a inovações e melhoria dos serviços, sendo também de ver nestas plataformas uma fonte de negócio para as empresas.

O estudo faz, por assunto, uma referência aprofundada à notoriedade das marcas, que dará indicações preciosas aos estrategas de negócio e aos marketeers. Destaca as marcas mais conhecidas ao nível dos bancos, seguradoras, operadoras de comunicações, operadoras de televisão, operadoras de rádio, produtores de lactínios, de bebidas energéticas, de sumos, de refrigerantes, de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, de produtos de higiene, de electrodomésticos e electrónicas e de marcas automóveis.

Anselmo, o mais popular

Revela que o músico mais popular na província que alberga a capital é Anselmo Ralph (9,4 % das preferências), seguindo-se Pérola, Yola Araújo, Ari e Nagrelha.

A unidade de pesquisa e estudos de mercado da Keyservices existe desde 2003, tendo a Keysearch sido criada em 2008. Dispõe de um quadro fixo de cerca de 60 elementos, provindos de diferentes áreas de especialidade e já conta com centenas de projectos de pesquisa concluídos com sucesso em diversas áreas.

O trabalho realizado assenta numa amostra de 4.200 consumidores de Luanda com urna margem de erro de cerca de 1,51% para um grau de confiança de 95%. Foram entrevistados cidadãos de Luanda com mais de 15 anos de idade. A entrevista pessoal, 'face to face' foi suportada por um questionário estruturado e os inquiridos foram seleccionados aleatoriamente. Os membros do sexo feminino predominam na amostra (50,2%). Por faixas etárias interpeladas predominam os que têm mais de 15 e menos de 19 anos e aqueles com idade superior a 45 anos.

1.3 Qualidade de vida atrelada a investimentos sociais qualitativos

Jornal Economia e Finanças

11 De Julho de 2014

Texto: António Pedro

Um dos padrões para medir a falência de um governo é o grau de sucesso ou fracasso das políticas sociais e de distribuição do rendimento.

A escolha da frase não é aleatória, mas porque o Relatório Social 2013 do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola aborda o assunto da pobreza numa analogia com determinados países.

Em Angola esta exclusão social, material e imaterial, é tema de muita controvérsia, "preocupando autoridades e a sociedade civil", diz o estudo, mas não havendo convergência quanto ao efectivo valor do índice que a mede.

Um medidor aproximado da taxa de pobreza é dado pelo Produto Interno Bruto (PIB) por habitante, pois quanto mais baixo for o seu valor, maior a probabilidade de a taxa de pobreza ser elevada.

O estudo diz que, normalmente, e de acordo com muitas evidências empíricas, é nos países onde este rácio é mais baixo que as desigualdades na distribuição do rendimento são mais expressivas.

Por esta razão, segundo o CEIC, um dos caminhos para se alterar a taxa de pobreza é o do crescimento económico, o que, na prática, se tem verificado em Angola, embora o efeito de contágio sobre os rendimentos da população pobre esteja inquinado pelos mecanismos de "rent seeking" de distribuição da renda petrolífera.

"O PIB por habitante - sem a correcção pela paridade do poder de compra, o parâmetro internacional de ajustamento das grandezas económicas de modo a torna-las comparáveis - passou de 826 USD, em 2002,

para 5.762,50 USD, em 2013, uma progressão média anual de 19,3%, em termos nominais", analisa o CEIC.

Por este motivo é que se pode admitir ter havido uma melhoria dos níveis de vida dos diferentes estratos populacionais no País, ainda que com diferenças assinaláveis entre as classes sociais de maiores posses e rendimentos.

Pobreza prevalece

Apesar do crescimento do PIB per capita verificado nos últimos 12 anos, o CEIC assegura que permanecem situações de pobreza significativa no País, aliás, identificadas no Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP, 2008-2009) do Instituto Nacional de Estatística (INE), que representa o primeiro grande estudo sobre as condições de vida da população.

De acordo com os seus resultados, a taxa de pobreza em 2009 era de 36,6% e quase 60% dos cidadãos nacionais tentavam sobreviver com menos de 2 USD por dia.

Entretanto, o World Development Report 2014 do Banco Mundial apresenta um modelo onde uma das variáveis de caracterização dos países é o Índice de Incidência da Pobreza (Poverty Headcount Ratio, na língua inglesa), uma taxa é comparativa em relação ao total da população.

Neste caso, o valor para Angola é elevado em relação a certos países conforme tabela na página a seguir, com 77,1% da população a sobreviver na linha da pobreza com 2,5 USD por dia, em 2010, em paridade do poder de compra.

No aspecto estritamente prático, segundo o estudo, "se o mínimo para se considerar uma pessoa ou um agregado familiar pobre for de 2,5 USD por dia, então em Angola existia mais de 77% de pessoas nessas condições, o que não deixa de ser relativamente consistente com os dados do IBEP, para 2009".

A taxa de 77% para Angola, supera a de 6,2% da Malásia, de 39,5 da África do Sul (maior economia africana), de 15,1 % do Brasil, 42% dos Camarões, mas menos-mal que a RDC com 97% e o Congo-Brazzaville com 81,8%.

Outro dado de maior interesse para o CEIC é o valor da taxa de pobreza se o rendimento limite fosse de 10 USD/dia, também em paridade do poder de compra, o poder real da moeda com implicância no custo de vida de um indivíduo. É que nesta vertente, até 2010, cerca de 98,9% dos angolanos viviam nessa condição.

Em comparação com demais países, observando dados do estudo, poucos países estariam melhor posicionados que Angola, o que já faz concluir tratar-se de um problema global, embora o Brasil apresentava uma taxa de 64,4%, a Malásia 55,1 %, África do Sul com 79,5% contra cenários piores como da RDC (100%), Moçambique (99,5%), Nigéria (99,8%), Camarões (95,2%).

"Os países de maior concentração de rendimento, em 2010, eram Angola, a RDC, os Camarões, a República do Congo, o Quênia, Moçambique e a Nigéria, onde o limiar de 10 USD, por dia, transformaria, virtualmente, toda a população em pobres", revela o estudo.

N as versões anteriores do Relatório Social, o CEIC explicou que tem uma metodologia que lhe permite, em cada ano, e em função de um pacote de informações económicas e sociais, estimar a taxa de pobreza no País.

Tal exercício foi ajustado pelas novas taxas de crescimento do PIB e da população, que segundo o INE é de 3,2% ao ano - o que, evidentemente, prejudica o valor e a dinâmica de evolução do PIB por habitante, uma das variáveis-chave do modelo do CEIC.

Educação e saúde

Uma das responsabilidades primárias de qualquer Estado moderno é garantir o bem-estar dos seus cidadãos, refere o estudo do CEIC, e a saúde é uma condição necessária para que haja bem-estar.

E por esta razão que os Estados têm gasto somas avultadas de dinheiro para o melhoramento do sistema de saúde dos respectivos países.

O estudo adverte que "na situação em que ainda se encontra o sistema nacional de saúde, compete ao Estado, através do seu Orçamento Geral, garantir a máxima qualidade na prestação de cuidados primários e não primários de saúde", tendo como base o Relatório Social 2012, sobretudo porque as populações não dispõem de rendimentos que lhes possibilite recorrer aos serviços privados de saúde.

O CEIC analisa o fenómeno como preocupante, porque o salário real, que em 2003 era de 10 mil Kz, ficou ligeiramente abaixo do tecto em 2013, um empecilho para despesas do cidadão trabalhador para com a saúde.

Em termos práticos, de acordo com as Contas Nacionais do INE, o salário médio mensal nacional, em 2010, era de 26.117 Kz, um pouco mais de 260 USD (ou 8,7 USD por dia), mas comparado com o salário médio mensal da Função Pública (cerca de

42.337 Kz, em 2010), a diferença é de mais de 16.200 Kz, para menos.

Relativamente aos salários da Função Pública, constata-se, no estudo do CEIC, que "entre 2003 e 2013 o salário real médio mensal variou cerca de 8,9%".

Contudo, e graças ao controlo a inflação - que se reduziu a partir de 2010 de forma sustentada para se situar em 7,7%, em 2013 -, entre 2010 e 2013, "registou-se uma melhoria no poder de compra do salário real, cujo incremento foi de praticamente 4%", insuficiente para os gastos per capita com a saúde.

Neste sentido, quanto as despesas por habitante os dados do Banco Mundial observam que Angola, em termos médios, de 2007 a 2011, gastou em saúde, por habitante, cerca de 173 USD, melhor de que a Nigéria mas pior do que Botswana, Namíbia e África do Sul que apresentam maiores despesas per capita.

O CEIC, usando dados do OGE 2013, estima que os gastos, por habitante, em 2013, foram de 176,18 USD. Recuando no tempo, o perfil histórico de gastos per capita com a saúde demonstra que até 2011, os valores para Angola eram ligeiramente inferiores ao do ano passado, enquanto o Bostuana registava um per capita na saúde de quase 400 USD e a África do Sul de aproximadamente 700 USD.

Quanto às apostas governativas na Educação, o Relatório Social 2013 afirma que apesar de se insistir num fraco investimento neste sector e na distorção da sua estrutura de despesa, "havendo gastos administrativos superiores às áreas de formação académica", a Educação, para além de ser factor incontornável na preparação da mão-de-obra nacional e da sua crescente qualidade, "é também um indicador importante do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)".

Angola, apesar do considerável crescimento do seu Rendimento Nacional Bruto, tem progredido pouco no Índice de Desenvolvimento Humano, situa-se na posição 140, precisamente devido ao baixo índice de escolaridade média que se cifrou nos 4,9%, em 2013.

"A economia de Angola, em termos das suas necessidades de Recursos Humanos, não tem condições internas de crescimento, pois o sistema de educação nacional não produz o número de técnicos necessários a esse crescimento", desafia o estudo, e como justificação, o CEIC assegura que o País tem carência de engenheiros, químicos, biólogos, administrativos, contabilistas, informáticos.

Uma das razões pelas quais a Noruega está em primeiro lugar no IDH é o facto de ter uma alta

escolaridade média, resultado de fortes investimentos na educação, o que lhe permitiu passar de 7º lugar, em 1985, para 4º lugar, em 1995 e para 1.0 lugar a partir de 2002, com disponibilização sustentada de uma média de 7,1% do PIB, ao longo destes anos, sustenta o relatório.

O estudo tem várias advertências, e uma das considerada relevante é que "sempre que um país não coloca as suas prioridades, em termos de despesa pública, na educação e saúde, está a adiar o seu próprio desenvolvimento sustentado, sendo pois a educação um dos pilares da soberania nacional".

I.4 Como crescer mais e distribuir melhor

Novo Jornal

18 De Julho de 2014

Texto: de Davio Filipe

O QUADRO macroeconómico de referência para 2013-2017 estabelece e fundamenta os principais pressupostos para a elaboração dos instrumentos de planeamento de curto e médio prazos, de harmonia com o Despacho Presidencial Interno nº 08/2012, de 2 de Maio, nomeadamente o Plano Nacional de Desenvolvimento para 2013-2017 e o Quadro Fiscal de Médio Prazo para 2013-2017.

O Quadro Macroeconómico de Referência para 2013-2017, define as premissas e metas e - como resultado de uma primeira interacção do processo de busca de consistência, as projecções das contas nacionais, fiscais, monetárias e externas para este período, tendo em atenção a evolução recente da economia internacional e nacional, bem como o quadro macroeconómico estabelecido na Estratégia Angola 2025 e o programa de governação, garantindo, assim, condições para a realização dos objectivos macroeconómicos do Executivo, em geral, e o de "Crescer Mais e Distribuir Melhor", em particular.

O quadro macroeconómico para o período 2013-2017, que a seguir se apresenta, visa preservar a estabilidade macroeconómica e garantir as condições para o crescimento económico, nos próximos cinco anos, e tem como factores determinantes a sustentabilidade das contas públicas e das contas externas.

Nesse quadro, o objectivo da inflação para o período, procurou conciliar a preservação da estabilidade macroeconómica, actuando sobre os factores fiscais, monetários e de custos, de modo que o seu nível se situe abaixo dos dois dígitos, por um lado, com o da convergência macroeconómica definida para os Estados membros da SADC, por outro lado,

acomodando as necessidades de crescimento económico do País.

Para o estabelecimento das projecções do produto, foi tido em conta o objectivo de "Crescer Mais e Distribuir Melhor", em que o sector da economia não petrolífera assume um papel cada vez mais relevante, essencialmente através da Agricultura, Indústria Transformadora, Construção, Energia e Serviços.

A actividade petrolífera apresenta factores de incerteza muito grandes, tanto no que toca aos volumes de produção como ao nível dos preços, tendo-se considerado um perfil de produção, dentro das reservas garantidas, de crescimento moderado, mas contínuo.

Assumindo que o comportamento do sector não petrolífero e demais pressupostos se mantenham iguais, em todos os casos, a evolução do PIB seria a que consta da tabela a seguir.

I.5 Educação. Escola 'Bolinhas' torna-se 'centro' de concentração de marginais

Jornal Agora

18 De Julho de 2014

Texto: Graça Paulo

Na escola, são visíveis os sinais de abandono: o portão de entrada quase não existe; há pequenas moradias a serem erguidas dentro da instituição; o capim está por toda a parte; e, nas salas de aula, observa-se um aglomerado de processos espalhados pelo chão e carteiras em avançado estado de degradação.

De acordo com fontes do Agora, já passaram nove meses desde a paralisação das aulas, sendo que os professores e estudantes foram transferidos para outra escola do mesmo distrito, enquanto se aguarda pelas obras de recuperação, que deveriam ocorrer em 30 dias.

"A informação sobre a reabilitação da escola foi transmitida a todos os encarregados de educação e, na altura, sentimo-nos satisfeitos pela iniciativa, porque nos foi informado de que as melhorias seriam efectuadas apenas durante um mês. Mas, de lá para cá, não há nada de concreto", desabafou a nossa fonte.

REFÚGIO DE ASSALTANTES. Os moradores clamam por uma intervenção urgente, porque o local se tornou no refúgio de marginais para assaltos nocturnos. O único guarda do local, que também presta serviço à Escola Angola e Cuba, não consegue

travar os meliantes que actuam, preferencialmente, à noite na 'Bolinhas'.

"A partir das 19 horas, ninguém circula nos arredores da escola, devido à onda de assaltos que aqui ocorre. O segurança já é de idade avançada e não consegue fazer frente aos assaltantes", afirma Maria Luísa, moradora nas imediações da escola.

Para além da 'Bolinhas', no distrito do Kilamba-Kiáxi, existem outras escolas como a Angola e Cuba, do Cazenga, que se encontra fechada à espera de reabilitação desde 2009, supostamente por um abalo que afectou a estrutura.

No decorrer destes anos, o lixo vem-se 'apossando' do local e agregando jovens que, nas horas mortas, utilizam as instalações para fumar liamba, como revelou uma antiga professora daquela instituição.

"É muito triste o cenário que a escola apresenta, quando esperávamos por uma reabilitação urgente. Os jovens utilizam o espaço para fumar e beber. É lamentável", referiu.

Do contacto que mantivemos com Marcelino Leitão, chefe de Repartição da Educação do Distrito do Kilamba-Kiáxi, soubemos que a reabilitação deste estabelecimento escolar está a cargo da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e, a nível do distrito, apenas a escola 'Bolinhas' espera por uma requalificação de grande envergadura.

"Não sabemos afirmar, ao certo, para quando está previsto o início das obras.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, órgão responsável pela mesma, já esteve no local, fazendo o levantamento para o começo da intervenção".

Enquanto se aguarda pelas obras, vão surgindo novas moradias no interior da 'Bolinhas', ante o olhar sereno e impávido das autoridades e dos responsáveis da Educação na cidade capital.

Corpos dos angolanos mortos por afogamento em Portugal chegam ao país dia 22 Os corpos dos dois estudantes bolseiros angolanos, que morreram por afogamento, no passado domingo (13), numa praia fluvial do Alentejo (sul de Portugal), serão trasladados para o país, na próxima terça-feira (dia 22 de Julho).

Depois de ultrapassados os trâmites legais, a família recebeu a confirmação da transladação dos cadáveres de Dombaxi Malungo, de 37 anos, e de Jorge Natal Cangombe, de 24 anos.

Um dia antes (dia 21), a comunidade angolana em Portugal prestará uma homenagem aos dois estudantes bolseiros, que durante uma missa de corpo presente a ser presidida pela Igreja Cristã Jesus Salvador, da qual eram membros.

Dombaxi Malungo e Jorge Natal, frequentavam o primeiro ano dos cursos de Educação Física e de Gestão de Sistemas de Engenharia de Informação, respectivamente, no Instituto Politécnico de Setúbal, no âmbito de um protocolo com a Universidade de Belas (Angola).

Morreram quando participavam num programa de evangelização da Igreja Cristã Jesus Salvador, que incluiu um culto religioso, momento de preparação evangélica e momento de entretenimento, com um passeio de ensino à cultura ecológica e praia.

Merenda escolar beneficia mais de sete mil alunos em Nharea.

Mais de sete mil alunos do ensino primário estão a beneficiar do programa de merenda escolar, no município de Nharea que dista 170 quilómetros da cidade do Cuíto, província do Bié.

Os dados foram avançados pela Administradora daquela localidade Maria Lúcia Chicapa, que sublinhou, a merenda escolar está a contribuir para a redução de absentismo e insucesso escolar e é um projecto que beneficia 20 escolas do ensino primário nas zonas rurais.

No município da Nharea o programa foi implementado em 2012, para 400 crianças de cinco escolas nos arredores da sede municipal.

Cuanza-Norte com novo dispensário para tuberculose

O governador provincial do Cuanza-Norte Henrique André Júnior, inaugurou nesta quarta-feira um novo dispensário para o diagnóstico e tratamento de doenças infecto contagiosas no município do Quiculungo, visando o reforço do combate à tuberculose e a melhoria da assistência médica medicamentosa aos pacientes.

A infra-estrutura erguida a dois quilómetros da vila com o mesmo nome, conta com duas salas de internamento com cinco camas cada, consultório médico, laboratório, farmácia, entre outras dependências.

O hospital, cujo os custos não foram revelados foi construído no âmbito da municipalização dos serviços de saúde, num prazo de 12 meses, comporta igualmente uma área administrativa e balneários.

A implementação do referido suscitou a satisfação dos munícipes visto que vai permitir aos pacientes infectados pela tuberculose deixarem de ser tratados no mesmo espaço com os doentes de outras enfermidades. Atendendo deste modo doentes das municipalidades de Quiculungo, Banga e Bolongongo.

O projecto "Stop TB" da OMS, que tem como meta a erradicação global da tuberculose até 2015, tem servido de orientação no combate á enfermidade.

Estudantes universitários com novo portal no Sapo

A Sapo Angola, em parceria com a operadora de telemóveis Movicel, lançou, nesta terça-feira, em Luanda, um portal denominado 'Estudante', que visa munir os alunos do Ensino Superior com informações ligadas à área do saber.

De acordo com António Barriga, director-geral da Sapo Angola, a novidade posta à disposição de todos os estudantes do Ensino Superior é de extrema importância, porque poderá dar acesso a informações sobre bolsas de estudo, cursos, explicações de Matemática, Física e Química, ofertas de emprego e apoio escolar.

"É uma ferramenta importante para as instituições de Ensino Superior, porque vai beneficiar os estudantes, já que é um sítio de interactividade a nível das instituições académicas e incentivador do empreendedorismo nas áreas ligadas à formação académica".

O responsável fez saber ainda que o país necessita de quadros competentes que tenham uma boa formação de base, experiência profissional e capacidade de fazer estágios profissionais sem saírem do território nacional.

"O portal 'Estudante' pretende criar uma espécie de praça pública, onde são trocadas impressões entre responsáveis de empresas, universidades e associações estudantis.

1.6 Habitação. Casas precárias são destino de famílias pobres

Jornal Agora

18 De Julho de 2014

Texto: Francisco Bussulo

As mesmas são visíveis em zonas montanhosas, esburacadas e outras construídas entre as árvores frondosas como embondeiros, situação que se justifica dado crescimento demográfico na província e consequentemente o deficit habitacional, nas palavras dos interlocutores.

Catambor, Samba, Balumuca e Paraíso são exemplos de algumas zonas tidas como as de alto risco onde se assiste à construção ciclópica de residências de toda a dimensão arquitectónica, sem a fiscalização da Direcção Provincial das Obras Públicas.

Constatações do Agora mostram por outro lado, que estes bairros não possuem arruamentos, descrição da toponímia legal e as construções das residências não foram delimitadas em ângulos semelhantes. Agrava-se ainda mais a falta de bocas-de-incêndio e insuficiência de arborização na descaracterização dos mesmos, que isola os habitantes das comunidades em franco desenvolvimento como as zonas habitacionais do Zango e das centralidades em Luanda.

Quem conta a realidade de viver em bairros como estes é a cidadã Arlete Kiala residente nas encostas montanhosas da orla marítima de Cacuaco, numa residência de três quartos com os seus dois filhos. Sem escolha por onde construir adquiriu uma parcela de terra naquele espaço baldio por 3 mil Kwanzas há dois anos, por intermédio de um cidadão, que se intitulava como sendo o responsável pelo ordenamento do território a nível municipal, "o que não constituía a verdade".

"Tomei conhecimento que o mesmo era um cidadão, que se dedicava à venda de terreno e designer de croquis de localização assim como a emissão de outros documentos complementares para a legalização de dos espaços adquiridos, mas desde o ano 2012 o mesmo desapareceu sem deixar rasto", fez saber.

Segundo a Direcção Provincial da Fiscalização, os indivíduos que se fazem passar por

funcionários de administrações municipais em Luanda e chegam a vender parcelas de terra nos limites proibidos pelo executivo através da referência legislativa da Lei n° 188° do Código incorrem ao crime de abuso de confiança, sabotagem, crimes contra o estado.

Cidadãos ouvidos pela nossa reportagem dizem que a carência de moradias condignas às famílias carentes, tem levado inúmeros "oportunistas" a ocuparem as reservas fundiárias do Estado, e as parcelas reservadas para a prática de agricultura. A exemplo disto é a ocupação onde se encontra construído o bairro Belo Monte em Cacuaco. Sobre esta realidade o Ministério do Urbanismo e Habitação diz estar preocupado desde o ano de 2012 com os cidadãos, que ressentem o deficit habitacional, tido por muitos como uma das principais causas para a apropriação das reservas fundiárias para a construção de zonas económicas.

João Araújo, arquitecto, conta que o facto revela que este problema se deve também a falta de respostas práticas aos demais cidadãos sem residências próprias e a ineficiente fiscalização daqueles que já possuem residências dentro do âmbito dos projectos habitacionais do Executivo, e voltam a concorrer para requerer outras, prejudicando os demais desabrigados.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Cooperativa de Crédito criada na Lunda Norte

Jornal de Angola

11 De Julho de 2014

Texto: *Victorino Matias e Joaquim*

Aguilar

Os empresários da Lunda Norte criaram uma Cooperativa de Crédito que serve de elo de ligação entre a banca e a classe para viabilizar o acesso ao financiamento.

A cooperativa tem o empresário local Guilherme Canco como presidente e é integrada por 15 outros homens de negócios da província, os quais vão trabalhar na dinamização das iniciativas da organização.

Guilherme Canco disse ao *Jornal de Angola* que o surgimento da cooperativa vai permitir a redução da burocracia na concessão de crédito por parte das agências bancárias.

O presidente traçou ainda, como prioridades do seu mandato, a formação contínua dos empresários pela realização de seminários sobre empreendedorismo, assim como a consolidação e fortalecimento da classe.

O presidente da Câmara de Comércio e Indústria na Lunda Norte, Baptista Muaquesse, disse na ocasião que constituição da Cooperativa de Crédito vai facilitar aos empresários da região obterem financiamentos nos bancos para o relançamento da actividade empresarial.

"Desde a Independência nacional, nunca tivemos uma classe empresarial forte que possa garantir emprego à população e competir com os congéneres do país, porque dependemos sempre da economia diamantífera", afirmou Baptista Muaquesse.

O secretário-geral da Câmara de Comércio e Indústria de Angola, António Gomes, que esteve na Lunda Norte a dirigir seminários sobre ética empresarial, lembrou que um dos princípios do cooperativismo "tem a ver com a gestão democrática, baseada na participação e contribuição com ideias construtivas, propor soluções assim como manter regularmente a quota".

Nesse sentido, pediu aos empresários para fazerem da Cooperativa de Crédito uma imagem de referência, de modo a dinamizarem o empreendedorismo inovador,

gerir racionalmente os recursos financeiros e a constituição de empresas competitivas.

A vice-governadora da Lunda Norte para o Sector Económico, Deolinda Vilarinho, destacou a importância da Cooperativa de Crédito no processo de desenvolvimento da economia local e prometeu apoio à classe empresarial na execução de projectos agrícolas, pecuários, comércio,

transportes e comunicações, o que vai ter grande importância no aumento do emprego e na melhoria da vida dos cidadãos.

"O surgimento desta cooperativa constitui um passo primordial e decisivo dos empresários na procura de soluções próprias para facilitar o financiamento das suas iniciativas", realçou.

2.2 Cooperativa de crédito da Lunda-Norte quer maximizar as oportunidades locais

Jornal Economia e Finanças

11 De Julho de 2014

A existência de oportunidades de negócio nos sectores da agricultura, pecuária e agro-indústria é apontada como o fundamento da criação da primeira cooperativa de crédito empresarial na província da Lunda-Norte.

A informação foi prestada pela Câmara de Comércio e Indústria de Angola, que recentemente, no Dundo, realizou um seminário sobre ética empresarial, onde participaram membros do Governo, empresários e vários convidados.

Entre os objectivos da Câmara de Comércio consta fomentar as cooperativas de crédito em todo o país, pois esta reconhece a importância do papel das empresas para a estratégia de diversificação da economia de Angola. A finalidade é a criação de mais empregos e o combate à fome e à pobreza.

O projecto vai permitir o aumento da produção e, consequentemente, valorizar a capacidade produtiva nacional.

A cooperativa criada é integrada por uma assembleia-geral, conselho fiscal, direcções executiva, administrativa e financeira, de projectos e de comunicação e marketing.

Na ocasião, o governador da província, Ernesto Muangala, falou sobre o potencial da província em recursos naturais e fez também referência ao hídrico, que devem ser encarados como factores determinantes

e mais do que suficientes para atrair e incentivar uma produção nacional.

Incentivo ao cooperativismo

Na abertura do evento, o secretário-geral da Câmara de Comércio e indústria de Angola, António Tiago Gomes, explicou que os empresários que se filiarem à cooperativa de crédito devem assumir uma atitude de "donos" da mesma e assim evitar o comportamento passivo.

"Um dos princípios do cooperativismo é a gestão democrática. Isto significa que os filiados não são meros espectadores. Devem participar, contribuindo com ideias e propor acções, com presença quotidiana na organização", disse.

António Gomes defendeu, por outro lado, que a adopção da cultura ética pelas empresas é um factor muito importante para harmonizar as relações destas com os diversos actores interessados na sua actividade, dentre os quais se destaca o Estado e os bancos; fies depositários da poupança, que, por sua vez, repassam por intermédio do mecanismo de crédito às empresas, para que estas possam realizar os seus projectos.

"O desafio é colocar à disposição dos empresários um instrumento para ajudar a contornar a dificuldade de conseguir crédito junto da banca", disse.

Empresários

Por outro lado, os empresários aproveitaram a ocasião para indagar os bancos presentes sobre os critérios de avaliação dos projectos de investimento para fins de financiamento.

Os bancos Sol e BPC, que estiveram presentes no encontro, realçaram a importância da iniciativa e mostraram-se disponíveis para apoiar a cooperativa de crédito.

O evento serviu não só para realizar a primeira reunião da direcção executiva da cooperativa, aprovar um plano de actividades destinado a criar as condições para mobilizar os filiados e legalização da instituição, mas também para a criação da constituição da Cooperativa de Crédito dos Empresários da Lunda-Norte.

2.3 Metade dos luandenses não tem conta bancária

Jornal O País

11 De Julho de 2014

Os luandenses, de acordo com o estudo da Key Research, apresentam um estilo de vida singular. Mais de metade não possui conta bancária, mas é elevado o número dos que possuem habitação própria, telemóvel ou televisão na habitação. A larga maioria utiliza o candongueiro como meio de transporte. Com efeito, e olhando para os números, menos de metade dos luandenses possui conta bancária (apenas 41,9%), mas é elevado o número dos que gozou férias no ano anterior (63,8%), possui habitação própria (76,6%), telemóvel (84,9%) ou possui televisão na habitação (98%). O estudo examina vários grupos de itens e de interesses do consumidor.

No que toca aos meios de transporte, por exemplo, apura que o principal meio de deslocação utilizado em Luanda é o Táxi/Candongueiro (por 76,9% dos entrevistados). No entanto, apesar de depender ainda substancialmente do candongueiro, 76,6% dos luandenses tem habitação própria e 19% considera mudar de casa nos próximos 12 meses. De realçar ainda que 98,5% dos cidadãos de Luanda, de acordo com a amostra, já utilizou produtos de higiene pessoal, nomeadamente sabonetes, dentífricos e cremes.

2.4 Mulheres querem mais, facilidade no acesso ao crédito

Jornal República

11 De Julho de 2014

As mulheres da província do Namibe solicitaram nesta sexta-feira, no Fórum Provincial de Auscultação à Mulher Rural, que as autoridades nacionais "refinem" as políticas para o acesso ao crédito, para obterem equipamentos agrícolas e matéria-prima.

Durante as intervenções, apresentaram várias preocupações, como a falta de emprego e formação técnico-profissional, de habitação, igualdade de género e participação e associativismo, bem pediram mais justiça e protecção na segurança social.

O registo de nascimento e Bilhete de Identidade, kits para as parteiras tradicionais, a violência doméstica e a preservação ambiental foram outras das inquietações levantadas neste encontro, pelas mulheres do Namibe.

O fórum, que contou com a participação de 530 mulheres, produziu algumas conclusões, como a inexistência de sistema de telefonia móvel e de sinal de

Rádio e Televisão nalgumas comunas da província e a degradação da maioria das vias terciárias.

2.5 Seguro habitação é preciso

Jornal Economia e Finanças
11 De Julho de 2014

Produto "multi-risco" protege imóveis e bens contra vários sinistros com a oferta de garantia e reposição na totalidade.

A Empresa Nacional de Seguros e Ressegurtos de Angola (ENSA-E.P) aposta, para os próximos tempos, na massificação do produto multi-risco habitação, dentro das suas estratégias

de mercado de oferecer produtos inovadores e bastantes fiáveis à sua carteira de clientes.

Segundo soube o JE, o multi-risco habitação, disponível no mercado desde 2013, é uma resposta da seguradora pública ao crescimento do parque imobiliário nacional, o que faz aumentar também o risco de perdas dos bens seja por incêndios, seja por outros de natureza incerta. Este seguro é designado por multi-risco, uma vez que cobre o imóvel assim como os bens que o mesmo suporta.

Recentemente, durante a Feira Internacional de Benguela (FIB/2014), técnicos da seguradora estiveram em contacto com os clientes para apresentar o produto e esclarecer eventuais dúvidas.

A título de exemplo, uma habitação social, do tipo de construções erguidas no Zango, pode pagar um prémio mínimo de 14 mil kwanzas por ano.

A seguradora pública, que à semelhança das demais operadoras do mercado tem disponíveis os produtos seguro automóvel, saúde e de viagens, também quer ver melhorada a relação com o cliente, sobretudo na prestação de um atendimento célere e personalizado. Para tal, tenciona reforçar os investimentos no aumento da sua rede de agência de atendimento, centros de apoio aos sinistros e ao call center, uma vez que as pessoas querem ser cada vez mais atendidas sem saírem do seu local de trabalho.

2.6 Camponesas querem crédito

Jornal de Angola
14 De Julho de 2014
Texto: Kayila Silavana

No final do encontro, Rogério Eduardo Zabila aconselhou as mulheres a constituírem associações e

cooperativas agrícolas, para que possam ter acesso ao micro-crédito. O vice-governador considera que através de cooperativas e associações o Governo

tem um maior número de pessoas a ajudar e pode traçar de forma organizada políticas tendentes a melhorar as condições de vida da mulher rural.

As mulheres do meio rural na província do Zaire solicitaram mais facilidades de acesso ao crédito agrícola e uma maior entrega do Governo na distribuição de tractores e alfaias, para a revitalização da produção agrícola.

A proposta foi avançada no fórum provincial de auscultação à mulher rural dos seis municípios

da província, que contou com a participação de 300 pessoas e foi orientado pelo vice-governador do Zaire para o sector Político e Social, Rogério Eduardo Zabila.

As participantes recomendaram ainda a disponibilização de meios de transportes, para facilitar o escoamento dos produtos agrícolas do campo para os grandes centros de consumo.

No encontro, ao qual assistiu a consultora da secretária de Estado para a Família e Promoção da Mulher, Alcina Cunha Kindanda, as mulheres consideraram ainda ser necessário melhorar o fornecimento e a distribuição de energia eléctrica e água potável às comunidades camponesas.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 “Acreditamos nos que recolhemos”

Novo Jornal

04 De Julho de 2014

Texto de Faustino Diogo

O porquê do estudo sobre os hábitos dos consumidores luandenses?

Angola é um país que está na boca do mundo e em franco desenvolvimento, com um crescimento anual muito acima da média a nível mundial e principalmente face aos estados europeus.

Este projecto "Angola, Estilos de Vida e consumidor 2014" é um projecto da Keyresearch que pretende compreender a complexidade dos comportamentos do povo angolano, bem como as suas verdadeiras motivações e anseios face à vida.

Como tal, é prioritário conhecer os hábitos e costumes dos angolanos. O que gostam ou não gostam, o que consomem ou não. Quais as suas expectativas quanto ao futuro e os seus quereres quanto ao presente.

A estatística é uma ciência onde nos devemos apoiar, principalmente a nível empresarial, no que concerne a investimentos no mercado angolano. Qualquer tomada de decisão deverá ser fundamentada e como tal é importante conhecer onde investir e quais os ramos de negócio a seguir.

O que é que sobressai neste estudo?

Este estudo fornece-nos um panorama geral relativamente aos hábitos e costumes dos angolanos e aprofunda determinadas categorias como o consumo de determinadas bebidas alcoólicas ou não alcoólicas, a posse ou não de determinados serviços como seguro ou conta bancária, entre outros.

Aprofunda determinados aspectos que são importantes não só para tomada de decisões em termos individuais, como empresariais.

Com o conhecimento profundo do mercado e 'targets' é possível identificar 'insights' aplicáveis a todas as áreas de negócio.

A título de exemplo, o estudo mostra que aproximadamente 77% da população utiliza o candongueiro como principal meio de transporte nas

suas deslocações, o que reflecte uma realidade da cidade de Luanda.

Qual é o perfil do consumidor que vive em Luanda?

Daquilo que conseguimos apurar a partir deste estudo e, contrariamente ao que habitualmente se possa imaginar, o consumidor angolano prefere aproveitar momentos de lazer com a família.

53,8% dos luandenses afirmam que preferem ficar em casa no seu tempo livre. É um consumidor que aposta em novos produtos, gosta de ter muitas alternativas para poder escolher o que mais se ajusta às suas necessidades. Prima por dois aspectos muito importantes quanto à decisão de compra de um determinado produto que são: A proximidade de determinado estabelecimento e os preços mais competitivos dos produtos.

67, % dos Luandenses dão mais atenção ao que representa uma melhor relação preço/qualidade. O que é que mais se consome?

Depende da categoria. Por exemplo, na banca, o estudo demonstra que a taxa de bancarização ronda aproximadamente 40% da população Luandense. Cada vez mais, e por diversas razões, as pessoas começam a preferir guardar os seus rendimentos numa conta bancária.

Verifica-se o aparecimento de mais utilizadores da banca devido aos vários produtos e serviços disponibilizados por esta e pelo aumento de empresas que passaram a pagar os salários dos seus funcionários através de contas bancárias. Estes 40% de bancarização são reais?

Acreditamos nos dados recolhidos. Este estudo contou com uma amostra de 4200 indivíduos. O erro da amostra é de 1,51% para um nível de significância de 95%. Confiamos que quem não tem conta bancária não afirme o contrário e que efectivamente quem possui conta bancária afirme que a tem. Acreditamos no trabalho que desenvolvemos, nos dados que recolhemos, na nossa equipa fixa de entrevistadores" e supervisores de campo. Acreditamos no que as pessoas nos dizem, reforçamos a supervisão telefónica dos dados recolhidos e realizamos diversas ventilações e cruzamentos de respostas de forma a verificarmos a veracidade destas, invalidando todos os questionários que possam suscitar alguma dúvida. No inquérito existem vários cruzamentos que podem ser feitos. A título de exemplo, se apuramos que num agregado familiar existem diversas viaturas e nos declarem que para se deslocar utilizam o candongueiro, observa-se alguma incoerência nos dados fornecidos, aplicando-se desta forma a supervisão telefónica para sua

validação. Existem diversas formas de detecção de respostas menos coerentes. Por isso acreditamos nos dados que recolhemos.

Qual é faixa etária mais consumista?

Varia de acordo a categoria de produto/serviço e classe social. Poderei referir a título de exemplo que no ALC 2014, O consumo de sumos apresenta uma representatividade maior na faixa etária dos 15 aos 24 anos.

Este consumo não é condicionado pelos rendimentos dos cidadãos?

Claro que sim. Conseguimos apurar diversas categorias por classe social. Temos uma bateria de questões que permitem caracterizar a classe social à qual pertence o inquirido, permitindo-nos retirar ilações a partir deste enquadramento e ao nível de classe social.

O consumo não é viciado por ter uma oferta condicionada?

Tendencialmente e ao longo do tempo tem-se verificado um aumento da diversidade dos produtos/marcas. Existe igualmente uma preocupação interna na distribuição de diversos produtos pelo mercado, dados que podem ser obtidos a partir do nosso estudo POS Censos 2014 (recolha e geo-referenciação de todos os pontos de venda de Luanda).

O estudo consegue determinar quanto é que cada família gasta, em média, com a alimentação?

Não. Este estudo específico não pretende determinar os gastos médios com a alimentação. No entanto, realizamos outros estudos 'ad hoc', a pedido de diversos clientes, onde é possível ter uma percepção de quanto em média as famílias, e por classe social, gastam mensalmente na aquisição de produtos alimentares.

Qual é a média?

Uma vez que são estudos que foram encomendados por clientes específicos, ao abrigo do segredo estatístico e profissional, não posso divulgar os resultados.

Qual a classe social mas representativa em Luanda?

A classe social mais representativa é a classe média baixa.

Dos vários segmentos analisados, quais os produtos com maior e menor penetração na sociedade?

Estas penetrações variam por classe de produto/serviço. A título de exemplo, apurou-se que a posse de televisão tem uma representatividade acima dos 90%. Com uma menor penetração, poderemos indicar a posse de seguros, falamos de qualquer tipo de seguro. Contudo, verificou-se que uma percentagem considerável de luandenses afirma pretender adquirir um determinado tipo de seguro nos próximos seis meses.

Qual é a realidade do sector Imobiliário baseando-se no vosso estudo?

Um dos dados que apuramos é que a posse de habitação em Luanda é elevada. Existe de facto uma grande percentagem de arrendamentos, mas a grande maioria dos luandenses possui casa própria.

Não estou apenas a falar de condomínios de luxo, porque existem, mas todo o tipo de habitação, desde prédios, e diferentes tipos de casa existentes em Luanda. A amostra é representativa de Luanda e penetramos em todo o tipo de bairro de forma a podermos garantir a representatividade dos diversos estratos sociais.

19% Afirmam que, independentemente de possuírem casa própria, têm o objectivo de mudar de casa nos próximos 12 meses, reflectindo uma preocupação e apetência para um aumento da qualidade de vida. Que conselho deixa ao consumidor angolano?

Como consumidor, continuem a exigir qualidade e diversidade de produtos para que estes satisfaçam as necessidades e exigências diárias.

3.2 Vendedores choram negócio perdido

Jornal de Angola

08 De Julho de 2014

Texto: Nilza Massango

Um Incêndio de médias proporções deflagrou no domingo num dos armazéns do mercado popular do Cazenga Asa Branca, desconhecendo-se, até ao momento, as razões que estiveram na sua origem.

Dezenas de vendedores perderam os negócios em consequência de sinistro, que consumiu, entre outros, produtos de beleza, roupa e calçado.

O Jornal de Angola soube no local que as perdas são elevadas, embora ainda não tenham sido avaliadas na sua totalidade. O tecto do armazém ficou completamente destruído e, para desespero dos vendedores, da mercadoria quase nada restou.

Ontem, o mercado esteve encerrado, apesar da insistência dos vendedores que pretendiam entrar no recinto para recuperar o pouco que restou do incêndio e obter esclarecimentos junto da administração.

Com os ânimos à flor da pele, centenas de pessoas concentraram-se à entrada do recinto, mas a administração vedou o acesso e durante a manhã não deu qualquer explicação sobre o sucedido.

Celeste Mateus, uma das coordenadoras do mercado do Asa Branca para a área da beleza, disse que, diariamente, os vendedores pagam uma taxa de 300 kwanzas para depositarem os seus produtos.

"Por isso, aguardamos uma resposta da administração quanto a uma eventual indemnização", disse, visivelmente irritada.

O incêndio foi extinto pelos bombeiros, que não avançaram o que esteve na origem do mesmo, embora se admita que tenha sido fogo posto, afastando-se desde já a hipótese de curto-circuito, pelo facto de o armazém não dispor de energia eléctrica.

Domingos Carlos está entre as dezenas de vendedores que perderam o negócio no incêndio. Desesperado, contou ao Jornal de Angola que investiu todo o que tinha na venda de roupa. Agora, não sabe a quem recorrer para resolver o sustento da família Manuel Salvador também chora pelo sucedido. "Nós pagamos uma taxa diária e esperamos que administração faça alguma coisa. Não estamos a falar de pequenos negócios, são valores avultados em dinheiro que se perderam", disse.

3.3 Ex-militares recemem motorizadas de táxi

Jornal República

11 De Julho de 2014

Texto: Inacio Candido

No âmbito do programa do governo para reforço da reintegração dos ex-militares, a iniciativa vai abranger, ainda em 2014, na modalidade de moto-táxis, num universo de dois mil

494 beneficiários.

Falando na ocasião aos beneficiários, o coordenador do grupo técnico provincial do Irsem, Venceslau de Matos, salientou que os mesmos têm a partir de hoje um emprego, pois receberam meios que vão ajudar na satisfação das suas necessidades diárias.

Solicitou responsabilidade na condução e organização para gestão desses meios, permitindo que eles possam durar o máximo de tempo possível.

Para que isso seja possível, revelou que o Irsem vai promover nos próximos dias um curso de gestão de pequenos negócios, de empreendedorismo, para que os beneficiários possam aprender a gerir os seus negócios.

"Tudo será feito para que se promova também a criação de uma cooperativa, de modo a que possam estar mais organizados. Será feito também um trabalho junto ao Instituto Nacional de Segurança Social para que vocês possam estar inscritos e garantir -assim alguma fonte de sustento na velhice", avançou.

António Kumingana é ex-militar, disse que durante anos combateu em diferentes províncias do país até à sua desmobilização; disse estar satisfeito com o meio agora recebido, pois vem numa boa altura para minimizar algumas dificuldades caseiras.

"Tenho uma cantina e essa motorizada vai ajudar no transporte de mercadorias para o meu estabelecimento comercial, evitando deste modo os gastos com o transporte", salientou.

Já Natália Emília, igualmente ex-militar, vai usar a motorizada para fazer o serviço de táxi e assim contribuir na melhoria da sua condição de vida, apoiando os seus negócios e no sustento dos filhos.

"Tenho uma filha na universidade e essa moto vai ajudar a pagar também as suas propinas", frisou, visivelmente emocionada.

O acto de entrega das motorizadas, que decorreu no município de Viana, contou com a presença de beneficiários oriundos dos vários municípios da capital do país, familiares e do chefe do serviço provincial do Irsem, Afonso Augusto Esteves.

3.4 Kitanda da Tourada aposta na bebideira

Semanário Angolense

12 De Julho de 2014

Texto: Edgar Nimi

Na inauguração do mercado foi prometido que em toda extensão do espaço comercial não seria permitido a venda de bebidas alcoólicas, mas a radiografia que se faz neste momento difere muito.

Aquele que foi criado para ser o modelo, tanto em estrutura como em funcionalidade, de outros

mercados que seriam construídos em diversas zonas, não tem sido um exemplo a seguir.

No princípio, os concorrentes fizeram as inscrições e as coisas estavam a correr na normalidade, até porque as divisões para venda de produtos específicos ou semelhantes já estavam feitas.

A kitanda chegou a funcionar como um mercado normal onde se vendia diversos produtos como hortícolas, legumes, roupas e outros.

Concebido de forma inovadora, na altura da sua inauguração surpreendeu muitos críticos, esperava-se um local diferente dos demais. Mas, o que está a acontecer é completamente o contrário porque o espaço parece um ponto de barracas como as que se está acostumado a ver no quotidiano.

Maria Alice, dona de um dos compartimentos, vende roupas, mas está agastada com a situação actual em que se encontram. «Sinceramente o que está acontecer aqui é uma autêntica falta de ética e organização por parte da administração que gere o espaço», afirmou.

A entrevistada pensa que o Ministério do Comércio não tem conhecimento da desorganização e da falta de consideração a que estão a ser submetidos, por isso apela a quem de direito para que se resolva a situação o mais depressa possível. «Uma vez que a administração do mercado está a permitir tudo isto e nem sequer está a ouvir-nos, penso que isso só vai se resolver com o Ministério», alertou.

A proliferação de venda de bebidas alcoólicas é tanta que até há corredores em que sobressai apenas a comercialização desses produtos. A sopa, o almoço e alguns aperitivos servem de chamariz para o que as pessoas chamam «barracas» ou «snack bar».

Cientes confusos e horários trocados

O Semanário Angolense (SA) esteve no local e denotou que já não há corredores indicados para venda de produtos específicos. Nos locais designados para venda de roupas e calçados os donos dos quiosques passaram a vender bebidas alcoólicas e assim por diante para os demais artigos assinalados nas tabuletas. Em vez de flores, por exemplo, cerveja e vinho.

A falta de organização também tem causado confusão aos próprios clientes porque as coisas não estão nos lugares indicados pelos cartazes. «Sinceramente isso é uma confusão, vim comprar frutas e me dirigi de acordo com os cartazes; mas não foi o que encontrei, agora me sinto perdido quando poderia ser mais fácil», lamentou Wilson Jorge.

Alguns clientes contestam e dizem que está a perder-se um espaço que poderia ser muito bem aproveitado. Outros disseram que não voltarão ao local enquanto não melhorar.

De acordo com moradores do bairro adjacente, a mudança que ocorreu, de venda de produtos específicos para bebidas alcoólicas, está a fazer com que a Kitanda abra e feche fora do horário estabelecido pela administração que haviam determinado que as vendas começassem às 6h e terminassem às 18h.

Confirmado pelos donos de alguns compartimentos, teve dias que o mercado chegou a fechar de madrugada, contrastando bastante com o estabelecido. «Eu própria comprovei, porque vivo mesmo nesta rua e ficamos bastante incomodados com o barulho que fizeram, sem esquecer a preocupação porque os nossos quiosques poderiam ser invadidos», declarou Antónia Manuel.

Desistir ou trocar

A transformação de um mercado de artigos específicos para um local de venda de bebidas alcoólicas levou algumas pessoas a desistir da concessão, porque os clientes começaram a ser escassos. Susana Adão ocupava um quiosque e vendia legumes, mas as coisas começaram a complicar-se o que a levou a desistir porque os lucros não compensavam. «Não tive escolha a não ser desistir e procurar um outro espaço para compensar o que gasto, porque esta confusão que temos aqui nos prejudica muito», frisou.

A entrevistada disse ainda que algumas companheiras seguiram o mesmo caminho devido a falta de clientes. Diante desta situação, provavelmente a maior parte dos quiosques vão acabar por transformar-se, caso contrário outras vendedoras poderão seguir o mesmo rumo das que saíram.

Ruth Samuel é uma das que teve de mudar o seu negócio seguindo o que está a render melhor para os seus benefícios. «Tive que escolher entre vender hortícolas e seguir as outras, seguindo a preferência dos clientes e hoje o lucro melhorou bastante», afirmou.

Ainda assim há aquelas pessoas que estão persistentes no negócio que já fazem há algum tempo, mas eles também sentem-se ameaçados com a clientela que é escassa.

De acordo com as comerciantes, o movimento na kitanda melhorou, o que já era de se esperar, porque em locais de venda de bebidas alcoólicas tem quase sempre um aglomerado de gente.

Os donos dos quiosques pagam uma diária de 200 Kz, o que perfaz cerca de 4800Kz mês, sem contar segunda-feira por ser o dia de limpeza. A maior parte dos clientes e comerciantes vivem no bairro da Calemba e nos adjacentes.

3.5 Administração reuniu com vendedores

Jornal de Angola

17 De Julho de 2014

A administração do município sede da província do Namibe reuniu-se ontem com os vendedores ambulantes do mercado 5 de Abril, com o objectivo de esclarecer as medidas de funcionamento, visando criar um ambiente de segurança não só para os que nele fazem os seus negócios mas também para os consumidores.

O encontro, orientado pelo administrador municipal, João Freitas, permitiu esclarecer várias questões relacionadas com a falta de higiene, energia eléctrica, água, polícia, segurança, entre outras questões e surgiu devido a algumas inquietações levantadas no fórum provincial de auscultação à mulher rural realizado no mês de Junho. O administrador informou que no âmbito do Programa de Investimentos Públicos para o ano 2015, o governo prevê a ampliação do mercado com a construção de mais bancadas para aquelas pessoas que ainda vendem os seus produtos em local impróprio.

João Freitas aconselhou ainda a administração do mercado a envidar esforços para a criação de passes de identificação dos vendedores para que estes possam exercer de facto a sua função com mais tranquilidade e que os consumidores possam assim identificá-los. O mercado "5 de Abril" funciona com cerca de três mil vendedores de electrodomésticos, roupa usada, hortaliças, bens alimentares, entre outros produtos.

Campanha de limpeza

A Administração Municipal do Namibe promoveu sábado uma campanha de limpeza e recolha de resíduos sólidos no bairro periférico "Cassange".

A campanha contou com a participação dos moradores desta urbe, estudantes e dos funcionários dos serviços comunitários que fizeram a recolha do amontoado de lixo que se encontrava junto a escola do I ciclo de ensino "Maria de Lourdes" e que punham em risco a saúde dos alunos, professores e moradores.

O administrador comunal do Forte Santa Rita, Caila Cavaco, disse que um dos objectivos da administração do município sede da província é fazer um "combate

cerrado" ao lixo em todas as artérias da cidade, "mas para que tal acção tenha êxito necessita-se da colaboração de todos os munícipes".

A Administração Municipal do Namibe adquiriu, nos últimos dias, dois camiões compactadores com capacidade para 17 toneladas, orçados em 33.660 milhões de kwanzas, a que se juntou aos outros meios já existentes, destinados à recolha de lixo em toda a cidade do Namibe.

3.6 Rua do Matador no Morro Bento é mercado informal

Jornal de Angola

23 De Julho de 2014

Texto: Nilza Massango

A venda nos passeios da Rua do Matador, Bairro Morro Bento, é gritante e pede a intervenção da fiscalização do distrito da Samba. Apesar do Governo Provincial de Luanda criar condições para a prática legal do comércio, os vendedores ambulantes continuam a comercializar os seus produtos em locais impróprios.

Durante o dia, a Rua do Matador, como lhe chamam os moradores do Bairro Morro Bento, é

transformada num verdadeiro mercado a céu aberto. De segunda a domingo, os passeios são tomados por bancadas, barracas e tendas, enfim num autêntico mercado à céu aberto.

O que se presencia naquela rua do Morro Bento é um autêntico abuso e desprezo pelas autoridades. "Há muito tempo que a polícia ou a fiscalização não aparecem para repor a ordem no I", disse o morador António de Carvalho, indignado com a confusão que se instala todos os dias na rua.

Os próprios moradores também ocupam os passeios para comercializarem de tudo um pouco. Até fogareiros são colocados no passeio para a venda do famoso "cabrité", Com os passeios ocupados, as pessoas são obrigadas a partilhar a faixa de rodagem com os carros. Quem vende nas ruas cria embaraços e grandes transtornos ao trânsito.

Na mesma rua, existe um quintal onde eram abatidos animais para a venda de carne. Daí o nome de Matador. O negócio de abate e venda de carne acabou. No local instalou-se uma praça legal.

O espaço é vedado e com muitos lugares disponíveis. Mas os vendedores recusam-se a cumprir a legalidade. Preferem a confusão e a falta de condições de higiene.

O problema da venda nos passeios estende-se também às ruas da Universidade Independente de Angola, por trás da clínica Multiperfil, becos e esquinas. É preciso que a fiscalização do distrito da Samba tome medidas para acabar com a venda na Rua do Matador, um problema que pode ganhar contornos preocupantes e espalhar-se pelo bairro todo. As ruas do Morro Bento estão a ser reparadas no âmbito do programa do Ministério da Construção de reabilitação das vias secundárias e terciárias. E a Rua do Matador é uma delas. A via está asfaltada.

O bairro está urbanizado. Por isso, é preciso que os moradores tomem consciência e conservem os espaços.

3.7 Unificado combate os usurpadores

Jornal República

25 De Julho de 2014

Texto: Inacio Candido

A medida surge na sequência das queixas apresentadas pelas camponesas durante o encontro provincial de Auscultação da Mulher Rural, realizada, em Catete.

"Não podemos aceitar que pessoas desonestas usem o nome do Governo Provincial de Luanda e do Executivo para destratar senhoras e se apoderarem dos bens que elas conseguiram com muito sacrifício", afirmou Bento Bento, que exigiu ao comando provincial que reponha a legalidade nos próximos três meses.

Reclamações

Antonía Domingos, natural do Mazozo, disse que desde 2012 não consegue trabalhar na sua lavra. "Aparecem aqui homens fardados com charruas e destroem tudo o que encontram nas suas lavras. Arrancam mandioqueiras, cajueiros e mangueiras, por alegada orientação do Governo Provincial de Luanda. Já fomos à Administração apresentar queixa e até agora ninguém se preocupou com a nossa situação", protestou.

Ana Contreiras tem a sua lavra na localidade de Mirringe, zona João da Silva, no Icolo e Bengo, e viu o seu terreno ser invadido.

Aos 70 anos de idade, disse sentir-se desiludida com o comportamento de algumas pessoas que a coberto de autoridades tentam usurpar terrenos. "Se o Governo quer terrenos deve conversar com a população e não mandar aqui homens fardados para se apoderarem dos nossos espaços", sublinhou. O comando Provincial de

Luanda da Polícia Nacional criou um Posto Unificado, integrado por efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA), para intervir em caso de invasão de terrenos.

De acordo com o director provincial da Ordem Pública, Mateus André, o Posto Unificado criado vai intervir e repor a legalidade nas áreas onde alguns elementos fardados se apoderam à força de espaços alheios. "Estamos a trabalhar com as comunidades e ouvimos muitas denúncias que envolvem esses elementos, daí a necessidade de se criar o Posto Unificado", disse.

O superintendente da Polícia Nacional referiu que a corporação realiza desde 3 de Julho, na comuna da Funda, operações que culminaram na detenção de 12 indivíduos, a apreensão de dez catanas, uma motorizada e a destruição de 26 casebres.

3.8 Venda ilegal de medicamentos persiste nos mercados

Jornal República

25 De Junho de 2014

Texto: Inácio Cândido

Durante uma ronda feita no "Mercado dos Kwanzas", considerado o maior local de venda ilegal de medicamentos do país, venda ilícito de curativo em locais impróprios continua a ser um facto que constitui um grave perigo para os seus consumidores, pois pode colocar em risco as suas vidas.

Apesar do esforço das autoridades sanitárias e judiciais no sentido de estancar essa situação, é notório no "Mercado dos Kwanzas" e arredores bancadas abarrotadas de fármacos diversos e de diferentes origens, assim como "zungueiros" a venderem medicamentos nas ruas.

O comércio de remédios nos mercados informais tende a crescer devido ao grande número de clientes que procuram esses serviços, devido ao seu baixo preço e outros por falta de receitas médicas para adquirirem medicamentos nas farmácias.

Fármacos expirados, expostos ao sol, mal conservados, assim como de origem duvidosa são os cenários visíveis no "Mercado dos Kwanzas", onde os vendedores anunciam em voz alta os seus produtos.

Os vendedores gabam-se de conhecer a fundo os fundamentos da medicina, devido a experiência adquirida com o tempo de venda de medicamentos, por isso julgam-se capazes de receitar remédios para

qualquer tipo de doença desde uma simples dor de cabeça até ao mais complicado caso de cancro.

Segundo os vendedores, continuam a insistir na venda ilegal de medicamentos por ser a única actividade que dominam e da qual retiram dinheiro para o seu sustento.

Muitos desses vendedores, num acto de grande ousadia, exercem a sua actividade à porta das farmácias, vendendo produtos mais baratos, num preço de "desconfiar", constituindo uma concorrência desleal, com as instituições oficialmente vocacionadas para esse tipo de comércio.

Os fármacos vendidos no mercado vão desde anti Inflamatórios (ibuprofeno), passando por analgésicos (paracetamol), anti hipertensivos (captopril) e antibióticos (Amoxicilina).

A nossa equipa de reportagem assistiu alguns cidadãos a comprarem medicamentos sem apresentarem qualquer prescrição médica, mesmo assim, foram prontamente atendidos e medicados pelo vendedor depois de fazer um "diagnóstico" rápido ao paciente.

No município do Cazenga, a República visitou a "farmácias de rua", a operarem sem autorização das autoridades sanitárias, e ficou a saber, por intermédio dos seus funcionários, que os medicamentos são adquiridos no "Mercado dos Kwanzas" e em outras distribuidoras clandestinas.

"Eu não acompanho a compra de medicamentos, mas sei que o meu patrão tem adquirido os fármacos em armazéns ilegais localizados em Cacuo e Hoji-ya-Henda, assim como no Mercado dos Kwanzas ", revelou um funcionário sob anonimato.

Para se acabar essa ilegalidade, sugeriu o funcionário, deve haver maior controlo e rigor por parte da fiscalização sanitária, assim como criar-se leis mais severas para punir os infractores de forma a inibir a prática da venda ilegal de medicamentos no país.

O Governo Provincial de Luanda (GPL) proibiu, em 14 de Maio de 2009, a comercialização de medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos hospitalares em locais impróprios e inadequados.

3.9 Acessos a hospital transformados em mercado

Jornal de Angola

27 De Julho de 2014

Texto: Arcângela Rodrigues

Comerciantes informais transformaram em mercado, os passeios e ruas que dão acesso ao Hospital Geral Especializado do Kilamba Kiaxi. A situação é abusiva porque os vendedores têm mesmo ao lado os mercados do Correio e do Avô Cumbi.

O lixo é queimado à porta do hospital e os comerciantes circulam dentro do recinto hospitalar com os seus negócios. Vendem de tudo um pouco: cartões de recarga, fruta, água, sumo, gasosas, "magoga" (sandes de frango), chinelos, bijutarias, roupas e pneus para veículos automóveis.

A zona está péssima: montes de lixo nas ruas à volta do hospital, faltam contentores e paragens de táxis e ruas esburacadas são grandes preocupações dos moradores do Avô Cumbi, no distrito do Kilamba Kiaxi.

Na Rua 28 de Agosto, no distrito do Kilamba Kiaxi, um camião ficou enterrado devido ao mau estado da via. Os moradores informaram à reportagem do Jornal de Angola que, nos últimos anos, as ruas têm sido reparadas mas a água da chuva não é escoada e estraga tudo.

"Os comerciantes expõem e vendem produtos alimentares junto do lixo mesmo sabendo que é um atentado à saúde pública", afirmou Silvina Manuel.

Acrescentou que a falta de contentores está na base do aumento do lixo nas ruas. "Ainda que a Elisal faça a recolha de lixo uma vez a outra, não é suficiente porque a situação é preocupante, por isso solicito que sejam colocados contentores nos mercados e bairros

do Kilamba Kiaxi".

Na zona há dois talhos que funcionam em péssimas condições.

Nem com a presença de uma esquadra móvel da Polícia e dos agentes da Fiscalização junto do mercado do Avô Cumbi demovem os vendedores.

As crianças são utilizadas por adultos para lançarem o lixo na via pública. Em troca oferecem dinheiro ou um prato de comida.

Mário Cláudio, de dez anos, todos os dias antes de ir para a escola, passa de porta em porta, recolhe o lixo para deitar fora e em troca recebe 100 a 200 kwanzas.

Mário Cláudio explicou ao Jornal de Angola que os pais já falecerem "e para que não falte nada aos meus irmãos mais novos, tenho de fazer este biscate".

3.10 Comercio de sucata prospera no mercado informal

Jornal de Angola
27 De Julho de 2014

O negócio de venda e revenda de sucata ferrosa e não ferrosa, entre ferro, alumínio, bronze e cobre, mantém-se firme no mercado Informal, quase dez anos depois de ter surgido. Sustentado pelos amontoados de lixo, tornou-se fonte de sustento de "caçadores". Embora já não produza o lucro de outrora, quando ainda era permitida a entrada de viaturas em segunda mão, os comerciantes estabelecidos nos bairros periféricos de Luanda acreditam em dias melhores. Viana, Cazenga, Rangel, Palanca e Capolo lideram as "pesagens" e as vendas.

Quase a completar dez anos no negócio da venda e revenda de sucata, Famoso Albino carrega consigo uma mão cheia de histórias para contar e outros tantos episódios para lamentar.

De rosto magro, mãos ásperas e envolto num emaranhado de sucata do qual sobressai o que resta da carcaça de um camião, recorda que foi numa manhã de sábado que um amigo lhe propôs trabalhar como "pesador" de metal, actividade que no início lhe parecia estranha pelo modo como se processa.

O relógio marca 11h30 de uma manhã de quarta-feira e tudo está a correr de feição. Não é todos os dias que em menos de três horas se consegue reunir uma tonelada de metal.

Embora tenha perdido a conta aos locais onde trabalhou, reconhece que a proximidade de zoo nas propensas ao lixo o levou a assentar arraiais na Rua da Conduta, no bairro Calauenda, município do Cazenga.

"Quando entrei para este negócio estava desempregado e acedi para remediar. Hoje, vejo as coisas de forma diferente", confessa.

Famoso Albino, que consegue, à distância, identificar facilmente o odor dos metais, realça que em relação ao ferro a espessura determina a preferência. Entre os principais vendedores que lhe aparecem à porta estão os mecânicos e alguns motoqueiros. Destes últimos diz desconhecer a proveniência do metal que vendem.

Por exemplo, o quilo de cobre pode ser comprado pelos "pesadores" a 300 kwanzas e o de alumínio a 50.

O ferro é o que menos rende, com o quilo a custar apenas 10 kwanzas. Quando atingem a quantidade pretendida, exportam ou revendem os metais.

O corpo franzino deixa perceber que Albertino Kapapelo é uma pessoa inadequada para a actividade que exerce. Mas quando está com a rebarbadora nas mãos torna-se impossível não reparar no jeito ágil com que corta o ferro.

Semelhança da maioria dos "pesadores" de sucata espalhados pela periferia de Luanda, Albertino Kapapelo tem uma aparência de maltrapilho, mas de cabeça erguida. Novato no negócio, chega a parecer um pouco deslocado no tempo. Afinal o processo de pesagem exige concentração. Não esconde que tem "carinho" pelas sucatas e que também compra baterias danificadas.

"Sou novo neste negócio que, como qualquer outro, tem os seus altos e baixos, mas nunca pensei que o lixo pudesse um dia ser a minha fonte de sustento", realçou. Aly Hamadi também viu no negócio da sucata uma forma de lucro. Oito anos depois, continua de pedra e cal.

Homem simples, olhos pequenos, e muito vivos, encontrou na Rua Seis, perto do aterro sanitário, em Viana, o cantinho que lhe foi roubado quando há três anos foi convidado a abandonar o anterior posto fixo de pesagem e armazenagem da sucata, localizado duas ruas antes.

Na altura quase desistiu.

Toneladas e lucros

Envolto num emaranhado de ferro, alumínio e cobre, Aly Hamadi, um maliano que está entre os maiores e mais famosos "pesadores" da rua, aponta entre os seus principais clientes os funcionários das operadoras de limpeza e refere que o produto final é exportado ou vendido principalmente a uma fábrica localizada alguns quilómetros, em Viana. Para o sucesso da actividade que exerce, conta com dois empenhados ajudantes que, depois de um início envergonhado, encaram agora a tarefa com normalidade.

"Não podemos queixar-nos de matéria-prima. Todo o metal comprado, depois de pesado e reparado, é posto num contentor de 20 pés para comercialização", disse.

Repentinamente, a tristeza ganha forma no rosto de Aly Hamadi. As saudades dos bons tempos tomam conta da sua memória, ao lembrar que a actividade já teve dias de glória e que a força da lei acabou por ditar outro rumo.

"Há três ou quatro anos podíamos exportar sucata à vontade e os lucros eram maiores, mas as coisas mudaram. O que ganhamos hoje não é muito, mas tem dado para aguentar as despesas.

Acredito em dias melhores", diz Aly Hamadi, ao mesmo tempo que ajeita a cadeira que lhe serve de assento e cuja parte de ferro tem os dias contados.

Dinheiro e lixo

Para satisfazer a vontade dos comerciantes de sucata existem os vendedores, tidos como autênticos "caçadores" de metais expostos no lixo. A recolha nas lixeiras está aberta a todos, mas os fornecedores incansáveis são adolescentes e, por isso, também os que mais se destacam num negócio que "mistura" jovens e anciãos de ambos os sexos.

Francisco Fraio, de 15 anos, é um dos muitos que fazem parte deste segmento da sociedade.

Chico, como é chamado, nem quis acreditar no primeiro dia em que recebeu dinheiro em troca de "lixo". Durante a conversa com o Jornal de Angola recorda como se tornou "caçador" de metais: "Foi depois de ter recebido dez mil kwanzas em troca de 44 quilos de cobre retirado de bobinas, estabilizadores e cabos eléctricos encontrados no lixo. Para mim é muito dinheiro e recolher no lixo não custa nada".

Chico, que exhibe um indisfarçável traquejo na "caça aos metais", garante que não tem vergonha do que faz e que a procura nunca é cansativa, porque vale sempre a pena por render algum dinheiro. Paulo Canguiri, também faz do lixo o seu sustento. Nasceu, cresceu e vive na Mabor, bairro fértil para este negócio e onde a "caça" aos metais alastra por ruas e becos. A qualquer horário do dia, lá andam eles a vasculhar o lixo, ao mesmo tempo que percorrem longas distâncias à procura de pedaços de metais. O que importa mesmo é encontrar ferro, alumínio, bronze e cobre para pesar e amearhar algum.

"Eles compram essas coisas porque valem muito dinheiro e quem vasculha os contentores de lixo tem a esperança de encontrar mais um quilo de ferro, cobre ou alumínio", explica Elisa Capagaio, que vive no bairro e conhece na perfeição os contornos do negócio.

Das várias vantagens que retira desta actividade, salienta que a quantidade excessiva de lixo nos bairros fizeram o negócio criar raízes na periferia de Luanda, com ganhos parciais. A recolha deixa as ruas limpas destes resíduos, justifica. "Com o problema que existe com o tratamento dos resíduos urbanos, esta actividade assume-se como fundamental", repisa. Só no bairro Mabor existem dez contentores de

armazenamento de ferrolhos e rolos de fio de cobre e peças de alumínio recolhidas no lixo, num raio de aproximadamente um quilómetro.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Geral do Estado com oposição fora da sala

Jornal Agora

04 De Julho de 2014

A sessão, que em princípio tinha o formato de um debate para a análise dos relatórios-pareceres e posterior aprovação, passou desta para um monólogo cujos protagonistas foram os militantes do partido maioritário que exercem cargos governativos e os críticos à própria bancada parlamentar do MPLA

A oposição abandonou a sala em bloco, depois da apresentação da declaração política lida pelo deputado Raul Danda, da UNITA, que, além de outras discordâncias, referiu que a Assembleia Nacional (AN) não estava a respeitar os 10 minutos acordados na Conferência de Líderes.

Alegadamente, os partidos na oposição terão concertado as posições e tiveram Raul Danda como um mero porta-voz, sendo que o 'Galo Negro' apresentou a referida declaração após os líderes das outras bancadas o terem feito.

Raul Danda disse que os grupos parlamentares da UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA têm solicitado, insistentemente, que a AN transmita as sessões plenárias em directo. Para o mesmo, não é lógico que os deputados tomem decisões que tenham implicações positivas e negativas na vida dos cidadãos e negar que eles saibam disso.

A oposição revela que o presidente da AN, Fernando Dias dos Santos, faltou à verdade ao ter transmitido aos líderes das bancadas parlamentares dos opositores que estava em curso negociações, com vista a viabilizar a transmissão dos debates.

"Comunicou aos líderes dos grupos parlamentares que estava a negociar para que as sessões para a aprovação da Conta Geral do Estado, do OGE, os relatórios de Execução Orçamental e as declarações políticas fossem transmitidas em directo, mas isto não se verificou", concluiu.

TROCA DE 'MIMOS'. Fernando da Piedade alertou que, no exercício da democracia, todos devem estar preparados para ouvir os pontos de vista, mesmo os que não coincidem.

"Infelizmente, alguns deputados se decidiram a abandonar a sessão e tentaram justificar a sua posição.

Cada um deve assumir as suas responsabilidades com coerência e frontalidade, e temos de reger as nossas atitudes, tendo em conta a lei e o que define o regimento", frisou.

Este a atitude enfureceu, de certo modo, o presidente da AN, que bateu o martelo sobre a mesa e declarou que nunca tinha presidido a uma reunião com líderes das bancadas parlamentares, na qual se tivesse comprometido a alterar o regimento da casa das leis. "O regimento define que as declarações políticas são de cinco minutos, e não houve nenhuma reunião dos presidentes das bancadas parlamentares a que eu presidi ou que tivesse chegado ao meu conhecimento, que tivesse aprovado que as declarações políticas fossem de 10 minutos", retorquiu Fernando da Piedade, lembrando que as dúvidas a respeito do tempo de apresentação das declarações políticas deviam ser expostas na última reunião dos líderes.

Fez saber, igualmente, que não entende o comportamento da oposição, na medida em que a questão das transmissões em directo já tinha sido ultrapassada quando se definiu quais as matérias a serem transmitidas. "Todos ficaram de acordo que a maioria se mostrou compreensível e prevaleceu a ideia de que se ia preparar para o exercício desta actividade. Por isso, não faz sentido o que se assistiu hoje.

As pessoas devem ser coerentes e responsáveis. Se aceitam determinado quadro, é para seguir e se não aceitam e não há consenso e utilizamos o instrumento que a lei reserva, que é o recurso ao voto, devem obedecer à posição da maioria", frisou.

Por seu lado, Virgílio de Fontes Pereira, que lidera a bancada do partido no poder, lamentou o facto de os deputados da oposição terem abandonado a sala, sublinhando que o documento discutido é importante para o exercício da fiscalização e o controlo que é devido ao parlamento.

"Isto é falta de honestidade, uma vez que os argumentos usados são falsos e pecam por falta de rigor. Todo o barulho e reivindicação que a oposição faz, relativamente às transmissões em directo, visam promover o aproveitamento político e fazer aquilo que não conseguem no terreno e no contacto com os eleitores e terem alguma visibilidade mediática", disse.

Em contrapartida, o Agora já tinha sido informado, na passada sexta-feira, durante o debate sobre o 'Papel da Comunicação Social Pública no Estado Democrático e de Direito, que apenas a apresentação do relatório e as declarações seriam transmitidas em directo, do

mesmo modo que os tempos para o debate, por força da proporção de deputados, ou seja, MPLA 218 minutos, UNITA 40, CASA-CE 10, PRS 10 e FNLA 10.

4.2 MPLA aprova sozinho a Conta Geral do Estado

Novo Jornal

04 De Julho de 2014

Texto: David Finpe

A OPOSIÇÃO não votou na terça-feira, em Luanda, a Conta Geral do Estado, por alegar a existência de "muitas incongruências, insuficiências, omissões e inverdades".

Segundo a oposição, o próprio Tribunal de Contas admite no seu relatório parecer, que "as coisas não mudaram porque o Executivo não teve tempo de acatar as recomendações desse Tribunal".

"O Inventário de bens patrimoniais continua a ser esquecido, a exemplo do que ocorreu na Conta Geral do Estado de 2011, havendo gestores que se calam totalmente no que diz respeito ao inventário patrimonial, nas suas unidades orçamentais", argumentou a oposição.

O Novo Jornal apurou que nesta Conta Geral do Estado não constam informações e elementos de análise que evidenciem a avaliação das metas previstas, em confronto com as realizadas.

No âmbito das irregularidades da Conta Geral do Estado há que destacar os gestores públicos incumpridores impunes, apesar da recomendação do Tribunal de Contas sobre a necessidade de os responsabilizar.

Tanto ao nível das empresas públicas como das sociedades comerciais de capitais públicos, continua a demonstrar incongruências e deficiências dos sistemas de contabilização e controlo, não estando discriminado o relatório de execução para este subsector da Administração Indirecta do Estado.

Virgílio de Fontes Pereira lamentou o facto de a oposição ter deixado o hemiciclo numa altura em que se iria iniciar a discussão de um documento que considera de extrema importância no exercício da fiscalização e controlo do Parlamento.

"A saída da oposição representa, quanto a nós, um acto de falta de honestidade, uma vez que os argumentos trazidos à apelação, para justificar este acto, são falsos e pecam por falta de rigor", disse.

Quanto ao argumento das transmissões em directo, o líder do Grupo Parlamentar do MPLA explicou que ficou acordado que se iria iniciar o processo e no que à Conta Geral do Estado diz respeito essas transmissões abarcariam apenas a apresentação do Executivo e as Declarações Políticas.

"Não foi aprovada a transmissão em directo de toda a sessão de apreciação da Conta Geral do Estado.

Estávamos todos na conferência de líderes, quando acordámos isso, mesmo a contra gosto de alguns", expressou.

Quanto ao argumento dos tempos de antena, Virgílio de Fontes Pereira esclareceu que ficou acordado que seriam cinco minutos para as Declarações Políticas e nunca dez, como alegou a oposição.

"Se algum Grupo Parlamentar não concordou com esse tempo, é um problema desse Grupo Parlamentar.

Mas a decisão da Conferência de Líderes foi esta e ela deve ser respeitada", sustentou.

Disse haver recorrente falta de espírito de missão e sentido de Estado, da parte da oposição, sustentando que todo o "barulho" feito pela oposição é para mero aproveitamento político e camuflar "aquilo que não consegue fazer no contacto com os eleitores".

"O mais do que isso, que era exigível, era trabalhar. A oposição saiu e nós, o MPLA, que temos responsabilidades para com os cidadãos, estamos a trabalhar, porque é esta a missão que os eleitores nos conferiram", salientou.

Os Grupos Parlamentares da UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA abandonaram segunda-feira, 30 de Junho, a 4a Reunião Plenária Extraordinária da Assembleia Nacional (AN), por considerarem "injusta" a suspensão da transmissão em directo da sessão, na Televisão Pública e Rádio Nacional de Angola.

As quatro forças da oposição deixaram o Parlamento depois de apresentarem as suas Declarações Políticas (transmitidas em directo), durante a sessão que serviu para a aprovação da Conta Geral do Estado referente ao exercício de 2012.

Segundo os parlamentares, os cinco minutos concedidos para a leitura das suas Declarações Políticas pelo presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, foi outro motivo para o abandono.

Justificaram à imprensa que tinham sido acordados 10 minutos na Conferência dos Líderes das Bancadas

Parlamentares", mas à última hora foram-lhes concedidos cinco.

"Os Grupos Parlamentares da Oposição têm estado insistentemente a solicitar que a Assembleia Nacional transmita aquilo que nós aqui discutimos em nome do povo de Angola, aos angolanos. É uma questão de justiça", declarou o líder da bancada parlamentar da UNITA.

Na mesma senda, o presidente do Grupo Parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, explicou que esta foi uma decisão concertada pela oposição e que tinham preparado discursos para apresentar em 10 minutos, como "ficou acordado".

"Eu trago o discurso estruturado para 10 minutos e não posso ser surpreendido à última hora e dizerem que só vou falar cinco", justificou.

4.3 Ministério das finanças anuncia cortes os orçamentos a locados às províncias

Novo Jornal

18 De Julho de 2014

Texto: André Sibi

O Ministério das Finanças anunciou na quarta-feira em Luanda, cortes no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2015 no sector de bens e serviços. A informação foi avançada à imprensa no fim de um encontro entre o ministro e os governadores provinciais, que discutiu os limites das despesas.

De acordo com o governador da província do Huambo, Kundi Payhama, apesar das limitações

previstas no orçamento de 2015, o seu pelouro vai priorizar a construção de estradas e pontes sem pôr de parte os sectores da educação e da saúde.

Para Kundi Payhama, se lhe for atribuído o orçamento solicitado vai apostar, igualmente, na diversificação da economia, com a perspectiva de contribuir para a redução da excessiva dependência para com o sector petrolífero.

Conforme o governador do Huambo, a diversificação da economia vai contemplar também a dinamização da campanha agrícola 2015, face ao potencial da província em termos de produção agrícola e animal.

Já o governador do Kuando-Kubango, Higino Carneiro, apontou a desminagem e a recuperação das infra-estruturas rodoviárias entre as prioridades para o próximo ano.

De acordo com o governante, depois da discussão dos cortes na componente de bens e serviços, as atenções estão viradas para o anunciado encontro com o ministro do Planeamento, onde será analisada a questão dos investimentos.

Por seu turno, a governadora de Cabinda, Aldina da Lomba Catembo, saiu satisfeita do encontro, pois as propostas apresentadas vão de encontro às previsões apresentadas pela província para o exercício de 2015.

Aldina da Lomba Catembo disse, igualmente, que uma das maiores preocupações da província reside também na necessidade de admissão de pessoal para a função pública, isso através de concursos de ingresso ou de promoção.

Além disso, a governadora mostrou-se preocupada com as despesas de apoio ao desenvolvimento, pois o exercício de 2013 permitiu constatar que era possível resolver outros pendentes.

Na lista das preocupações consta, igualmente, a revisão dos mecanismos para melhorar a coabitação entre os sectores da saúde e da educação, que evoluíram para unidades orçamentadas.

Por sua vez, a governadora da Lunda-Sul, Cândida Narciso, sublinhou que, apesar das limitações do orçamento para o próximo exercício económico, a província vai continuar a apoiar o crescimento económico nos domínios da indústria extractiva e da produção de bens e serviços.

Já o governador do Cunene, António Didalelwa, apontou o combate à fome e à pobreza, bem como a construção de silos, para conservação de cereais, a fim de atenuar eventuais crises na lista das prioridades.

Questionado sobre o crescimento económico do Cunene, o governante precisou que estão concluídas 600 das 1.200 moradias previstas nos seis municípios que compõem a província, sendo 100 por cada município. Com a construção das residências, a província vai fixar os quadros dos diferentes sectores nas respectivas zonas de trabalho, para dinamizar o crescimento económico local.

Água e energia

Para diminuir a escassez de água potável, estão já na fase conclusiva a construção e a instalação de 200 quilómetros de tubos, que vão servir de canais de transportação de Xangongo para os municípios de Ombanja, Namacunde e Kwanyhama.

Para o consumo animal, a província vai contar com a construção de chimpacas com capacidade para conservar até 100 metros cúbicos de água.

No sector eléctrico, o Cunene regista desde o ano passado a recuperação das linhas que suportam as vias públicas desde às zonas de produção.

A construção de silos consta entre as prioridades do governa dor provincial, face à necessidade de conservar os cereais, para atenuar a fome nos momentos de secas. Para diminuir a procura dos serviços básicos na vizinha República da Namíbia, o governador disse que está em curso um projecto que visa construir escolas e centros médicos nas zonas fronteiriças.

4.4 OGE melhora no social

Jornal de Angola
21 De Julho de 2014

O Orçamento Geral do Estado (OGE), um instrumento legal aprovado anualmente pelos representantes do povo na Assembleia Nacional, tem conhecido melhorias significativas no que a sua execução diz respeito. Está de parabéns o Executivo Angolano cujas políticas económicas e sociais têm resultado na melhoria gradual, mas considerável da vida das famílias, do ambiente de negócios e criação de empresas no país.

Numa altura em que a diversificação da economia "ganha pernas par andar" com toda a força, importa que a Casa das Leis acompanhe a execução do orçamento tal como programado pelo Executivo. É importante que os números e as realizações continuem a andar de mãos dadas. Embora nem sempre seja fácil a previsão das receitas e despesas, por causa da imprevisibilidade dos fenómenos económicos, acreditamos que a execução orçamental no primeiro trimestre de 2014 foi positiva. Quando encaradas as despesas por função; há um claro destaque para o sector social cuja execução orçamental atingiu 62 por cento. A atenção dada ao sector social tem crescido de

ano para ano e não há dúvidas de que essa tendência se vai manter, porque é consideravelmente grande o compromisso da governação para com a elevação da qualidade de vida das famílias:

O saldo verificado indica o equilíbrio e a justeza na execução de um orçamento que tem sido dedicado para a solução dos problemas das populações. A saúde, o ensino, a segurança pública, os investimentos em infra-estruturas e equipamentos sociais conhecem, de ano a ano, subidas importantes. É verdade que há ainda muito a fazer no campo social, sobretudo quando se trata da aceleração de programas actualmente em execução que visam aumentar os serviços sociais básicos

às populações. Notamos ainda, em algumas regiões do país, morosidade na consecução de obras e projectos que deviam merecer maior celeridade. As instituições do Estado cumprem com os seus compromissos e a sociedade espera que os seus parceiros executem os projectos tal como previstos pelas partes. Os valores do OGE, continuam a ser encaminhados para projectos que visam gerar riqueza, proporcionar bem-estar às famílias e produtividade às empresas. Esta tem sido a lógica predominante na hora de elaboração do orçamento pelo Ministério do Planeamento que, cada vez mais, é feito com profissionalismo, rigor e eficiência. É encorajador que os parlamentares tenham aprovado o relatório e o parecer de execução orçamental do primeiro trimestre do ano com os votos favoráveis de legisladores da maioria dos parlamentares das formações políticas.

Depois de aprovada a Conta Geral do Estado com sucesso, há algumas semanas, os parlamentares angolanos deram mais uma vez uma lição de "bons fiscalizadores" da acção governativa ao discutirem e aprovarem o relatório de execução do OGE referente ao primeiro trimestre. Como disse o secretário de Estado do Tesouro, o bom desempenho do sector social resulta da importância que o Executivo atribui à habitação, serviços comunitários, instituições prestadoras de serviços públicos, saúde, educação e assistência social.

São dignas de realce as posições assumidas por parlamentares da oposição, relativamente aos procedimentos que estiveram na base do bom desempenho do Executivo na execução orçamental. Quando os parlamentares se predispõem a contribuir com subsídios relevantes para a elaboração do OGE, acreditamos que Angola se encontra numa boa rota em matéria de orçamentos e execução.

As palavras dos legisladores são bem reveladoras do bom ambiente político na nossa Casa das Leis e mostram o bom desempenho da execução em toda a sua dimensão. Todos os contributos são bem-vindos, numa altura em que importa fazer o devido acompanhamento para se aferir correctamente sobre os números e as realizações. Os programas executados estão à vista de todos de Cabinda ao Cunene, a julgar pelo volume de investimentos públicos em todas as áreas da vida política, social económica e cultural. Foram igualmente oportunas as questões levantadas por alguns parlamentares relativamente aos problemas financeiros de uma conhecida instituição bancária de direito angolano, o banco BESA Angola. Para esclarecimento aos deputados e ao público, o governador do banco central disse prontamente que os problemas estão identificados e que das situações verificadas nenhuma indicava supostos favorecimentos a cidadãos nacionais angolanos.

Auguramos que os próximos debates parlamentares produzam instrumentos vitais que contribuam para acelerar o bem-estar das famílias e as informações fluam para as populações. É importante que

as famílias, as empresas e o cidadão comum se familiarizem com os procedimentos que estão por detrás da execução orçamental para saber como são aplicados os valores previstos no OGE.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Luanda projecta nova estrutura administrativa

Jornal de Angola
20 De Julho de 2014
Texto: Fula Martins

O primeiro secretário do MPLA em Luanda, Bento Bento, afirmou ontem na comuna do Kicolo, município de Cacucaco, que está na forja um programa que visa melhorar a estrutura administrativa da capital, que vai permitir melhorar a qualidade de vida da população.

Bento Bento falava no comício organizado pela OMA, em apoio à direcção do MPLA e ao Presidente José Eduardo dos Santos pela atenção demonstrada na resolução dos problemas da mulher rural, assim como do V Congresso do partido, a decorrer em Dezembro deste ano.

"Precisamos de organizar melhor os municípios, as comunas e as estruturas administrativas para que estejam mais próximas da população, com recursos financeiros e humanos para resolver os problemas", disse o também governador de Luanda.

Os problemas são resolvidos "à medida que formos organizando melhor".

"Não devemos aceitar que os recursos financeiros disponibilizados pelo Executivo para um determinado objectivo sejam mal aproveitados", disse Bento Bento, referindo-se às quantidades de lixo existentes na cidade, quando as operadoras não têm capacidade para recolha no final de cada mês apresentam facturas com valores altos. Os problemas levantados pelas mulheres rurais são conhecidos, como mais água potável, energia eléctrica, hospitais, postos médicos e escolas. Outro "problema gravíssimo", no seu entender, é a invasão de terras protagonizada por "garimpeiros", muitos dos quais "são falsos polícias e militares armados".

Os órgãos de defesa e segurança precisam de mais efectivos para a polícia e para o comando operacional das FAA, para conter essa anarquia que paira por Luanda. "As mulheres reclamam todos os dias que as suas lavras são tomadas pelos invasores", salientou.

A secretária do MPLA para administração e finanças, Joana Lina, regozijou-se com a iniciativa da maior organização feminina do país e do amplo movimento de auscultação à mulher rural.

Joana Lina disse que "é do campo onde vem tudo". "Por essa razão, estamos aqui como mulheres para dar a nossa força".

Joana Quintas, militante da OMA em Luanda, apelou à união da família MPLA, tendo em conta os próximos desafios. "Queremos que o MPLA esteja mais unido, porque se aproximam as tarefas mais importantes do partido, como o V Congresso".

O comício contou com milhares de militantes, autoridades tradicionais e eclesiásticas da província de Luanda.

5.2 Autoridades tradicionais querem estatuto próprio

Jornal Manchete
25 De Julho de 2014

As autoridades tradicionais da província do Namibe estiveram frente a frente com o governador Rui Falcão, no passado dia 16 de Julho durante o fórum provincial de auscultação, a eles dedicado.

No memorando apresentado pelo Soba Grande do município do Tômbwa, Agostinho Pedro Ramos, os sobas pediram respeito por parte do executivo, porquanto, jogam um papel muito importante junto a população da sua área de jurisdição.

Pedro Ramos, disse que os sobas estão preocupados com a situação social da província do Namibe, de resto, um dos assuntos mais discutidos durante o Fórum Provincial da Mulher Rural, que teve lugar nos últimos dias no Namibe.

Aquela autoridade adiantou que tudo que já se fez até aqui em relação aos furos de água, ainda não responde a necessidade da população e as empresas dedicadas a este trabalho, não têm atingido a profundidade necessária, para encontrar o precioso líquido.

Outro assunto que ressalta do memorando das autoridades tradicionais, é a falência das empresas de pescas na província, com particular realce ao município do Tômbwa, situação que colocou inúmeras pessoas no desemprego.

Os sobas querem a reactivação daquelas empresas, para que mais angolanos possam ter com que sustentar as suas famílias.

As autoridades tradicionais apelaram igualmente aos juristas, no sentido de clarificarem o tratamento de certas questões, em harmonia com os direitos positivos e consuetudinário, bem como a definição do seu estatuto próprio. "Os juristas que aí existem, se conseguem ajudar o governo a organizar a lei para exercer actos de condenação penal, então que ajudem também a resolver o estatuto das autoridades tradicionais", advogaram.

Em seu entender, tem havido conflitos, sobretudo na resolução de problemas entre os juristas e as autoridades tradicionais. "Alguns dos assuntos que as autoridades tradicionais devem resolver, constam em lei mas, quando os aplicamos os tribunais sempre nos reprovam"

As autoridades tradicionais queixaram-se também, da suposta expropriação das terras da população nas aldeias, por cidadãos bem posicionados, mas que em muitos casos, também não têm desenvolvido nenhuma actividade notável. Os mesmos acusam que as alegadas expropriações têm tido cobertura do governo e apelam a correcção imediata da situação, que consideram colocar em perigo a tradicional herança das terras, dentro da cultura Angolana.

"Reconhecemos que o Estado, à luz da legislação, é o proprietário da terra, só que, o próprio colono já nos encontrou aqui, em posse dos nossos trisavós ou quintavós, que por sua vez nos passaram, e então, porquê que agora nos estão a retirar dessas terras para darem aos outros?", questionaram-se.

A terminar, denunciaram igualmente, uma recorrente intromissão do governo na acção das autoridades tradicionais, como a nomeação e exoneração de sobas, prática considerada atentatória à tradição de independência do sobado.

Por seu turno, o governador Rui Falcão, que dirigiu o encontro, disse que algumas das questões levantadas pelos sobas, no capítulo das consequências da seca, já estão em carteira, parte das quais em fase de implementação.

Rui Falcão, apelou a uma melhor organização dos sobas, no sentido de prestarem um trabalho mais fiável junto as comunidades sob sua jurisdição.

O governador reconheceu, no entanto, ter havido erros no passado, em que a independência dos sobas foi posta em causa, na medida em que, alguns governadores exoneravam sobas, nomeando em seu lugar cidadãos de sua conveniência, tendo anunciado o fim desta situação e garantiu a manutenção da sua independência, embora caiba ao governo remunerá-los pelo trabalho desenvolvido junto as comunidades.

O governador disse igualmente que o número de sobas na província do Namibe, cresce constantemente, tendo apelado também ao fim desta prática.

5.3 Eleições autárquicas em Angola

Semanário Angolense
26 De Julho de 2014

As autarquias locais, enquanto forma de exercício do poder político descentralizado e de administração desconcentrada do aparelho central do Estado, implicam a existência de eleições dos órgãos autárquicos e a vigência de uma legislação atinente à sua organização e funcionamento.

Isso implica, como é óbvio, um prévio esforço legislativo formal: legislação eleitoral e material, legislação administrativa e financeira, sobretudo, para a sua implementação.

Depois de vários pronunciamentos sobre o adiamento das eleições autárquicas, o secretário-geral do MPLA, general Dino Matross, admitiu, em recente entrevista ao site Rede Angola (RA), que as mesmas poderão ter lugar em 2017, mas em simultâneo com as legislativas e presidenciais.

É certo que a biologia organizacional e funcional das autarquias locais é tão complexa quanto ao do próprio Estado, com a diferença de ser perspectivada no plano local. A sua concretização comporta o assim todos os elementos normativas à larga escala atribuíveis ao funcionamento dos órgãos e serviços do Estado.

Desde logo, não é um fenómeno para ser alimentado por impulsos eleitoralistas sem que seja devidamente esmiuçado em todos os seus aspectos políticos, jurídicos e económicos para sua implementação sustentada.

Se, por um lado, a elaboração da legislação eleitoral não levanta qualquer dificuldade em termos de «timings» para a sua conclusão tempestiva visando as eleições em 2017, segundo essa opinião; por outro lado, a legislação administrativa e financeira não parece tão simples de ser concluída no mesmo momento em que as autarquias locais serão implementadas (seguindo o raciocínio daquele militante sénior do partido no poder).

Milhares de questões pulverizadas em vários campos de expressão de uma autarquia local devem ser respondidos ao longo de todo o processo normativo.

Um primeiro plano do problema, por si só carente de uma ampla discussão, consiste em delimitar as

atribuições e competências entre as autarquias locais e os órgãos centrais e locais do Estado.

Que espécies de impostos e taxas devem ser cobradas nos municípios aos respectivos munícipes? (são questões económicas).

Que estímulos ao investimento serão vertidos a favor dos municípios? Como fica o investimento estrangeiro e privado para efeitos de políticas autárquicas?

Que tipos de empresas cabem na responsabilidade das autarquias? Micro, pequenas, médias ou grandes empresas? Qual é o regime tributários para os agentes económicos das autarquias? E quem são os agentes económicos para efeitos de controlo tributário ao nível das autarquias? Serão os zungueiros (micro empresários) ou grandes empresários (uma Sonangol, por exemplo)? Quanto à gestão territorial, qual será a competência das autarquias para efeitos de concessão de terras e de delimitação territorial para efeitos de política de ordenamento e urbanização? Quanto à educação e saúde, que níveis de ensino e estruturas hospitalares (e serviços médicos e de saúde correspondentes) são da responsabilidade das Autarquias? Os municípios podem ter Universidades ou só podem ter escolas do ensino médio ou só do ensino de base? A taxa de circulação será cobrada pelos municípios ou continuará a ser cobrada pela administração fiscal central? Poderemos falar em salários diferenciados na função pública entre funcionários das autarquias locais e funcionários do Governo central? As vias terciárias a quem cabe a sua manutenção: aos municípios ou ao Governos provinciais? Qual é o estatuto do munícipe, uma vez criadas as Autarquias Locais? Em caso de eleições autárquicas vota apenas no seu município ou pode votar em qualquer município em que esteja em trânsito, por exemplo?

Como se vão chamar os órgãos das Autarquias locais? Presidente da Câmara Municipal (executivo) e Vereadores (deliberativos) ou Administrador Municipal e Representantes Locais? Quantos serão os membros dos órgãos das autarquias locais e qual é prazo do seu mandato? Enfim, centenas de milhares de questões que tornam complexo a análise do fenómeno autárquico e que estão longe de merecerem considerações aéreas.

Elas merecem por isso um tratamento pormenorizado através de uma legislação sistematizada e coerente que não venha, inclusive, a colidir com a ordem jurídica vigente.

Do ponto de vista legal existem algumas condicionantes a considerar, sendo a mais importante delas a necessidade da delimitação do âmbito das

autarquias locais. Saber se as autarquias locais estarão circunscritos apenas aos municípios ou, se pelo contrário, serão alargada das a províncias e a bairros são respostas que a Lei Constitucional - LC, Constituição para o legislador, demanda (artigo 217.º e SS). É o problema formal central relacionado com a organização e o funcionamento das Autarquias locais que uma vez resolvido permitirá uma abordagem mais concreta das atribuições e competências correspondentes.

Há uma ideia genérica de que os municípios serão o âmbito privilegiado das autarquias locais. Essa perspectiva é também constitucional (artigos 218º). Mas, não passam de conjecturas por simples inexistência de legislação competente que defina as categorias locais interpretando a legislação fundamental. Mesmo quando já existam sinais de autorização de certas circunscções administrativas (Cidade do Kilamba, Comissão Administrativa de Luanda) a ideia de autarquia locais é ainda disforme ou dispersiva porque sugere, no caso dos exemplos, a extensão deste fenómeno político, administrativo e financeiro a níveis organizacionais que, na verdade, dispensam uma gestão autárquica no âmbito do que a própria legislação fundamental considera ser os pressupostos para a implementação gradual das autarquias locais (art,v 242.º). Se ao esforço normativo, por si só demorado, acrescentarmos as consultas públicas necessárias e a busca de consensos em matérias orgânico-eleitorais (definir órgãos responsáveis e sua composição), à semelhança do que se vulgarizou quando se tratam de eleições gerais (legislativas, no caso) há que considerar que a opinião vazada não passa de um apelo com um condão eleitoralista.

A acontecer nos prazos previstos, estaremos diante de um quadro que pode levar a coincidir com as eleições gerais (legislativas) activando dificuldades de organização e funcionamento logístico, em meio a outros problemas deles reflexos. Dixit.

5.4 «Temos uma sociedade civil bem fraca e sem participação»

Semanário Angolense
26 De Julho de 2014

SA - o que diz das autarquias, como um dos espaços que pode ser implementado para a participação de novas ideias?

MM - A realização das autarquias vai ter como consequências, primeiro, o cumprimento do estipulado nacional. Porque, nesta altura, estamos numa agressão à Constituição, com a ausência da

realização das eleições autárquicas. Há aqui um vazio constitucional porque não há vontade política para que se realizem. O cidadão que conhece a sua realidade ajuda a definir a agenda política da governação através destas preocupações constatadas na localidade.

SA - De quem é, exactamente, essa falta de vontade da realização das eleições autárquicas de que falou?

MM - A responsabilidade primária recai a quem tem a missão de executar as Leis e o governo. E depois é compartilhada com os partidos, que não têm capacidade de obrigar o governo a cumprir uma medida constitucional. Nós estamos numa ausência de capacidade dos partidos de influenciar quer a execução das leis quer a governação. Não temos uma força de bloqueio. Estamos na lógica de que o partido governante governa sozinho.

SA – Acha que o partido governante tem medo das autarquias?

MM - O partido governante cria barreiras para a não institucionalização das autarquias locais. Pela seguinte razão: é o Executivo que tem por missão a execução das leis e a materialização das condições para que as autarquias tenham lugar e o Governo tem a base parlamentar folgada que lhe dá o suporte para não realizar este pressuposto constitucional.

SA - Como é que o povo pode cobrar?

MM - A ausência de uma sociedade civil forte prejudica a participação dos cidadãos e a democracia. Dizia o conceituado professor português Boaventura de Sousa e Santos que «se o Estado detém o monopólio do poder, a sociedade civil detém o monopólio da liberdade». Na falta de acção do Parlamento, dos Tribunais, nós temos a sociedade civil, que esforça, que cobra e que pressiona o poder político. Temos uma sociedade civil fraca e sem participação.

SA - Será que a sociedade civil se acomodou?

MM - O povo por si só não desperta, é importante que haja lideranças que despertem o povo. A nossa conjuntura política actual asfixia a participação pública. Jean-Jacques Rousseau dizia o seguinte: «A democracia é o sistema do governo onde o regime não é suficientemente rico para comprar o cidadão e o cidadão não é suficientemente pobre para se vender ao regime».

SA - O que isso quer dizer no nosso contexto?

MM - Com essas nossas extremas condições de pobreza e dificuldades, fica difícil o individuo ter algum tempo para participar de uma conferência, de

um debate, acompanhar uma medida legislativa ou política. E quando não há democracia sem participação, não há participação sem condições. Estamos numa conjuntura política que não nos permite o exercício da liberdade, da democracia e da cidadania. É importante que a actual geração assuma responsabilidade e tenha a noção de que é chegado o momento. E é chamada, mais uma vez, a responder ao apelo de salvação do país.

5.5 Governo do Namibe acusado de ameaçar independência dos sobas

Jornal Terra Angolana

Julho de 2014

Texto: Catraio Cabele

As autoridades tradicionais no Namibe disseram, recentemente, durante o encontro provincial de auscultação que tiveram com o governador Rui Falcão, que o governo tem-se intrometido nos assuntos dos sobas, ameaçando fortemente a sua necessária independência, no papel que jogam nas comunidades à luz do direito costumeiro.

Denunciaram haver sobas que não se identificam com o partido no poder exonerados e outros que se mostrem a favor da cor da camisola do partido governante, nomeados por dirigentes governamentais.

Durante o fórum provincial, os sobas exortaram ao governo a parar imediatamente com esta conduta, sob pena de afunilar o papel dos sobas de congregadores da população, sem olhar às cores partidárias de cada um.

As autoridades tradicionais lamentaram, ainda, o facto de o governo ignorar as preocupações por eles constantemente apresentadas, sobre a situação social da população das suas respectivas circunscrições geográficas, traduzidas na falta de alimento e na falta de água. Para os sobas, gasta-se muito dinheiro do estado nos trabalhos mal feitos, citando como exemplo a abertura de furos, sem no entanto se atingir o lençol freático de cuja água atenuaria a carência deste líquido precioso e fundamental a vida humana.

Mas também, mostraram a preocupação em relação ao que chamam de governo assistencialista, no caso da fome que apoqueta a população. As autoridades tradicionais pedem que o governo adopte políticas que resolvam o problema, identificando as causas e adoptar medidas preventivas, à luz das linhas científicas necessárias.

Os participantes do encontro provincial de auscultação, disseram esperar que o governo depois de

ouvir dos sobas, tome posição que marque separação clara entre o papel das autoridades tradicionais e governamentais, para evitar beliscar a independência dos sobas e acabar com a partidarização não só deles como também de outras instituições estatais.

"O que se passa, é que as pessoas querem ver o soba a depender do administrador, ou do governador. Mas, isto não é assim que deve ser, porque antes dos governadores, já houve sobas desde há muito tempo. O administrador não tem poder para nomear ou exonerar um soba, nem mesmo o governador tem poder para fazer isto. Os sobas não são nomeados, porque isto é da linhagem. O nosso problema é que, as pessoas querem misturar tudo

com o partido", disse em entrevista exclusiva a este jornal um dos sobas que participaram no evento.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Habitação. Atraso na entrega de casas 'irrita' jovens do Cuanza-Sul

Jornal Agora

04 De Julho de 2014

Texto: Júlio Gomes

O projecto de construção de 100 casas para os jovens, no município da Gabela (Cuanza-Sul), foi concluído há cerca de um ano, mas ainda não se fez a entrega aos destinatários.

Agastados com a demora, os beneficiários, na sua maioria funcionários públicos, não entendem por que razão a Direcção Provincial do Ministério da Juventude e Desportos não 'muge nem tuge' para dissipar as dúvidas em tomo do atraso na distribuição das chaves.

A cargo da empreiteira angolana IMOSUL, onde, ao que se diz, se cruzam interesses do empresário Tulumba, e também de um governador provincial, que a nossa fonte preferiu omitir, a obra está avaliada ao equivalente a mais de três milhões de dólares.

Os inquilinos do complexo habitacional das 100 residências do tipo 1'2, erguidas à entrada da vila da Gabela, afirmam que as casas já foram enumeradas, têm em mãos os respectivos cupons, mas infelizmente não podem desfrutar do seu conforto.

"É tudo muito estranho e a cada dia aumenta a nossa curiosidade em sabermos a veracidade dos factos. Aliás, somos jovens e a nossa ambição é termos espaço habitacional próprio, na medida em que cada um de nós pretende constituir família. Por isso, uma vez que vamos pagá-las com o tempo, o melhor seria estarem já sob a nossa responsabilidade", disse ao Agora um dos contemplados que acha que, ao não serem ocupadas, as casas correm o risco de degradação, e o projecto cair em 'saco roto'.

O QUE SE ESTARÁ A PASSAR AFINAL? A nossa fonte diz que a IMOSUL construiu as casas em seis meses, mas não recebeu na totalidade o dinheiro da empreitada, tendo concluído a obra com a sua própria pecúnia. O mesmo contacto acrescentou que, ao não ter encaixado o valor completo da construção, a construtora também se vê a braços em honrar compromissos assumidos com as empresas subcontratadas que contribuíram para o sucesso e conclusão dos imóveis no tempo programado.

"As casas estão aí, mas, se não forem ocupadas, será um trabalho em vão, já que o empreiteiro pode vir a ser novamente chamado a intervir na reparação de uma degradação resultante da inércia dos nossos governantes", atira o jovem bancário Damião, visivelmente insatisfeito com a 'lenga-lenga' na recepção da sua morada.

Há cerca de dois meses, esteve na Gabela o secretário de Estado da Juventude, Nhangá de Assunção, que também não terá esboçado nada de novo em relação ao destino do projecto.

A CULPA É DO BPC? Um funcionário da Direcção Provincial da Juventude e Desportos confirmou que as casas ainda não foram distribuídas porque o Banco de Poupança e Crédito (BPC) não pagou a última tranche do valor da obra à empreiteira.

Postas as coisas neste prisma, fica-se com a ideia de que a 'bola' está do lado do BPC, que também financiou outros projectos do género noutros municípios da província e não só...

"Se o problema é com o BPC, então tem de se encontrar uma solução urgente", diz Damião, lembrando o célebre adágio popular: "Quem casa quer ter casa". Mas, infelizmente, elas ainda não podem ser ocupadas!

6.2 imobiliário na ordem dos 19%

Jornal Agora

04 De Julho de 2014

A análise indica o comportamento do mercado imobiliário nos segmentos da habitação, escritórios, turismo, comércio e indústria, com maior incidência para Luanda, Benguela e Lobito que lideram a lista, cuja procura e oferta continuam desencontradas.

De acordo com o presidente da Proprime, Nelson Rêgo, o estudo visa partilhar e difundir a informação sobre o mercado imobiliário nacional, bem como atrair potenciais investidores, sendo que os valores médios que o mercado apresenta se fundamentam nas amostras recolhidas.

"Os valores correspondem a um mix entre preços de oferta e o valor de avaliação de empreendimentos que se situam na baixa de Luanda, Ingombota, Maianga, Talatona, Benfica, Viana, Camama, Benguela e Restinga", revelou.

Conforme o especialista, o preço de uma casa é o reflexo de um conjunto de factores, sendo o custo da construção o de maior peso, mas impõe-se o desafio

de reduzir a importação que onera em demasiado a construção no país.

Indagado sobre os preços das residências, Nelson Rêgo disse que, com os projectos das novas centralidades e as ferramentas de acesso a essas, como é o caso da renda resolúvel, mais angolanos vão concretizar o sonho da casa própria, sendo esta a tendência do mercado.

"Na minha opinião, não poderemos ver o valor em absoluto, mas a forma de pagamento. Com os instrumentos que se estão a tomar efectivos, será mais fácil tomar o valor final ajustado à realidade mensal de cada família", acautelou, descartando a possibilidade de haver um 'boom' no mercado imobiliário, como sucedeu na Europa e nos Estados Unidos da América

PREÇOS POR METRO QUADRADO.
Apartamentos T1 na Marginal estão orçados em 982 mil, os do tipo T2 cerca de 1 milhão de Kz, T3, 2 milhões, enquanto o T4 está orçado em cerca de 2,7 milhões.

O que, para o especialista, carece de um regulamento é a possibilidade de haver um fraccionamento no processo de comercialização das residências e a utilização de cada um dos prédios. Na ausência de uma lei de condómino, a organização constitui a única forma de preservar o valor do imobiliário, pelo que a estruturação desta vertente se torna fundamental para a sustentabilidade dos empreendimentos.

6.3 Milhares de casas na Centralidade da Quilemba

Jornal de Angola

05 De Julho de 2014

Texto: Estanislau Costa

Mais de sete mil casas unifamíliares, do tipo T2, T3 e T4, foram construídas pela construtora chinesa CITIC, na nova centralidade da Quilemba, arredores da cidade do Lubango, no âmbito do programa de fomento habitacional, projectado para atingir 11 mil moradias.

O vice-gerente da CITIC, Zhn Perig, que avançou os dados ao Jornal de Angola, aquando da visita de constatação do governador João Marcelino Typinge, informou que, das casas construídas, 800 estão prontas para serem entregues.

A referida empreiteira, que demonstra empenho e qualidade nos trabalhos de construção civil, executa as obras num espaço de cinco mil hectares, onde jovens angolanos aprendem e aperfeiçoam as técnicas

modernas de execução de obras. Um especialista chinês elogiou o envolvimento do pessoal nacional, por serem prestáveis.

As novas urbanizações foram criadas pelo Governo Provincial para aumentar a capacidade de albergar, de forma confortável e atractiva, um milhão e meio de pessoas. O Lubango possui igual número de pessoas, mas a maioria habita em condições pouco dignas, dada a pouca urbanização dos bairros.

Os cinco mil hectares do ordenamento da Quilemba vão absorver 700 mil pessoas. O projecto é feito nas unidades de execução 11 e 12, tidas como áreas nobres para implantação do programa.

Foi ainda criada no local uma avenida estruturante, que vai ligar a outra avenida estruturante da centralidade da Eywa.

As duas avenidas, de acordo com dados do projecto, vão ter 36 quilómetros, sendo 17 para Quilemba e 18 para Eywa. A via já demarcada vai ter dois viadutos e as avenidas quatro faixas de rodagem, nos sentidos ascendente e descendente.

Já funcionam nos arredores da centralidade da Quilemba o mercado informal do Mutundo, com capacidade para mais de mil vendedores, escola do ensino primário, do II ciclo secundário do Nambambi, Magistério Primário do Lubango, duas bombas de combustível, uma agência bancária e outros serviços.

A dinâmica registada no curso das obras convenceu o governador da Huíla, que encorajou a empreiteira a continuar, para que haja condições de se cumprir os prazos estabelecidos.

Para além da concretização do projecto de monta, a cargo da construtora chinesa CITIC, um número considerável de lotes, com mil metros quadrados, foi distribuído à população na localidade, com o propósito de promover a auto-construção dirigida.

Os contemplados reagiram favoravelmente e juntam-se à nova centralidade casas construídas e ainda em obras.

Alguns jovens, com os alicerces das suas casas já concluídos, pedem aos bancos para serem mais dinâmicos e flexíveis na atribuição de créditos, para acelerar a construção de casas.

o enfermeiro Pedro Francisco, com as bases da casa concluídas, disse que "a burocracia do crédito à habitação atrapalha a vida dos jovens".

"O matagal enorme transformou-se numa autêntica cidade moderna. Esta descrição ajusta-se à centralidade da Quilemba, que regista um movimento imparável de homens e máquinas de diversos tipos, todos os dias.

Chineses e angolanos dão forma ao projecto do Executivo, que visa o fomento habitacional", afirmam muitos engenheiros.

Casa própria

Os jovens estão expectantes quanto à concretização do projecto habitacional de grande envergadura, tendo a maioria considerado que o sonho da casa própria, num local nobre, com todas as infra-estruturas auxiliares, está cada vez mais próximo.

O enfermeiro António Pedro é um dos jovens que já começou a fazer poupanças dos seus rendimentos para o efeito.

"Estou a preparar-me com antecedência para, quando chegar a hora de entrega das casas, estar à altura de cumprir os requisitos e ter, a partir daí, a minha casa", acrescentou.

Belmiro Lucas elogiou a iniciativa do Executivo em criar o projecto habitacional, por "ser uma aposta certa para o fomento de casas, criação de novas cidades, mais lindas em termos arquitectónicos, evitar a especulação de preços e minimizar a falta de casas que afecta principalmente os jovens".

6.4 Centralidade do Dundo sem data para inauguração

Jornal de Angola

07 De Julho de 2014

Texto: Joaquim Aguiar

A Inauguração da Centralidade do Dundo ainda não tem uma data definida, devido a algumas

correções, assim como a conclusão de alguns aspectos técnicos, sobretudo de Infra-estruturas de apoio, afirmou o governador da Lunda Norte.

Ernesto Muangala falava à Rádio difusão Nacional de Angola (RNA), por ocasião das comemorações do 36º aniversário da província da Lunda Norte, assinalado a 4 de Julho. O governador disse ter sido elaborado um estudo sobre a gestão da Centralidade do Dundo, submetido ao Executivo, ressaltando que "no seu devido momento, a população toma conhecimento da inauguração e venda dos apartamentos".

A juventude e os quadros das diferentes áreas administrativas vão ter a primazia na aquisição dos apartamentos, tendo em conta a política do Executivo que prevê a fixação de quadros no interior do país.

A Centralidade do Dundo é um projecto de quatro fases. A primeira prevê a construção de 5.004 apartamentos e as outras aguardam a aprovação e concretização, em função dos recursos financeiros. O projecto faz parte do Programa Nacional de Habitação e está concebido para 20 mil apartamentos.

A segunda fase da Centralidade do Dundo inclui infra-estruturas administrativas, como Palácio do Governo, para albergar as diferentes Direcções Provinciais, Palácio da Justiça e outras estruturas que possam conferir à cidade do Dundo o verdadeiro estatuto de capital da província da Lunda Norte.

A província ressentiu-se da falta de infra-estruturas essenciais, disse o governador. A cidade do Dundo foi no passado um acampamento da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang).

A divisão da antiga província da Lunda deixou a Lunda Norte em desvantagem, por ter herdado uma parte da então província da Lunda sem infra-estruturas para o funcionamento dos diferentes órgãos da Administração do Estado.

Formação do homem

Ernesto Muangala defendeu a formação e capacitação contínua dos quadros como um pressuposto essencial para o desenvolvimento da região, com vista a uma melhor interpretação dos fenómenos sociais em Angola e no mundo.

A "formação do homem" deve constituir prioridade entre as principais tarefas a desenvolver a médio e longo prazo, que inclui também a reparação das vias de comunicação e a melhoria do abastecimento de energia eléctrica às populações.

Acções que visam construir mais escolas do ensino não universitário e o incremento do sistema de alfabetização nas áreas urbanas e zonas rurais estão em curso.

"Temos estado a dar prioridade à formação de mais professores para o ensino não universitário, a partir da Escola Superior Pedagógica e nas escolas de formação de professores espalhadas pelos municípios", disse, anunciando a construção de institutos médios politécnicos em todas as sedes municipais.

O segundo eixo de desenvolvimento da província é constituído pelas vias de comunicação, entre estradas, pontes e aeroportos.

A situação na Lunda Norte não era boa até 2011, mas o quadro tem vindo a mudar positivamente, com o início das obras de reabilitação das estradas nacionais 180, que liga a cidade do Dundo a Saurimo-Malanje e Luanda, e 225, que permite o acesso entre a cidade do Dundo e vários municípios do interior, disse o governador.

As estradas secundárias e terciárias também estão a ser reabilitadas, para facilitar a circulação e o incremento do comércio rural.

.A estrada 225 tem 11 pontes e 12 pontecos que estão a ser repostos, devido à sua destruição durante a guerra. Considerou que "a construção e reabilitação de estradas é um grande investimento do Executivo a nível da província".

Aeroporto do Dundo

A reabilitação das vias de comunicações vai levar muito tempo, devido a insuficiências financeiras e pelo facto da província da Lunda Norte ter a malha rodoviária estimada em mais de seis mil quilómetros de estrada a ser reabilitada. A segunda fase de reabilitação do

Aeroporto do Dundo tem início a partir da segunda quinzena deste mês. É um passo importante para restabelecer as comunicações aéreas entre a capital da província da Lunda Norte e as restantes regiões do país, sobretudo a cidade de Luanda.

"O aeroporto fica encerrado para qualquer tipo de aviões e as obras vão até finais de Novembro", anunciou o governador, recordando que há cerca de 14 anos que aviões da companhia nacional de bandeira não escalam a cidade do Dundo, devido à degradação das infra-estruturas.

Ernesto Muangala informou que enquanto decorrem as obras da pista do Aeroporto do Dundo, os aviões de pequeno porte que ainda escalam a Lunda Norte têm como alternativa o aeródromo do município de Lucapa.

A primeira fase de reabilitação do Aeroporto do Dundo consistiu na construção de uma aerogare moderna, igual às das cidades de Saurimo e Luena. O governador falou ainda sobre o programa "Angola 2025" e destacou os investimentos para a Lunda Norte, como a extensão do Caminho-de-Ferro de Benguela à cidade do Dundo, através do corredor do Luena e o de Luanda ao Dundo, através de Malanje.

Mais energia eléctrica

Ernesto Muangala considera o aumento da capacidade de produção e distribuição de energia eléctrica às populações como grande desafio do seu governo.

A reabilitação e ampliação da central hidroeléctrica do Luachimo, de 8.4 para 32 mega watts, foram destacadas como solução para melhorar substancialmente o sistema energético da província. "Prevê-se que as obras comecem em breve e vão ter a duração de 36 meses". A central hidroeléctrica do Luachimo vai interligar-se à do Chicapa, em Saurimo, Lunda Sul.

O sistema de energia eléctrica do leste de Angola vai igualmente interligar a região através da hidroeléctrica do Chihumbwe, no município de Dala.

Os municípios da Lunda Norte, como Xá-Muteba, Cuango e Capenda-Camulemba, vão beneficiar no futuro próximo da energia eléctrica de Capanda, com a construção de uma linha de alta tensão a partir da cidade de Malanje.

A cidade do Dundo é abastecida actualmente de energia eléctrica 24/24 horas, deixando para trás os constrangimentos da falta deste bem essencial.

A província conta com uma potência instalada de 50.83 MW e disponível de 43.46 MW: A cidade do Dundo tem uma potência instalada de produção que é assegurada por duas centrais eléctricas, sendo a hídrica de 8.4 MW e a térmica de 30 Mw, perfazendo uma potência de 38.4 MW, garantindo assim 98 por cento de atendimento à população.

A província da Lunda Norte surgiu como resultado da divisão da então província da Lunda, ao abrigo do decreto presidencial nº 86/78 De 4 Julho. Localizada no nordeste do país, a província ocupa um espaço de 103.760 quilómetros quadrados, com cerca de 1,2 milhões de habitantes.

A província tem nove municípios e 25 comunas. A cidade do Dundo é a capital desde 1995, em substituição da cidade do Lucapa, inicialmente proposta.

6.5 Seguro habitação é preciso

Jornal Economia e Finanças
11 De Julho de 2014

Produto "multi-risco" protege imóveis e bens contra vários sinistros com a oferta de garantia e reposição na totalidade a Empresa Nacional de Seguros e Resseguros de Angola (ENSA-E.P) aposta, para os

próximos tempos, na massificação do produto multi-risco habitação, dentro das suas estratégias de mercado de oferecer produtos inovadores e bastantes fiáveis à sua carteira de clientes.

Segundo soube o JE, o multi-risco habitação, disponível no mercado desde 2013, é uma resposta da seguradora pública ao crescimento do parque imobiliário nacional, o que faz aumentar também o risco de perdas dos bens seja por incêndios, seja por outros de natureza incerta. Este seguro é designado por multi-risco, uma vez que cobre o imóvel assim como os bens que o mesmo suporta.

Recentemente, durante a Feira Internacional de Benguela (FIB/2014), técnicos da seguradora estiveram em contacto com os clientes para apresentar o produto e esclarecer eventuais dúvidas.

A título de exemplo, uma habitação social, do tipo de construções erguidas no Zango, pode pagar um prémio mínimo de 14 mil kwanzas por ano.

A seguradora pública, que à semelhança das demais operadoras do mercado tem disponíveis

os produtos seguro automóvel, saúde e de viagens, também quer ver melhorada a relação com o cliente, sobretudo na prestação de um atendimento célere e personalizado. Para tal, tenciona reforçar os investimentos no aumento da sua rede de agência de atendimento, centros de apoio aos sinistros e ao call center, uma vez que as pessoas querem ser cada vez mais atendidas sem saírem do seu local de trabalho.

6.6 Funcionários públicos recebem moradia

Jornal de Angola

17 De Julho de 2014

Texto: Dionísio David

O governador do Cunene, António Didalelwa, entregou na segunda-feira dez casas de tipo T3, em Mukolongondjo, destinadas aos quadros da Administração Municipal do Cuvelai.

As casas que estão a ser erguidas no âmbito do Programa de Investimentos Públicos, com o objectivo de atrair técnicos qualificados, proporcionando-lhes as melhores condições de alojamento. As obras das casas entregues, financiadas pelo Governo do Cunene, custaram cerca de 87,8 milhões de kwanzas.

O governador António Didalelwa garantiu que o Governo Provincial está empenhado na melhoria das condições de habitabilidade dos funcionários e

quadros do Estado e que a construção de escolas, postos de saúde e casas é uma prioridade.

Agora, realçou o governador do Cunene, os que forem colocados para trabalhar no Cuvelai já não têm motivos para protestar, porque estão criadas as condições para enfermeiros, professores e outros quadros de diferentes sectores poderem prestar serviços de qualidade às populações do município.

António Didalelwa chamou a atenção das entidades competentes para a necessidade de se garantir a segurança dos responsáveis e funcionários que vão morar nas referidas casas.

No mesmo dia, o governador inaugurou uma escola primária com três salas, na localidade de Omala, comuna do Evale, município do Cuanhama, onde estão em curso diversas acções de impacto social. Numa breve conversa com a comunidade local, António Didalelwa pediu para preservarem a infraestrutura de impacto social posta à disposição e o empenho dos professores e encarregados de educação para o cumprimento do programa lectivo em curso.

6.7 Desenvolvimento de Luanda passa por dez eixos centrais

Jornal Economia e finanças

18 De Julho de 2014

Texto: Ismael Botelho

O plano de desenvolvimento da cidade de Luanda passa por dez eixos centrais para a tornar numa mega metrópoles, com características que se adaptam aos tempos modernos. Esta foi a

conclusão a que chegaram os participantes e membros do Comité Provincial do MPLA em Luanda, que apreciaram o plano de desenvolvimento provincial 2013-2014, apresentado, recentemente, na sede do partido em Luanda. De acordo com o programa explicado em pormenor pelo ex-ministro das

Finanças de Angola, José Pedro de Morais Ir, aos comités de especialidade do partido no poder, os principais eixos de desenvolvimento passam por áreas-chaves, que vão tornar Luanda numa das melhores capitais a nível da região. Tudo passa pela melhoria das questões de gestão urbana, capital humano, ambiente de negócios, serviços básicos, transportes públicos, descentralização administrativa, sociedade civil, infra-estruturas, urbanização e a segurança pública.

Gestão Urbana

Segundo Pedro de Morais, para se responder aos problemas que enfrenta uma mega metrópole, as

questões do planeamento e gestão urbana devem estar equacionadas, defendendo ainda que o urbanismo assume uma importância crucial, neste contexto, por dar corpo à dinâmica do desenvolvimento. Em relação a Luanda, "estamos a falar de um reordenamento estrutural que vai dar na degeneração de novos assentamentos", disse.

Descentralização

Os problemas da população são melhores atendidos pelas estruturas administrativas que estão próximas, portanto, apesar de se estar a viver um período de consolidação administrativa, é consensual que a estrutura que está mais próxima dos cidadãos é o município.

Por isso, deve ser a nível deste onde as suas preocupações devem ser resolvidas. "Então, pensamos que deve haver descentralização, para que sejam atingidos os objectivos. Precisamos de um certo grau de descentralização", afirmou.

Capital Humano

No que toca às questões do capital humano, o prelector fez referência que o plano de desenvolvimento para a capital do país prevê que as entidades da província devem adoptar uma postura, que visa a criação de condições para reter, valorizar e formar a força de trabalho e os quadros mais qualificados e evitar a exclusão social dos jovens, garantindo oportunidades iguais de acesso ao emprego.

Sociedade civil

Outro tema que mereceu destaque no plano foi a discussão dos principais problemas da vida pública que devem ser afloradas de forma aberta e com a participação de vários intervenientes sociais, devendo, para isso, se criar outras iniciativas de apoio ao associativismo que promova os valores éticos e morais, de forma a proporcionar condições para um bom funcionamento das coisas simples e das instituições que facilitam o desenvolvimento da cidade.

Ambiente de negócios

O plano defende também que uma das prioridades das autoridades locais é promover e criar condições necessárias para promover a grande actividade empresarial, sobretudo, a reestruturação dos circuitos económicos locais, com plataformas de diálogo para as pequenas e médias empresas, para que seja facilitada a sua inserção nos mercados e oportunidades de sobrevivência e geração de riqueza.

Infra-estruturas

O ex-ministro das Finanças disse ser importante um investimento grande em infra-estruturas que criem condições de melhoria de vida das populações e facilite o trabalho dos empresários, sendo que, para isso, elas devem funcionar no sentido de resolver-se os problemas que obstaculizam a mobilidade na capital e prejudicam o desenvolvimento de todos os actores que intervêm no processo de desenvolvimento.

Serviços básicos

Para José Pedro de Moraes, o acesso generalizado aos serviços básicos proporcionados à população deve ser aumentado. As pessoas devem ter mais acesso à água potável, energia, saúde, educação, locais de recreação e lazer, para que sejam igualmente elevados os postos de trabalho e se proporcione aos cidadãos melhores condições de vida, cujos ganhos vão repercutir-se na economia, não só da província, como do país.

Urbanização

Em relação à urbanização da cidade, a reestruturação dos musseques foi apontada como a melhor solução. O plano parte do princípio de que as medidas do Executivo prevêem novas zonas de habitação, com centralidades, onde a questão dos musseques deve ser resolvida, a abordagem da resolução tem que passar por novas abordagens, com intervenção de vários aspectos e levar para estes locais serviços básicos e novas formas de mobilidade nestas zonas.

Transportes públicos

A questão dos transportes públicos e mobilidades de Luanda mereceu também grande destaque no plano de desenvolvimento da província. Numa cidade onde a maior parte das pessoas está distante dos seus locais de serviço, o estabelecimento de um sistema de transporte moderno, com a introdução dos metros, deve ser encarado como fundamental para que a mobilidade de pessoas e bens seja feita em menos tempos.

Segurança pública

Pedro de Moraes fez igualmente recurso ao plano para justificar que a criminalidade é um problema grave, que preocupa profundamente os luandenses, constituindo-se numa preocupação premente nas suas vidas. "Temos que resolver isso, com soluções urbanísticas, que por si só têm que passar por se combater e dissuadir a criminalidade em locais públicos, no sentido de garantir que as pessoas vivam sem medo e possam realizar as suas actividades na normalidade", concluiu.

6.8 General “Dinguaza” nega usurpação de terreno dos camponeses no Benfica

Jornal Manchete

11 De Julho de 2014

Texto: Moreiro Mário

O fenómeno de ocupação e usurpação de terrenos que ocorre nos vários pontos da província de Luanda, continua a produzir muitos conflitos, envolvendo cidadãos comuns e figuras proeminentes do Estado. Muitos desses espaços são áreas reservadas pelo Estado, destinadas a construção de projectos de infra-estruturas sociais,

Essas áreas, mesmo assim, acabam sendo ocupadas pelos cidadãos que, em princípio, as utilizam para a pequena agricultura, mas com o tempo acabam auto titular-se como proprietários dos mesmos terrenos.

Mesmo sem terem exibido as respectivas provas de legitimidade junto as autoridades do Governo, eles geralmente mantêm tais espaços sob seu controlo para posteriormente beneficiarem de casas ou doutro tipo de indemnizações, quando neles o Estado ou pessoas singulares se propõem instalar infra-estruturas.

Situações como essa, acontece justamente na comuna do Benfica município de Belas, mais concretamente nas imediações da cooperativa imobiliária "O Lar do Patriota", cujo administrador, o general na reserva, António Henrique da Silva "Dinguanza", se vê envolvido numa "briga colossal" com camponeses tendo um terreno como centro.

O general diz que o terreno em causa lhe foi legalmente cedido pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), e até exhibe provas documentais, justificando que "ninguém está acima da lei". Por sua vez, os camponeses respondem alegando que os terrenos os pertencem desde muitos anos, alguns dos quais sendo herança deixadas pelos pais e avós.

No passado dia 3 do mês em curso, os mesmos viram as suas casas a serem demolidas por elementos afectos a Casa Militar, alegadamente, amando pelo general "Dinguanza".

Os camponeses dizem não ser a primeira nem a segunda vez que situações do género tomam lugar, e o pior ainda, é que o general se nega a indemnizar as famílias. Tal como contaram a este jornal, há dois meses os camponeses foram chamados a comparecer à administração de Belas, onde, entretanto, assinaram documentos com a promessa de receberem casas com 9 indemnização. E até ao momento, o assunto não conheceu progresso algum.

Em 2012, sob orientação do próprio general Dinguanza, os mesmos camponeses terão preenchido fixas na perspectiva de resolver a questão das indemnizações, mas aquele não deu seguimento a tal processo. Segundo os camponeses, apenas têm visto os terrenos sendo vendidos a terceiros pelo próprio general ao qual acusam de práticas de abuso de poder e de usurpação.

Refutando as acusações contra si dirigidas pelos camponeses, o general alega que "todos somos iguais perante a lei". Qualquer cidadão que se sinta lesado tem todo o direito de recorrer aos tribunais.

Por outro lado, António Henrique da Silva "Dinguanza", explica que o terreno em litígio será destinado a construção de alguns projectos infraestruturais, como bancos comerciais, universidades, entre outros imóveis e, ademais, fala em "oportunismo por parte os camponeses, os quais confundem "legitimidade" pelo simples facto de serem autorizados a cultivarem nos terrenos, mesmo "sabendo-se que a terra é propriedade do Estado e não do camponês", desabafou.

Entretanto, António Henrique da Silva, "Dinguanza", disse que a cooperativa habitacional denominada "O Lar do Patriota" começou a ser construída em 2005. Até ao momento, já foram construídas mais de 2 mil casas ao longo desses anos, localizada numa área de 12 milhões 850 metros quadrados de extensão.

Dinguanza fez saber que a Cooperativa "O Lar do Patriota" é um projecto social sem fins lucrativos e explica que para os cidadãos fazerem parte da mesma, devem estar inscritos na referida cooperativa. Até ao momento, já estão alistados 6.310 membros e que os mesmos são classificados em categorias.

O terreno em litígio será destinado a construção de alguns projectos infraestruturais, como bancos comerciais, universidades, entre outros imóveis e, ademais, fala em "oportunismo" por parte dos camponeses, os quais confundem "legitimidade" pelo simples facto de serem autorizados a cultivarem nos terrenos, mesmo "sabendo-se que a terra é propriedade do Estado e não do camponês", desabafou.

Entretanto, António Henrique da Silva, "Dinguanza", disse que a cooperativa habitacional denominada "O Lar do Patriota" começou a ser construída em 2005. Até ao momento, já foram construídas mais de 2 mil casas ao longo desses anos, localizada numa área de 12 milhões 850 metros quadrados de extensão.

Dinguanza fez saber que a Cooperativa "O Lar do Patriota" é um projecto social sem fins lucrativos e

explica que para os cidadãos fazer em parte da mesma, devem estar inscritos na referida cooperativa. Até ao momento, já estão alistados 6.310 membros e que os mesmos são classificados em categorias.

Para serem membros da cooperativa, considerou, os membros devem definir a sua pretensão concreta e específica. Neste caso, uma das formas de pagamento das casas pelos interessados deve ser pela via da sua filiação, que consiste em constituir-se sócio.

Quanto a aquisição de uma casa, o pagamento pode ser feito de acordo com a capacidade financeira dos membros. "Em 2005, quando demos o início desse projecto, as casas custavam, em valor de mercado, 250 mil dólares, mas nós passamos a comercializá-las apenas a 4Q mil dólares", declarou o responsável.

Disse ainda que a cooperativa "O Lar do Patriota" surgiu exactamente no sentido de suprimir a carência habitacional que o país atravessa. "Essa realidade continua acima dos 94% e apenas 6% da população possui casa própria", disse.

No que diz respeito a questão do saneamento básico, o responsável da cooperativa declarou a existência de uma empresa operadora de recolha de resíduos sólidos/lixo, denominada Rangol, com a responsabilidade de gerir o saneamento básico do referido complexo habitacional.

6.9 Habitação. Casas precárias são destino de famílias pobres

Jornal Agora

18 De Julho de 2014

Texto: Francisco Bussulo

As mesmas são visíveis em zonas montanhosas, esburacadas e outras construídas entre as árvores frondosas como embondeiros, situação que se justifica dado crescimento demográfico na província e consequentemente o deficit habitacional, nas palavras dos interlocutores.

Catambor, Samba, Balumuca e Paraíso são exemplos de algumas zonas tidas como as de alto risco onde se assiste à construção ciclópica de residências de toda a dimensão arquitectónica, sem a fiscalização da Direcção Provincial das Obras Públicas.

Constatações do Agora mostram por outro lado, que estes bairros não possuem arruamentos, descrição da toponímia legal e as construções das residências não foram delimitadas em ângulos semelhantes. Agrava-se ainda mais a falta de bocas-de-incêndio e insuficiência de arborização na descaracterização dos mesmos, que

isola os habitantes das comunidades em franco desenvolvimento como as zonas habitacionais do Zango e das centralidades em Luanda.

Quem conta a realidade de viver em bairros como estes é a cidadã Arlete Kiala residente nas encostas montanhosas da orla marítima de Cacuo, numa residência de três quartos com os seus dois filhos. Sem escolha por onde construir adquiriu uma parcela de terra naquele espaço baldio por 3 mil Kwanzas há dois anos, por intermédio de um cidadão, que se intitulava como sendo o responsável pelo ordenamento do território a nível municipal, "o que não constituía a verdade".

"Tomei conhecimento que o mesmo era um cidadão, que se dedicava à venda de terreno e designer de croquis de localização assim como a emissão de outros documentos complementares para a legalização de dos espaços adquiridos, mas desde o ano 2012 o mesmo desapareceu sem deixar rasto", fez saber.

Segundo a Direcção Provincial da Fiscalização, os indivíduos que se fazem passar por funcionários de administrações municipais em Luanda e chegam a vender parcelas de terra nos limites proibidos pelo executivo através da referência legislativa da Lei nº 188º do Código incorrem ao crime de abuso de confiança, sabotagem, crimes contra o estado.

Cidadãos ouvidos pela nossa reportagem dizem que a carência de moradias condignas às famílias carentes, tem levado inúmeros "oportunistas" a ocuparem as reservas fundiárias do Estado, e as parcelas reservadas para a prática de agricultura. A exemplo disto é a ocupação onde se encontra construído o bairro Belo Monte em Cacuo. Sobre esta realidade o Ministério do Urbanismo e Habitação diz estar preocupado desde o ano de 2012 com os cidadãos, que ressentem o deficit habitacional, tido por muitos como uma das principais causas para a apropriação das reservas fundiárias para a construção de zonas económicas.

João Araújo, arquitecto, conta que o facto revela que este problema se deve também a falta de respostas práticas aos demais cidadãos sem residências próprias e a ineficiente fiscalização daqueles que já possuem residências dentro do âmbito dos projectos habitacionais do Executivo, e voltam a concorrer para requerer outras, prejudicando os demais desabrigados.

6.10 Falta de garantias trava créditos bancários

Semanário Angolense
19 De Julho de 2014

A inviabilidade de alguns projectos de investimentos continua a constituir o principal entrave à concessão de créditos à pequenas e médias empresas, de acordo com o que considero, na quinta-feira, em Luanda, o presidente do Conselho de Administração do Banco BIC, Fernando Teles.

O banqueiro, que intervinha no Fórum Económico dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), a propósito do debate sobre «Instrumentos Financeiros de Apoio ao Empresário Africano: Oportunidades e Constrangimentos», fez anotar que a aplicação de recursos a um projecto deve, primeiramente, ser avaliada de modos a se evitar constrangimentos.

«Angola está a crescer muito, e nesta altura a formação de aspirantes a empresários é imprescindível, particularmente ao BIC. Temos boa margem para conceder créditos, porém, tem de haver bons projectos, bons empresários. Algo que não se faz do dia para a noite», disse o gestor.

Refutando declarações de um empresário angolano que atribuía aos bancos «certa culpa» nos impasses inerentes aos financiamentos bancários, Fernando Teles disse que «os bancos não fazem milagres».

Quanto às vozes que se levantaram na ocasião para afirmar que a taxa de juros em Angola é elevada, o bancário refutou as declarações.

«Se tivermos em conta que temos uma inflação de nove por cento e uma taxa média a 11 por cento em kwanzas, que empresário cá presente aceitaria fazer uma transacção de um ano e ganhar somente dez por cento», questionou.

O PCA do BIC garantiu a existência de capacidade financeira para que os bancos angolanos concedam créditos aos investidores, sublinhando que a performance de cada investidor dita a aprovação do crédito.

6.11 Kilamba: cidade ou centralidade?

Semanário Angolense
19 De Julho de 2014

O termo «centralidade» com que se designa o Kilamba é enganador, tendo em conta um dossier coordenado por Sandra Jatahy Pesvento que define com clareza o

seu significado, ajudando a esclarecer uma persistente dúvida que paira na mente de muitos de nós.

O trabalho pode ser aproveitado pelos mais diversos gestores ou operadores imobiliários que lidam com as designadas novas centralidades, pode e deve ser aproveitado para melhorarmos o nosso discurso a respeito do assunto.

A cidade do Kilamba não pode continuar a ser chamada de centralidade – segundo também teses de Sandra Pesavento - se quisermos redireccionar a nossa visão e conceito de cidade para um contexto mais técnico e sociologicamente sustentado.

Ela, que se baseou em obras literárias de estudiosos da matéria como Pierre Nora, Abraham Moles, Stéphane Gruet e outros disserta sobre as cidades e centralidades, refutando a designação centralidade para definir cidades. A autora traça, com minuciosa perfeição, os rasgos arquitectónicos e históricos mais comuns de uma cidade, enquanto um espaço geográfico, um vasto território urbano qualificado que contém a centralidade, e não está, nem ode nela estar contido.

Em boa verdade, o texto começa por introduzir critérios valorimétricos de ocupação de espaços, que separa desde logo a cidade da centralidade. Diz a estudiosa: «Tentemos arrolar alguns procedimentos metodológicos, de molde a permitir enfrentar a questão da centralidade urbana como um lugar de memória».

E adianta: Como bem sabemos, a cidade surge, cresce e se desenvolve a partir de um centro, de um núcleo original, onde se situa a sua parte mais antiga. As cidades, contudo, têm a propriedade de aumentar, de se densificar, de crescer de forma desmesurada, e os seus centros são, tendencialmente, os primeiros a sofrer em tais transformações.

Como se pode ver, Sandra Pesavento não tem dúvidas de que a centralidade está intrinsecamente ligada ao conceito de cidade, mas não a define na generalidade, apenas lhe confere, na parcela, historicidade e memória. Um lugar de memória, tal como se sublinha. A centralidade, que inicia como dever de permitir uma expansão geográfica para formar a sua própria materialidade, congrega toda a imaterialidade antropológica e geracional, pois esta deve a sua alma à história construída pelos homens, os que habitam a cidade, sendo estes quem a conforma através da vivência, da prática sócio-cultural e dos costumes. E tal como afirma Sandra no seu trabalho a propósito «... é preciso que se tenha um conhecimento histórico acumulado sobre a cidade. Faz-se necessário um saber sobre o que nela ocorreu, em termos d

acontecimentos, práticas sociais, personagens; quais seus momentos excepcionais e como transcorria seu quotidiano; como se deu a ocupação do espaço e quais as iniciativas levadas a efeito por aqueles actores responsáveis pelo ordenamento e transformação do seu território; como os habitantes, consumidores deste espaço, viveram, sentiram e expressaram a sua cidade, em actos, gestos, palavras, sons e imagens. Tarefa, na verdade, bastante vasta, já que não é possível tomar a centralidade urbana como um objecto de estudo e intervenção sem conhecer, previamente, a história desta mesma cidade.»

Fica, portanto, esclarecido que as centralidades estão sempre associadas a um dado passado, a uma dada transformação pelo consumo do espaço chamado cidade, que dá depois lugar a existência material, imaginária e paisagística desta mesma «centralidade».

Na Escola de Chicago, conhecem-se E. Burgess e R. Park. Estes defendem que (...) o centro urbano é, em princípio, o lugar com o maior significado simbólico, o solo mais escasso e a melhor acessibilidade. A combinação destes aspectos torna os centros urbanos certamente os espaços mais caros da cidade...»

Mas é preciso ir além, nesta busca de chaves de leitura que possibilitam tomar a centralidade como objecto, acrescenta Sandra Pesaventos. «(...) é necessário ter em conta as conjunturas, estes recortes temporais que assinalam a época em que se definem políticas a partir de acertos de poder, ∴ em que se realizam obras segundo gostos, estilos e tendências estéticas e em que se fixam datas comemorativas e se constroem monumentos, conclui.

Nesta passagem pelo conteúdo do dossier que venho citando, chamou-me à especial atenção, um extracto que aproveito comparar a centralidade a um monumento. «... Os monumentos são, segundo Sandra, por definição etimológica, obras que fixam a atenção, e foram feitas para lembrar. Logo, o monumento é algo que se erige como um lugar de memória, como um marco significativo de referência para a rememoração, o que implica em escolhas tomadas em uma época dada».

A centralidade, posso concluir, corresponderia, então, a um monumento, eleito como referência, mas dentro de uma cidade, falando sobre parte da sua história.

Permitam-me, pois, transcrever outros trechos do dossier para a compreensão mais detalhada do assunto:

«A centralidade urbana está sujeita ainda às regras e concorrências do mercado imobiliário, que disputam o solo urbano, sobretudo os terrenos e prédios da área

central, que são extremamente valorizados e com alto custo».

Cada vez mais, os estudos da centralidade urbana que se empenham em resgatar, para a história e a memória da cidade, estes espaços privilegiados são obrigados a entrar em confronto com a especulação imobiliária e com os processos de enriquecimento e empobrecimento presentes nas sociedades contemporâneas.

Abordando agora a vertente mais económica, Sandra releva o turismo e remata: «... Mas trabalhar com a centralidade possibilita ainda que dela nos aproximemos com um outro instrumental diferenciado, que é do turismo».

Centros urbanos portadores de histórias são produtos vendáveis, artigo a consumir em um mercado em expansão.

A cidade se vende, mas precisa contar com pressupostos de atracção bem definidos. Um turismo cultural se faz com um elenco de espaços que contam histórias, de prédios capazes de se oferecerem à leitura, ligados a uma preocupação estética e de informação sobre o passado da cidade. E, em se tratando do turismo, o processo propriamente cultural de atribuição de valor deve ser acompanhado da infraestrutura desejável, em termos de rede hoteleira, restaurantes, guias especializados, acesso a informações adequadas, sanitários, animação do espaço público, etc... »

«(...)podemos mesmo dizer que o turismo cultural em centros urbanos se apoia numa espécie de nostalgia do passado que se faz presente nos tempos actuais.

Há uma sensibilidade despertada para o antigo, uma expectativa de reencontro das origens, de consumo do passado. Os centros das cidades podem corresponder a esta vontade de realizar não só percursos urbanos no espaço da cidade como viagens imaginárias no tempo. Pode-se mesmo dizer

que há, hoje em dia, um público espectador, leitor e consumidor do passado».

De facto, muito particularmente, sempre encarei o termo «centralidade» como algo relacionado com o «centro» e que as cidades tinham, por razões históricas, as suas centralidade localizadas e identificadas por traços de relacionamento, vivências, cultura e acção transformadora. E isto faz-se com o tempo. Nenhuma centralidade se constrói no papel.

6.12 Município de Luanda

Semanário Angolense

19 De Julho de 2014

A Urbanização Nova Vida que se supunha vir a proporcionar uma existência melhor a quem teve a «sorte» de lá ir morar, virou uma autêntica «mussecada», em alguns casos pior até que certos bairros dos confins do Sambila ou do Zengá, onde a incivilidade, infelizmente, é quem ainda manda. Com construções anárquicas por todos os cantos, kupapatas e starlet's da candonga a rolares desabridamente pelo bairro, falta de água e de energia eléctrica constante, poluição sonora e outras

miudezas que pareciam do passado, são alguns dos velhos problemas que persistem, diante da demissão ou cumplicidade de quem devia colocar ordem no circo. Como é, «cda» Zé?

6.13 Nova Vida, velhos problemas

Semanário Angolense

19 De Julho de 2014

Volto ao gabinete do Presidente da Comissão Administrativa da cidade de Luanda, em resposta ao pedido que me foi feito por várias famílias, para apresentar velhos problemas que ocorrem numa comunidade que veio para mudar a vida dos luandenses.

Refiro-me ao bairro Nova Vida, cuja designação aponta exactamente para a ruptura com velhos problemas, designada mente dificuldades de saneamento, água e energia eléctrica, buracos na estrada, falta de passeios, barulho ensurdecador e uma série de outras coisas más que ocorrem um pouco por toda a capital angolana e que, segundo se dizia, não haveriam de ocorrer nesse novo bairro. De facto, houve erro de cálculo, porque o novo bairro enfrenta os velhos e conhecidos problemas, tal como nos foi recentemente relatado por alguns moradores.

Aos problemas ligados ao débil abastecimento de água fizemos aqui referência há duas semanas (na edição de 5 de Julho). Logo a seguir, nos dias 6 e 7 de Julho, os moradores do bairro disseram que parecia que, se estava noutra localidade, tal foi o volume de água que jorrou durante 18 horas (no primeiro dia) e durante mais de 8 horas (no segundo). O processo de diminuição prosseguiu no dia seguinte, com 3 horas de fornecimento. Depois, a coisa voltou ao que era, com os já comuns banhos de caneca de antes da Idade Média e o transporte de bidões de água, até que exactamente uma semana depois saiu um fiozinho de

água, que se quedou pelo rés-do-chão. Prometemos voltar proximamente ao assunto, com dados precisos.

Quanto a buracos ría estrada, quem circula pelo bairro dá conta de reparações para inglês ver, daquelas que obrigam a várias intervenções ao longo do ano, como se fosse de propósito, para quem repara lucrar permanentemente. Ora se repara aqui, mas deixam-se os buracos crescer ali adiante, na mesma rua, numa autêntica competição entre buracos, a ver qual deles recebe a medalha destinada ao que destrói mais viaturas. É a empresa chinesa Liu Jun Ca a lucrar – e com ela, certamente mais alguém.

Em relação a passeios, manteve-se a fidelidade ao projecto apenas no início. Na área das vivendas há passeios minúsculos. Já na área dos prédios, a urbanização não foi concluída, pois não se fez a pavimentação dos passeios, como se isso fosse a coisa mais natural do mundo. Quem circula por aí, é obrigado a andar na estrada, exactamente como ocorre em meio rural...

E os kupapatas? Sim, apesar de não se tratar de subúrbio, quem não disponha de viatura e pretenda circular pelo bairro Nova Vida tem de andar de kupapata ou nuns Starlets mal amanhados, a caírem de velhos. Uns e outros circulam pelo bairro, aos olhos dos agentes da polícia, com condutores sem carta de condução, sem o mínimo de higiene, sem cumprirem as regras de trânsito e sem licença para exercerem actividade comercial.

Em plena área urbana, aquela que estava destinada a demonstrar o que significa viver uma «nova vida», livre de velhos problemas.

Da poluição sonora nem se fala, pois cada um, acha que pode incomodar a vizinhança apenas porque alguém de casa fez anos. Ouve-se música de vários lados, com as portas a bater de tanto ribombar. Nem polícia nem administração intervêm. E aí do vizinho que reclamar, vai ter a vida dificultada a partir dessa altura.

Como se tudo isso não bastasse, houve no bairro, no espaço de uns 7 anos, uma pracinha nas imediações da estação eléctrica da EDEL, exactamente pelo local onde passam cabos eléctricos. Alguém decidiu então autorizar a ampliação da pracinha, tendo havido umas 3 ou 4 semanas de grande transtorno, com milhares de pessoas a circular por aquela área, para verem e aproveitarem a novidade que era o novo mercado ad hoc. Era uma azáfama tal, que os moradores reivindicaram junto da administração. E lá se transferiu a praça para um dos extremos do bairro - bairro que, saiba-se, possui 4 centros comerciais e tem um quinto em construção. Se calhar, alguém na

administração decidiu fazer concorrência aos centros comerciais e hipermercados...

Um bairro como o Nova Vida, com acima de 20 mil habitantes e com possibilidade de duplicar esse número, precisa de zonas verdes. Trata-se de uma área que só tinha um espaço verde e que, em menos de 20 anos, está a passar para o extremo oposto, apenas com betão. Ora isso causa sério transtorno ao ambiente, pois há uma série de espécies que aí habitavam, que estão simplesmente a ser dizimadas. E há pássaros que continuam aí a viver, sem o mínimo de condições. É preciso, pois, deixarmos de agredir tão seriamente a natureza e deixarmos de pensar que apenas de betão vive o homem. Criem-se espaços verdes e áreas de lazer, devidamente pavimentadas, onde os moradores possam levar as suas crianças e possam também sentar-se a ler um livro ao ar livre. Por que não, também, uma espécie de calçada, onde as pessoas possam ir esticar os músculos e relaxar, depois de uma semana com algumas boas horas de stress no trânsito?

O que se diz pelo bairro é que, de projecto habitacional de sucesso, o Nova Vida transformou-se num autêntico «desastre arquitectónico». Para além do já citado betão em demasia, há clara descaracterização da urbe, pois cada um constrói o que quer, como bem lhe apetece. Na área das vivendas, há quem chegue a construir anexos maiores que a própria casa «principal». Aí também se constroem prédios defronte a vivendas, acabando-se com a privacidade de quem reside nestas. E na área dos prédios, quem mora no rés-do-chão privatiza as áreas comuns, para benefício pessoal. E ninguém pode chamar á atenção, correndo o risco de ser perseguido. Na administração aceita-se tudo isso, fazendo-se de conta que os funcionários tiram daí algum benefício. Podem até nem beneficiar, mas pelo menos não estão para se maçar, que o salário no final do mês cai sempre.

O Nova Vida transformou-se, assim, num bairro novo com velhos problemas. Há que tomar medidas, senhor Presidente da cidade. A partir do momento em que aceitou essa função, de si se espera acção.

Porque o bairro Nova Vida, de novo, tem somente o nome.

6.14 Mulheres pedem redução

Jornal de Angola

Texto: Tatiana Marta

As participantes no fórum provincial de auscultação da mulher rural no Huambo pediram que os transportes públicos sejam mais baratos e cheguem a mais comunas e aldeias.

As mulheres também pediram maior divulgação da lei contra a violência doméstica, se possível em línguas nacionais, e a instalação de pequenas indústrias transformadoras que substituam o trabalho que são obrigadas a fazer manualmente, bem como de rádios comunitárias.

As participantes solicitaram igualmente apoio a viúvas e órfãos, aprovação de uma linha de crédito para a mulher camponesa, melhorias na distribuição da água, energia eléctrica, das condições de alojamento de professores e técnicos de saúde, aumento do número de centros, postos médicos, enfermeiros, medicamentos, ambulâncias, blocos operatórios e efectivos da Polícia, bem como a reabilitação de pontes e pontecos, além da realização de palestras sobre a importância de valores morais e Cívicos.

O vice-governador do Huambo para o sector Económico disse que o fórum permite ao Executivo e ao Governo Provincial melhorarem as condições de vida e garantir emprego às famílias que trabalham no campo.

Francisco Fato prometeu que as preocupações apresentadas no encontro vão ser encaminhadas para o Fórum Nacional, responsável por delinear um programa de apoio à mulher rural. O ministro da Agricultura lembrou que a iniciativa se destina a melhorar a vida nas comunidades.

7. TERRA

7.1 Invasão de Terrenos para construção habitacional ameaça agricultura

Jornal Agora

04 De Agosto de 2014

Texto: Lilas Orlov

O Vale do Cavaco está a secar. Uma seca irreversível que coloca o Governo Provincial de Benguela num verdadeiro 'braço de ferro' com os agricultores que agora fazem das 'tripas-coração', à busca de água a 50 metros de profundidade, através de moto-bombas de alta rotação.

Em paralelo, a então verdejante paisagem do Cavaco foi substituída pelo betão e pela cor infecunda da desertificação.

A culpa morreria solteira se não tivesse actores da guerra que, na recuada década de 80, destruiu a Barragem do Dungo, importante canal de irrigação e respiração do Vale do Cavaco que conforma a cintura verde da cidade.

Desta feita, Benguela está a pagar caro pelos sucessivos erros de governação que permitiram a invasão dos terrenos mais férteis para a agricultura intensiva em benefício do paisagismo de betão, em que foram implantados bairros inteiros, armazéns e residências.

Calcula-se que cerca de SO' do perímetro agrícola do Cavaco tenha sido conquistado anarquicamente para outros fins. Para sobreviverem, os agricultores perfuram mais de 50 metros de profundidade à busca de água, devido ao baixo nível aquífero. "Sem água aqui no Cavaco, o betão vai continuar até nas montanhas", alertou o agricultor Paulo Manuel, que vê secar milhares de hectares das melhores terras para a cultura da banana e horto frutícolas.

Tido como uma zona de grande potencial agrícola para o desenvolvimento económico e social, com solos de excelência, o Vale do Cavaco sempre produziu produtos para a alimentação da população e da banana para a exportação. Por razões de contexto, a sua produção foi baixando de qualidade por escassez de água proveniente da destruída barragem do Dungo, uma represa do Cubal que acumula água dos rios Cubal da Hanha, Bongo, Dungo e Lonjombe.

'CORRIGIR O TIRO'. Para estancar a situação e retomar a verdadeira vocação do Vale, as autoridades de Benguela proibiram, terminantemente, novas

construções civis no Cavaco e delimitaram o perímetro que ainda sobra para relançar a agricultura.

O governador Isaac dos Anjos ordenou a reposição das competências técnico-administrativas do Gabinete do Desenvolvimento do Vale do Cavaco (do qual já foi director antes de assumir o Ministério da Agricultura). O Gabinete, agora dirigido por João Baptista Manuel, deverá dar corpo a um modelo de gestão dos Vales do Cavaco, Catumbela e Copo rolo, com um plano-director de relançamento de todo o potencial agro-pecuário destes perímetros.

"A sua reabilitação vai produzir mais água e permitir o uso de sistemas de irrigação tradicional, gota-a-gota e micro-aspersão convencional. Vamos incorporar novas formas de tratamento dos solos salinizados e a sua correcção, para tirar maior rendimento do seu papel económico, que é o combate à fome e à pobreza", declarou o director da Agricultura, Francisco Assis.

Em contrapartida, os problemas do CavaLe 'secar' com a sangria na ocupação de terras co não estão no litoral. Começam a montante, no Dungo, 200 km de Benguela, onde está situada a barragem. Depois será a reabilitação das comportas do Cavaco e das lagoas de conservação nas Bimbas.

Neste momento, está a ser feito o reperfilamento dos canais de irrigação e a sua limpeza, para que a água chegue às valas de destino.

INVESTIMENTOS. Em Setembro próximo, prevê-se a conclusão das obras da sua reabilitação, a fim de regularizar toda a rede aquífera do Cubal, Caimbambo e Benguela.

Até 2017, as autoridades prevêem investir mais de 21 mil milhões de Kwanzas na regularização dos canais e cursos de água nas zonas de impacto social e económico. Uma boa fatia deste investimento está a ser aplicada na recuperação da Barragem do Dungo para repor a sua utilidade.

'Proibir construções e voltar à agricultura' é o lema que impera. Uma comissão multisectorial coordenada pelo Gabinete de Desenvolvimento do Vale do Cavaco poderá desapossar as terras ociosas e entregar a quem tem vontade e investimento para trabalhar.

Neste cenário, a 'batata-quente' está com o administrador municipal de Benguela, Leopoldo Muhongo, que tem a responsabilidade de fiscalizar com rigor e garantir a proibição do avanço das ocupações para fins contrários à agricultura.

Existem construções que poderão ser demolidas. As administrações comunais, onde serpenteia o Vale,

foram encarregues de colocar marcos de delimitação, para que o sonho de recuperação do potencial hídrico e agrícola do Cavaco seja concretizado.

HISTÓRIA DO VALE QUE ALIMENTA A POPULAÇÃO. A cintura verde de Benguela está a desaparecer. O Vale do Cavaco, onde se produziam grandes variedades de produtos, com destaque para a banana, conhece agora forte movimento de homens e máquinas que estão a construir edificações urbanas.

Aquele que era um dos principais pólos agrícolas da província está invadido por bairros residenciais, armazéns e outras unidades comerciais.

Tudo isso ocorre numa altura em que o Executivo apostou no relançamento do sector agrícola e, por via de fundos públicos geridos por bancos comerciais, concede créditos aos agricultores. Mesmo com um alcance ainda insignificante, o programa de concessão de créditos de campanha tem beneficiado os pequenos produtores familiares organizados em associações e cooperativas.

Mas, os milhares de famílias que viviam das culturas agrícolas no Vale do Cavaco têm a vida cada vez mais ameaçada. "O Vale, que já foi o principal produtor de banana em Angola, está irreconhecível para quem conhece a sua história de esplendor agrícola. A transformação acontece às claras e aos olhos das entidades que deviam superintender aquela cintura verde".

Os agricultores teimosos, que ainda resistem à actual invasão, queixam-se da retirada de inertes das margens do rio Cavaco, cujo transporte é feito em camiões sem cobertura. Com este tipo de transporte, grandes quantidades de poeira vão para as plantações remanescentes, dificultando o sadio desenvolvimento das mesmas.

O comportamento dos industriais da construção civil já tinha merecido um veemente repúdio do presidente da Associação dos Agricultores de Benguela, Manuel Monteiro, que efectuou investi das junto do Governo Provincial local. As coisas continuam na mesma.

ERA UMA VEZ- Foi com a produção do Vale do Cavaco que Angola exportou banana, no período anterior à Independência. O rio alimentou os mercados de Luanda e de outras cidades, por altura do conflito armado. Está difícil acreditar que hoje se encontra entregue a máquinas retro escavadoras e picaretas e aos apetites da gente do ramo imobiliário.

O rio Cavaco tem característica intermitente. A estiagem que a região viveu afectou duramente o fluxo de água subterrânea, que irrigava toda a extensão de terra cultivável.

Benguela hoje está sem as rosas de porcelana, sem a banana seca do Ginha Faro. Secou a nascente do rio e aos pouco a pouco acabou a sua cintura verde.

Os terrenos foram ocupados anarquicamente e seguiu-se a febre da sua venda ilegal. O verde esperança do campo deu lugar ao betão armado; a produtividade agrícola entrou em decadência e os consumidores deixaram de contar com a antiga fonte de produtos agrícolas de qualidade.

Toneladas de alimentos, que antes eram produzidos no perímetro agrícola, deixaram de fluir para o mercado de Benguela e não só. Benguela e Lobito passaram a ser abastecidos predominantemente a partir dos municípios do interior e das províncias do Huambo, Huíla, Bié e da República da Namíbia.

7.2 SOS Habitat solta grito contra demolições

Novo Jornal

04 De Julho de 2014

Texto de: Nok Nogueira

O DOCUMENTO, apresentado esta quarta-feira, 2, em conferência de imprensa, numa das unidades hoteleiras da capital, marcada pela presença de alguns membros de cooperativas agrícolas que se encontram em situação de litígio com o Estado, serviu igualmente para o lançamento de um pequeno documentário, que aborda a situação das demolições e suas consequências ocorridas entre 2013 e 2014.

Rafael Morais, coordenador da SOS Habitat, entidade cujo objecto social tem sido reportar, defender, apoiar e encontrar soluções à volta das questões ligadas à habitabilidade, não poupou nas críticas ao silêncio das autoridades do Governo central, as quais segundo referiu, têm-se escusado inclusive a responder a simples solicitações de audiências.

Considerou mesmo essa fuga insustentável e inadmissível diante dos danos que têm vindo a causar às famílias visadas, resultantes do uso excessivo da força policial e militar, a par do incumprimento das normas mais elementares nas acções de despejo e de desalojamento.

Para o activista está-se diante de um quadro em que o futuro de crianças, jovens e adultos tornou-se retardado por conta da interrupção das aulas e da perda de emprego de alguns chefes de famílias.

O responsável pela SOS Habitat denunciou ainda aquilo que qualificou como 'postos de comando unificado' ('PCU'), integrados por agentes da Polícia

Nacional, Polícia Militar e agentes da fiscalização das administrações, responsáveis pela protecção das brigadas de demolição".

NOVOS FOCOS DE DISCÓDIA

Segundo o relatório de balanço da organização de defesa do direito à habitação, até Janeiro de 2014, a SOS Habitat seleccionou para acompanhar 39 das 54 comunidades com que estava a trabalhar desde a sua fundação, em 2002.

Dos problemas apresentados às autoridades locais, de acordo com o documento, apenas um por cento foi resolvido, tendo-se observado o aumento de quatro novas comunidades que enfrentaram demolições injustas.

"Várias demolições aconteceram sem o mínimo cumprimento das normas administrativas, como um

aviso prévio ou notificação e sem ser salvaguardada qualquer condição de habitabilidade. Entre esses

casos está a comunidade dos 'Cinco Fios', localizada na zona adjacente à centralidade do Kilamba, no município de Belas, onde mais de 2000 famílias perderam as suas casas.

Aquele espaço alberga camponeses desde antes da independência e é reivindicado pela administração do Kilamba", indicou Rafael Morais.

ZANGO, O NOVO ALVO

Se alguma vez houvesse necessidade de dar nome à ironia, Rafael Morais não teria dificuldades em chamá-la 'Zango'.

O Zango 2, no município de Viana, local para onde têm sido" realojadas muitas famílias, foi, há menos de duas semanas, alvo... de demolições.

Ele próprio, Rafael Morais, proprietário de uma residência naquela comuna, "teria sido alvo de uma acção de demolição não fosse ter exigido das entidades e do comandante da polícia presente no local os documentos que autorizavam a destruição de residências. Essa documentação a autorizar a demolição não existia e a casa lá continuou de pé", contou durante a conferência.

Ainda segundo o relatório da SOS Habitat, em Calumbo, Viana, cerca de 57 casas e igual número de famílias encontram-se ao relento desde dia 16 de Junho do ano em curso.

"A comunidade foi surpreendida pelas forças da 'PCU' que, sem notificações ou um mandado de demolições

emitido pela entidade competente, desencadearam acções de demolições", adiantou.

BUROCRACIA ADMINISTRATIVA

Para Rafael Morais, o excesso de burocracia tem sido responsável pelas ocupações de terrenos por cidadãos oportunistas que se instalam ilegalmente em terrenos e avançam para construções desordenadas.

Neste particular, o activista apresentou como flagrante exemplo o município do Cacuaco, onde, aos olhos de todos, continua a nascer uma "cidade de casebres" de chapa de zinco, sem que se respeitem as normas para a ocupação e construção.

Segundo disse, isso só acontece porque às instituições administrativas tem faltado alguma celeridade no tratamento das questões burocráticas. E deu como exemplo o que tem acontecido junto de algumas comunidades agrícolas.

"O Estado aparece a demolir habitações, arrasando bairros e desmantelando comunidades de camponeses sem avaliar as consequências desses actos. Mas desta forma, o Governo acaba por obrigar por força maior e com todos os riscos que daí resultem, os desalojados a procurar outros lugares para se instalarem.

Posteriormente lá vem novamente o Governo reclamar esses locais como sendo reserva fundiária do Estado.

É este o ciclo que temos vindo a observar nos últimos anos", lamentou.

OPORTUNISMO

O relatório de balanço da SOS Habitat atestou também que algumas famílias têm sido vítimas de extorsão por parte de cidadãos que se identificam como fiscais.

Em alguns bairros, onde estão a ocorrer ocupações, casos da Pedreira e Sequele, município do Cacuaco, no Mundial, no distrito da Samba, e em Vila Flor, em Viana, conforme testemunho de populares, estes, para obterem parcelas de terra, são obrigados a pagar quantias em dinheiro que variam entre os dez mil e os 60 mil kwanzas. Uma atitude condenada sem reservas pela SOS.

PERSEGUIÇÃO A ACTIVISTAS

A SOS Habitat denunciou, por outro lado, acções de perseguição que diz ter sido alvo, da parte de supostos agentes da Segurança do Estado.

"Essas perseguições visam levar a cabo ondas de intimidações para anular as actividades da

organização", denunciou, acrescentando: "a minha casa tem estado a ser controlada por cidadãos estranhos".

Para o activista, esta atitude dos órgãos de segurança apenas confirmam a fragilidade da justiça em Angola.

"Podemos concluir que o Governo angolano tem desalojado famílias sem criar nalguns casos o sistema de assentamentos condigno e a justiça tarda a chegar para os cidadãos mais desfavorecidos", culpou.

USURPAÇÃO DE PODERES

A SOS Habitat afirmou ter identificado alguma usurpação de competências, sobretudo nos municípios de Viana e Belas.

Nestes locais, segundo o relatório, há instituições que usurpam competências dos administradores municipais, como é o caso do Programa Provincial de Habitação Social (PPHS), que integra na estrutura fiscais que têm actuado em zonas da inteira responsabilidade da administração de Viana. Um outro caso é o da administração do Kilamba, que refere o documento, também é autónoma, não dependendo por isso, da administração de Belas.

INJUSTIÇA E IMPUNIDADE

A SOS Habitat garantiu, que além dos casos de denúncia de violações de Direitos Humanos, apresentou aos órgãos judiciais angolanos outras situações, cuja maioria não teve qualquer desenvolvimento até à data.

"Os seus mandantes continuam impunes e protegidos, alguns por imunidade de cargos públicos que ostentam. A Ordem dos Advogados de Angola proporcionou advogados sempre que a SOS Habitat solicitou, infelizmente muitos desses advogados acabaram por desistir sempre que se depararam com casos delicados", lamentou.

Para Rafael Morais existem casos em que os cidadãos seguiram todos os requisitos necessários para a aquisição de terrenos e volvido algum tempo, são surpreendidos mais tarde por outros supostos donos. Os casos mais flagrantes, segundo disse, têm acontecido no Zango 2, onde um dos exemplos foi vivido pelo próprio. A sua residência quase foi demolida quando apareceu alguém a reclamar o terreno que lhe pertence e onde está implantada a casa.

7.3 Terra é atribuída às pessoas disponíveis

Jornal de Angola

07 De Julho de 2014

O governador da província do Namibe disse que a propriedade da terra deve ser dada aos cidadãos que têm força e vontade de produzir bens alimentares para as populações.

Rui Falcão falava num fórum sobre a mulher rural, sob o lema "A promoção e integração da mulher rural no processo de desenvolvimento". O governador do Namibe explicou que o fórum visa, desde logo, auscultar a mulher rural sobre o que são as suas principais preocupações e inquietações, para que o Executivo possa, em definitivo, determinar e orientar políticas que satisfaçam as suas necessidades básicas.

"Muito já foi feito no país desde o lançamento do Programa Nacional de Apoio à Mulher Rural" projecto que não teria alcançado os êxitos que conseguiu se não tivesse uma líder forte e que devo reconhecer, a doutora Ana Paula dos Santos. O programa já permitiu melhorar significativamente a vida das nossas populações, com a construção de escolas e oferta de novos serviços de saúde em todas as localidades do país e a melhoria na produção a vários níveis com a participação das mulheres", sublinhou.

O responsável salientou que o país começou a crescer agora para o desenvolvimento e ainda depara-se com muitas insuficiências e disse que, para tal, são necessárias a promoção e integração da mulher rural no processo de desenvolvimento.

A sua integração, prosseguiu, deve ser feita através da sua maior participação na cultura, no sistema de ensino, formação profissional e acesso ao primeiro emprego, o que lhe vai permitir mais comunicação e informação para que possa ter cultura para o acesso ao crédito, habitação, água, saúde e à terra.

Rui Falcão precisou que o programa de apoio directo às famílias camponesas, traçado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na província do Namibe vai permitir a implantação de novos sistemas de abastecimento de água em mais de 100 localidades, de modo a que a população deixe de ter o problema da água para consumo humano, agricultura e para o abeberamento do gado".

Durante o seu discurso, no acto de abertura do fórum, Rui Falcão destacou igualmente que o Governo Provincial vai, este ano, implantar 15 novas zonas de desenvolvimento agrícola, sendo três em cada

município do Namibe, Virei, Bibala, Tômbwa e Camucuiu, que vão permitir produzir mais e melhor tendo em conta que vão receber meios para o efeito, como tractores, motobombas, mangueiras e fundamentalmente carros para recolha e venda de produtos.

O governador do Namibe apelou, por outro lado, às mulheres a organizarem-se nas diversas associações de forma a fiscalizarem todo o projecto que é executado pelo Governo, desde o princípio até ao fim.

A província do Namibe não tem nenhum problema mas sim desafios, e estes devem ser vencidos com muito trabalho e dedicação de topos, concluiu. Participam neste fórum mais de 500 mulheres provenientes dos cinco municípios do Namibe.

7.4 Benguela vende terrenos

Jornal O País

11 De Julho de 2014

O Governo de Benguela lançou o primeiro projecto de venda pública de terrenos para construção de alto padrão denominado Blue Ocean, localizado no plateau da Baía Azul, no Município da Baía Farta.

"Estamos aqui para anunciar o início daquele que consideramos como o nosso primeiro projecto de construção de alto padrão na província de Benguela, no Plateau da Baía Azul", disse o governador provincial, Isaac dos Anjos, no acto de apresentação, nesta Segunda - feira, S.. O objectivo é criar Uma base de atracção de investidores nacionais e fazer com que a população seja parte do desenvolvimento da província.

Com a iniciativa, pretende-se ter um projecto caro na sua infra-estruturação, para criar uma atracção turística Mundial, por isso, o acesso será limitado somente a quem tiver condições de pagar um milhão de kwanzas por cada mil metros quadrados.

"Para o Blue Ocean da Baía Azul os espaços não são negociáveis, só quem tem esse dinheiro deve vir ao encontro do terreno, quem não tem procura outros áreas". Disse o governador, acrescentando que há terrenos para a população de todos os níveis sociais naquela província, independentemente de possuírem ou não grandes somas de dinheiro.

A zona está destinada para a construção de casas de renda média, zonas comerciais, hotéis, restaurantes e outras infra-estruturas de carácter social, criando uma zona de propícia para o investimento.

Espera-se que o projecto venha a gerar emprego para a juventude, já que terá a participação direta do Estado no que toca a construção de obras públicas como estradas e valas de drenagem.

Os investidores poderão ainda comprar terrenos com a vista ao mar em outras dimensões, para além da construção de casas para acomodar as pessoas que vão trabalhar no local, que, na opinião do governador, não devem viver distantes do Blue Oceano Questionado sobre a possibilidade do pagamento parcial dos lotes, numa primeira fase, o governante respondeu negativamente, apontando as falhas da anterior gestora do projecto como uma das causas.

Refira-se que o projecto Blue Ocean foi gerido pelo grupo Time Invest durante quatro anos, mas por falta de recursos viu ser confiscado aquele se esperava dar uma vista internacional à província das acácias rubras.

7.5 Moradores do Margoso querem realojamento condigno

Jornal O País

11 De Julho de 2014

Texto: Alberto Bambi e Matias Tunda

Moradores do bairro Margoso, vulgarmente conhecido por Chabá, localizado nas imediações do Prenda, distrito urbano da Maianga, município de Luanda, manifestaram -se descontentes com a forma como uma suposta comissão de realojamento está a levar a cabo o processo que poderá ditar o desalojamento do pessoal, ao ponto de suplicarem por uni realojamento ajustado.

"Já cá estiveram há mais de sete anos e andaram a numerar as casas, mas depois tudo ficou esquecido, agora os meus filhos dizem que voltaram para retirar todas pessoas do bairro", contou Suzana Ferraz, que chegou ao Chabá em 1976.

Quando ela e o esposo ergueram a residência nessa área da cidade de Luanda, o local era habitado por alguns cabo-verdianos que se dedicavam ao comércio no mercado do Prenda, uma actividade assegurada, na altura, por peixeiras oriundas da ilha do Cabo e de outras províncias de Angola, soube O PAÍS da própria, que fez questão de sublinhar que a maior parte dos homens da época estava entregue a vida militar.

Tia Suzana, como é carinhosamente tratada por filhos, sobrinhos, amigos e conhecidos justificou o clamor dos residentes do Margoso, que lutam por um realojamento digno, devido à primeira transferência que abrangeu o pessoal que vivia ao longo da vala de drenagem, que atravessa a parte de trás do bairro,

próximo do hospital de infecto-contagioso, anti-lepra e tuberculose, que, segundo a moradora antiga, foram parar no Panguila, um centro habitacional que Suzana Ferraz diz já não pertencer a Luanda.

"Como é que as pessoas são corridas a viver de uma província?", questionou, tendo acrescentado que os homens do Margoso não estavam dispostos a serem expulsos da Capital.

Em jeito de conselho, a senhora recomendou às entidades competentes a ouvirem e cederem às exigências dos habitantes, que, para ela, não queriam mais senão ir para um sítio onde haja hospitais, escolas, transportes públicos, condições aceitáveis de saneamento básico e outros serviços indispensáveis para satisfazer as necessidades vitais do homem.

O perímetro em causa está entre a avenida Revolução de Outubro, a Clínica do Prenda, o Dispensário Anti - Lepra e o Hipermercado Cangurú, de acordo com um alegado catálogo exibido por entidades da referida administração, num dos poucos contactos com os residentes, conforme informaram estes.

"É interesse de empresários, não do Governo"

Pedindo que o seu nome não fosse citado nesta reportagem, um morador, que disse ter 47 anos de idade, mostrou-se céptico no que toca ao projecto de realojamento ser de pretensão do Governo da Província de Luanda (GPL) ou do Executivo Central, tendo adiantado que "dá-nos a entender que um grupo de empresários está a interessar-se pela zona por ser económica para a classe empresarial,

solução é desalojar a população", desabafou o cidadão, que mencionou casos de negociações que datam da governação de alguns dirigentes que, actualmente não fazem parte do pelouro luandense.

Acrescentou que os primeiros desalojados tiveram um destino problemático. De acordo com ele, a intenção de "tomar" o Margoso, resulta da tentativa falhada no bairro Catambor. O interlocutor deste jornal falou dos únicos sinais de cadastramento marcados nas paredes das residências, tendo reforçado que os referidos registos datavam dos anos 2003 e 2004.

"Mas na era do governador Job Kapapinha houve novas tentativas que acabaram no silêncio", recordou.

Como a velha Suzana Ferraz, a fonte assegurou que a população apoia o programa de urbanização, ou seja lá o que for, conforme fez questão de referir. Porém, contesta a metodologia da administração local, bem como os destinos apontados, aparentemente em desfavor dos moradores.

"Os bairros que o governo destina para esse fim devem ter condições básicas, nomeadamente, água, luz e saneamento básico eficientes, além de asseguramento dos sectores de ensino e segurança e mercados".

O indivíduo que disse que "a capital não é deles", manifestou-se bastante baralhado a entender quem, realmente, queria o bairro, por já ter visto muita gente a chegar no Margoso, de forma clandestina, para tirar fotografias, projectar alinhamentos e falar de outras expectativas empresariais. Na intenção de ter um esclarecimento sobre o assunto, a reportagem de O PAÍS contactou uma fonte ligada a administração da Maianga, que a remeteu para o GPL.

Administração no caminho dos moradores

Embora muitos habitantes abordados, recentemente, por O PAÍS, no bairro Margoso, tenham falado da distância da administração local, o entrevistado em causa revelou sobre o encontro com a administradora do distrito, realizado no mês transacto.

"Na reunião do dia 14 de Junho, a administradora da comuna do Prenda, Mariana Domingos Francisco, desacreditou a nossa Comissão de Moradores, acusando haver elementos que já não moram no bairro", informou.

Segundo ele, na mesma ocasião, o questionamento dos residentes pesou sobre a intenção de colocar um cidadão, Avelino Catchítandela, ao qual, apesar de também não ser morador do bairro, lhe estava a ser confiada a função de negociador do caso, além de uma intenção clara de candidato a presidente da imposta comissão do bairro em defesa dos interesses dos demolidores.

Por essa razão, relataram outros, a associação dos jovens moradores do bairro questionou a administradora sobre os transtornos que esse projecto traria à comunidade. "Ela, irritada, acusou-nos de sabotadores do programa de urbanização das favelas de Luanda, de forma geral e do Margoso, em particular.

Depois disso, contaram os circunstantes, a administradora da comuna abandonou a reunião.

"É por isso mesmo que nós duvidamos que seja projecto do Governo, porque, se assim fosse, ela negociaria pacientemente connosco para registar e transmitir as nossas preocupações aos seus superiores hierárquicos", calcularam.

Agastado com a situação, o memo morador perguntou "será que, em Luanda, o Chabá é o único bairro com

problemas de acesso e delinquência? não viram o «gueto» do Alvalade?

Finalmente, a fonte desabafou dizendo que, se o resultado das conversações dependesse única e simplesmente dos habitantes da referida zona, todos preferiam ficar no bairro desorganizado do que ir a outras paragens de Luanda, onde teriam de lutar pela readaptação.

"Se o Governo nos desse a liberdade de decisão, sem imposição e influências, gozaríamos dos nossos direito de liberdade de escolha, porque, entre ser desalojado para ir para um lugar incerto e permanecer no Chabá onde há facilidade de chegar aos hospitais e escolas, escolhemos ficar no nosso bairro".

Soba Muzungo desabafa

Em risco de ver o seu legado destruído, o soba Fonseca Muzumbo que não consegue parar de imaginar a sua casa destruída, aproveitou o momento da entrevista para se queixar da falta de apoio que lhe é devido como autoridade tradicional.

"O número de sobas e antigos guerrilheiros sem apoio do Governo aumentou, eu sou um deles" declarou o ancião que foi indicado como soba a 30 de Maio de 2008.

Fonseca Muzumbo, que, nas vestes de soba se considerou como parceiro directo do Estado junto do povo, alegou não estar a beneficiar do seu direito, tendo detalhado que não recebe nenhuma pensão afim.

Sem dinheiro, o soba, algumas vezes, trilha a rede de estrada de Luanda a pé, para representar o seu povo nas reuniões da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, também por falta de apoio.

"Para alimentar a minha família, dependo de um lucro mensal de 20 mil kwanzas do investimento que fiz neste fogareiro ai ao lado do portão de casa, onde a minha incansável esposa vende carne de galinha assada.

O desabafo do soba só pareceu ligado ao problema do desalojamento, quando ele desafogou novamente. "Sou um soba sem autoridade reconhecida e, para entenderem melhor, a administradora não conhece a minha humilde casa, pouco sabe da minha situação. Em contrapartida, nas reuniões pede-me para mobilizar o povo".

E avançou, questionando, "assim como vou trabalhar, se a minha família morre de fome?".

Queixou-se, igualmente, do facto de as vendedeiras do mercado do Margoso não o respeitarem, por não reconhecerem o seu poder e autoridade tradicionais.

Voltando à questão do possível desalojamento dele e dos seus vizinhos, Fonseca Muzumbo, preferindo não avançar em pormenores num assunto que disse já ter rolado muito, limitou-se a aconselhar os governantes a conversar bem com o povo.

"E digo isso como mais velho", reforçou.

7.6 Namkwang acusada de borla por cidadã de endossar culpa à Sonangol

Jornal O País

11 De Julho de 2014

Texto: Venâncio Rodrigues

A intenção, segundo a lesada, foi manifestada num recente encontro com um responsável da construtora, que na sequência da denúncia apresentada a este jornal, em Março último, se mostrou disponível para "ajudar" a resolver o problema embora sem qualquer garantia.

A empresa Namkwang International, responsável pelo projecto do Hotel Intercontinental, em Luanda, terá alegado que, sendo a Sonangol a dona da obra, é a ela que a cidadã deveria exigir o cumprimento do contrato de arrendamento firmado a 28 de Fevereiro de 2007.

Nos termos desse contrato de arrendamento, o imóvel ou o espaço arrendado, situado na Rua Conselheiro Aires, ao bairro Miramar, em Luanda, devia ser restituído à legítima proprietária findos os três anos de ocupação negociados.

Maria Lobo disse, na última semana, a O PAÍS, que o advogado da construtora, José Manuel Ventura, havia marcado um encontro com a família mas que o mesmo não veio a acontecer por razões não explicadas.

A lesada disse que um dia após a publicação da denúncia, alguém do gabinete jurídico da Namkwang International a contactou, e ao seu filho, tendo prometido que seria ressarcida com a cedência de um apartamento na centralidade do Kilamba ou construir uma outra na vila de Viana, Em face da recusa da lesada, o funcionário prometera um segundo encontro para o seguimento da negociação que também não aconteceu. Uma funcionária que inicialmente se manifestara disponível para fazer a ponte com a chefia da empresa, "como um gesto de solidariedade" porque pertencia a uma área específica, disse na última semana a este jornal que o "chefe" não tinha dito nada.

"Estou a tentar ajudar", disse a fonte sob insistentes pedidos para não ser identificada.

Enquanto isso, Maria Lobo escreveu à Assembleia Nacional, ao Provedor de Justiça, ao Ministério da Justiça e à própria Sonangol.

Ela confessou que todas as intenções de ajuda manifestadas pelas entidades citadas não passaram disso mesmo.

Maria Pia Lobo renova as acusações à construtora Namkwang International de se ter apropriado da sua casa, situada na Rua Conselheiro Aires, no bairro Miramar, em Luanda, em violação a um contrato de arrendamento do imóvel celebrado com aquela empresa. Tal como o fez em Março passado, em declarações exclusivas a O PAÍS, Maria Pia de Jesus Lobo volta a incriminar a construtora sul-coreana de desobedecer a uma ordem judicial que determinava a restituição do espaço e ao cumprimento estrito do contrato celebrado pelas partes. Maria Lobo Ventura disse a O PAÍS que foi convencida a arrendar a sua casa com a alegação de que existia a probabilidade de desabamento ou o surgimento de outro dano que pudesse pôr em perigo a vida dos seus utentes devido à proximidade do local onde decorrem as obras do Hotel Intercontinental.

Durante o período de ocupação temporária do espaço, a empresa se comprometeu a pagar uma renda mensal de USD 2 mil e 250 que devia ser aplicado no arrendamento de um outro imóvel para a proprietária em local de sua escolha.

A Namkwang se havia comprometido ainda a construir uma residência pré-fabricada de madeira, a favor da proprietária, cujo valor seria determinado pelas partes "de forma amigável". Em consequência, a casa foi demolida e o seu espaço transformado em estaleiro sem prévio aviso à proprietária.

A construtora, segundo a queixosa pagou apenas duas tranches anuais, designadamente, em 2007 e 2008, tendo nos anos subsequentes apresentado "facturas de depósito bancário falsas" sem que aqueles valores tivessem saído da conta da empresa devedora.

Numa providência cautelar decretada pela juíza, Paula Rangel Cabral, da 2ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda de 24 de Outubro de 2011, a juíza intimou a Empresa Namkwang International and Engineering Construction, Co. Lda, representada pelo seu director-geral Jung Chung Hwa, de nacionalidade coreana, no sentido de se abster de qualquer conduta, não prevista no contrato, e que pudesse pôr em perigo o direito de

propriedade da queixosa sobre o imóvel, "ou transmiti-lo a terceiros".

7.7 Recomendada melhor distribuição das terras

Jornal de Angola

16 De Julho de 2014

Texto: Casimiro José

O Fórum de Auscultação à Mulher Rural, que decorreu na cidade do Sumbe, recomendou ao Executivo a aprimorar os mecanismos de distribuição de terra às famílias no mundo rural, e de meios técnicos para o crescimento da produção de alimentos, com vista à redução da pobreza.

As mais de 300 mulheres presentes no fórum, das quais 273 vindas do mundo rural, sublinharam o facto de as grandes parcelas de terra estarem em posse de fazendeiros, que não exerceram actividades agrícolas, situação que tem estado a prejudicar as famílias das zonas rurais que não encontram espaço para a prática da agricultura familiar.

As participantes no fórum recomendaram o lançamento de políticas que facilitem o acesso ao crédito bonificado, que permita às mulheres adquirirem equipamentos para desenvolverem actividades geradoras de rendimento nos domínios da agricultura, pescas e prestação de serviços.

Massificar o acesso à informação e comunicação, através das redes de telefonia móvel da Unitel e Movitel, e montagem de antenas de reprodução do sinal de rádio e televisão também constam das recomendações saídas do encontro. As mulheres presentes recomendaram a contínua formação das parteiras tradicionais e a promoção da saúde para reduzir a mortalidade materno-infantil. Durante o fórum as mulheres constataram que o processo de ensino e aprendizagem no município do Sumbe está a atingir níveis aceitáveis, dada a participação massiva das mulheres nos diferentes níveis de ensino e, sobretudo na alfabetização. As participantes no fórum, que decorreu sob o lema "O contributo da Mulher Rural no processo de desenvolvimento", também fizeram o balanço dos ciclos dos encontros municipais que decorrem desde 10 de Junho, um espaço que permitiu abordar os principais problemas que afectam as mulheres, sobretudo do mundo rural.

No encontro dirigido pela vice-governadora para o sector político e social, Maria de Lourdes Veiga, as mulheres também apresentaram preocupações que têm a ver com a degradação das vias de acesso, fraca divulgação da Lei Contra a Violência doméstica,

ineficiente rede de comercialização dos produtos do campo para os principais mercados, falta de centros de formação profissional para as mulheres e de indústrias transformadoras no meio rural.

Participaram no fórum a secretária de Estado do Ministério da Família e Promoção da Mulher, Paula do Sacramento, e o vice-governador do Cuanza Sul para o sector económico, Franklin Fortunato, além de líderes dos partidos políticos, associações religiosas, autoridades tradicionais e outros convidados.

7.8 Agrovilas nascem nas urbanizações

Jornal de Angola

17 De Julho De 2014

Texto: Domingos Mucuta

O projecto de criação, nos próximos tempos, de agrovilas, destinadas à prática da agricultura e à construção de residências para os camponeses nas novas urbanizações a nível da Huíla, está na forja, anunciou segunda-feira, na cidade de Lubango, o director provincial do Urbanismo.

António Abílio informou que a implementação do projecto, em estudo pelas autoridades governamentais da província, pode arrancar em breve, com projectos-piloto nas zonas urbanas, de oito ou mais hectares, visando a inclusão das famílias de camponeses identificadas nas reservas fundiárias do Estado.

Explicou que as agrovilas são áreas de convergência entre as actividades agrícolas e lotes habitacionais urbanizados.

"Estas vilas agrícolas estão a ser projectadas para as zonas urbanas, com avanços direccionados para o município do Lubango", afirmou o responsável.

António Abílio salientou ainda que a infra-estruturação nas novas urbanizações pondera os campos agrícolas, em função do tipo da agricultura e das colheitas.

Explicou que o processo de urbanização das extensões de terras identificadas como reservas fundiárias na província da Huíla, é inclusivo, com a criação de lotes para as populações autóctones, no quadro do programa de autoconstrução dirigida. O director provincial referiu que o avanço da urbanização não pode constituir ameaça para as populações residentes nas reservas fundiárias, tendo ressaltado que a mesma deve mais é estimular a construção dirigida e o bem-estar.

O responsável frisou que a província da Huíla dispõe de 53 mil hectares classificados como reservas fundiárias, sendo que parte desta extensão, sobretudo onde são erguidos os 200 fogos habitacionais nos municípios, já foi oficializada no Diário da República. António Abílio disse que a atribuição de um título de propriedade passa pelo cumprimento dos procedimentos administrativos e, em alguns casos, com o testemunho das autoridades nacionais. Explicou que o acesso à terra, posse e legalização são as principais preocupações das populações nas zonas urbanas e rurais. Aliás, este foi um dos assuntos mais debatidos durante o fórum provincial de auscultação da mulher rural, realizado recentemente no Lubango. O director provincial do Urbanismo explicou que as matérias relacionadas com a posse e titularidade de terra são reguladas pela Lei 9/04.

António Abílio acrescentou que as extensões de terras na província da Huíla com dimensões até mil hectares são autorizadas pelo governador da província e, acima disso, pelo ministro de tutela.

7.9 General "Dinguaza" nega usurpação de terreno dos camponeses no Benfica

Jornal Manchete

11 De Julho de 2014

Texto: Moreira Mário

O fenómeno de ocupação e usurpação de terrenos que ocorre nos vários pontos da província de Luanda, continua a produzir muitos conflitos, envolvendo cidadãos comuns e figuras proeminentes do Estado. Muitos desses espaços são áreas reservadas pelo Estado, destinadas a construção de projectos de infra-estruturas sociais, Essas áreas, mesmo assim, acabam sendo ocupadas pelos cidadãos que, em princípio, as utilizam para a pequena agricultura, mas com o tempo acabam auto titular-se como proprietários dos mesmos terrenos.

Mesmo sem terem exibido as respectivas provas de legitimidade junto as autoridades do Governo, eles geralmente mantêm tais espaços sob seu controlo para posteriormente beneficiarem de casas ou doutro tipo de indemnizações, quando neles o Estado ou pessoas singulares se propõem instalar infra-estruturas.

Situações como essa, acontece justamente na comuna do Benfica município de Belas, mais concretamente nas imediações da cooperativa imobiliária "O Lar do Patriota", cujo administrador, o general na reserva, António Henrique da Silva "Dinguanza", se vê

envolvido numa "briga colossal" com camponeses tendo um terreno como centro.

O general diz que o terreno em causa lhe foi legalmente cedido pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), e até exhibe provas documentais, justificando que "ninguém está acima da lei". Por sua vez, os camponeses respondem alegando que os terrenos os pertencem desde muitos anos, alguns dos quais sendo herança deixadas pelos pais e avós.

No passado dia 3 do mês em curso, os mesmos viram as suas casas a serem demolidas por elementos afectos a Casa Militar, alegadamente, amando pelo general "Dinguanza".

Os camponeses dizem não ser a primeira nem a segunda vez que situações do género tomam lugar, e o pior ainda, é que o general se nega a indemnizar as famílias. Tal como contaram a este jornal, há dois meses os camponeses foram chamados a comparecer à administração de Belas, onde, entretanto, assinaram documentos com a promessa de receberem casas com 9 indemnização. E até ao momento, o assunto não conheceu progresso algum.

Em 2012, sob orientação do próprio general Dinguanza, os mesmos camponeses terão preenchido fixas na perspectiva de resolver a questão das indemnizações, mas aquele não deu seguimento a tal processo. Segundo os camponeses, apenas têm visto os terrenos sendo vendidos a terceiros pelo próprio general ao qual acusam de práticas de abuso de poder e de usurpação.

Refutando as acusações contra si dirigidas pelos camponeses, o general alega que "todos somos iguais perante a lei". Qualquer cidadão que se sinta lesado tem todo o direito de recorrer aos tribunais.

Por outro lado, António Henriques da Silva "Dinguanza", explica que o terreno em litígio será destinado a construção de alguns projectos infraestruturais, como bancos comerciais, universidades, entre outros imóveis e, ademais, fala em "oportunismo por parte os camponeses, os quais confundem "legitimidade" pelo simples facto de serem autorizados a cultivarem nos terrenos, mesmo "sabendo-se que a terra é propriedade do Estado e não do camponês", desabafou.

Entretanto, António Henriques da Silva, "Dinguanza", disse que a cooperativa habitacional denominada "O Lar do Patriota" começou a ser construída em 2005. Até ao momento, já foram construídas mais de 2 mil casas ao longo desses anos, localizada numa área de 12 milhões 850 metros quadrados de extensão.

Dinguanza fez saber que a Cooperativa "O Lar do Patriota" é um projecto social sem fins lucrativos e explica que para os cidadãos fazerem parte da mesma, devem estar inscritos na referida cooperativa. Até ao momento, já estão alistados 6.310 membros e que os mesmos são classificados em categorias.

O terreno em litígio será destinado a construção de alguns projectos infraestruturais, como bancos comerciais, universidades, entre outros imóveis e, ademais, fala em "oportunismo" por parte dos camponeses, os quais confundem "legitimidade" pelo simples facto de serem autorizados a cultivarem nos terrenos, mesmo "sabendo-se que a terra é propriedade do Estado e não do camponês", desabafou.

Entretanto, António Henriques da Silva, "Dinguanza", disse que a cooperativa habitacional denominada "O Lar do Patriota" começou a ser construída em 2005. Até ao momento, já foram construídas mais de 2 mil casas ao longo desses anos, localizada numa área de 12 milhões 850 metros quadrados de extensão.

Dinguanza fez saber que a Cooperativa "O Lar do Patriota" é um projecto social sem fins lucrativos e explica que para os cidadãos fazerem parte da mesma, devem estar inscritos na referida cooperativa. Até ao momento, já estão alistados 6.310 membros e que os mesmos são classificados em categorias.

Para serem membros da cooperativa, considerou, os membros devem definir a sua pretensão concreta e específica. Neste caso, uma das formas de pagamento das casas pelos interessados deve ser pela via da sua filiação, que consiste em constituir-se sócio.

Quanto a aquisição de uma casa, o pagamento pode ser feito de acordo com a capacidade financeira dos membros. "Em 2005, quando demos o início desse projecto, as casas custavam, em valor de mercado, 250 mil dólares, mas nós passamos a comercializá-las apenas a 40 mil dólares", declarou o responsável.

Disse ainda que a cooperativa "O Lar do Patriota" surgiu exactamente no sentido de suprimir a carência habitacional que o país atravessa. "Essa realidade continua acima dos 94% e apenas 6% da população possui casa própria", disse.

No que diz respeito a questão do saneamento básico, o responsável da cooperativa declarou a existência de uma empresa operadora de recolha de resíduos sólidos/lixo, denominada Rangol, com a responsabilidade de gerir o saneamento básico do referido complexo habitacional.

7.10 Militares que ocupam terrenos ilegalmente tem os dias Contados

Jornal Manchete

18 De Julho de 2014

Texto: Albino Sampaio

O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), Geraldo Sachipengo Nunda, durante a sua ida à Região Militar de Luanda, afirmou que o envolvimento das FAA no processo de combate a ocupação ilegal de terrenos, consiste numa política encontrada para garantir a ordem e a tranquilidade públicas nas zonas que têm sido o palco de violações de direitos perpetrados por alguns militares que deambulam em quase toda a extensão da província de Luanda.

Aquela alta patente falou à imprensa, no final da visita de constatação efectuada às instalações do Comando da Região Militar de Luanda, onde foi informado sobre o funcionamento do quartel e respectivo estado de prontidão a nível da província de Luanda.

De acordo com o general, muitos militares das Forças Armadas Angolanas (FAA), sobretudo os que procedem a ocupações ilegais de terrenos bem como a violação dos direitos dos cidadãos, têm manchado no seio da população a confiança na corporação. Sublinhou que a ocupação ilegal de terrenos está relacionada com questões de ordem pública mas também, é importante a participação das FAA, tendo em conta que em muitos casos, regista-se o envolvimento de militares nas ocupações ilegais.

Por outro lado, reforçou que com a integração das Forças Armadas no processo, serão dificultadas as acções praticadas contra os civis indefesos.

Aquele oficial superior, acautelou que as FAA apenas entraram nas referidas operações para auxiliar a Polícia Nacional, naquilo que tem a ver como a manutenção da ordem e da tranquilidade, a nível do território de Luanda.

Sachipengo Nunda, sublinhou que a integração das Forças Armadas no combate ao crime organizado, vai garantir um melhor asseguramento às zonas consideradas "críticas" pela própria população.

Segundo o general, as FAA possuem experiência necessária para dar resposta a todos indivíduos que insistem a desobedecer as melhores formas de convivência em harmonia social.

"A participação das FAA no combate ao crime é importante para complementar a actividade realizada pela polícia: "estamos no mesmo sistema de segurança

nacional e as Forças Armadas Angolanas estão prontas para intervir onde for necessário, e deve prestar essa acção como um dever patriótico e não como um favor", referiu.

O Manchete ouviu alguns militares das FAA, que falaram a respeito da visita do chefe do Estado-maior, general, Geraldo Sachipengo Nunda, que começaram por considerar que a medida é boa mas por outro lado, solicitaram que a medida não seja apenas para os inferiores hierárquicos mas também para alguns generais que ocupam ilegalmente os terrenos dos cidadãos.

Segundo a mesma fonte, alguns oficiais superiores têm sido os principais beneficiários das regalias e, expõem a vida do militar a uma situação inaceitável, disse.

Por sua vez, Cameleão, oficial subalterno das FAA há 20 anos, confidenciou ao Manchete que lhe fora retirado o terreno na zona do Lar Patriota, por um general que proferiu não identificar, porém tendo colocado o assunto na administração, há mais de 2 anos, o assunto foi simplesmente minimizado. Outro militar que falou também a este jornal, é Sabino, major das FAA há 30 anos, que viu a sua casa demolida pela máquina do governo provincial de Luanda, na zona do Iraque no município de Belas mas, até agora, também sem solução. Assim sendo, alguns desses

elementos das FAA solicitam a atribuição de casas e terrenos também aos seus efectivos para se evitar o seu envolvimento em actos de ocupação ilegal de terras, referiram.

7.11 Administração local realoja famílias

Jornal de Angola

22 De Julho de 2014

Texto: Arão Martins

As pessoas do Lubango que ainda vivem em zonas de risco e de requalificação urbana têm lotes garantidos em áreas seguras, disse o administrador municipal.

Francisco Barros afirmou que a Administração Municipal ainda tem perto de dez mil lotes para autoconstrução dirigida que começam a ser distribuídos em breve e que estão a ser preparados outros nas comunas de Quilemba, Arimba, Hoque e Figueira. Quem entregou os processos na Administração Municipal, referiu, recebe nos próximos tempos, no âmbito do Programa de Fomento Habitacional, lotes destinados a autoconstrução dirigida. Francisco Barros declarou

que a Administração Municipal está a criar uma base de dados para evitar que a mesma pessoa receba mais de dois lotes.

A prioridade na atribuição de lotes, prosseguiu, é dada aos que vivem em áreas a serem requalificadas e nas consideradas de risco. O administrador afirmou estar satisfeito com o comportamento de muitas famílias que construíram ao longo do traçado que liga o bairro do Lucrecia à Escola 27 de Março, passando pelo Supermercado Milénio, que após receberem casas na centralidade da Eywa abandonaram voluntariamente as antigas.

O Governo Provincial, insistiu, continua empenhado na criação de condições para que quem vive em zonas de requalificação receba casas e lotes de mil metros quadrados nos espaços destinados a construção, que vai contar com serviços básicos.

7.12 Família Tavares afirma ser proprietários do terreno no Musseque Capari

25 De Julho de 2014

Texto: Moreira Mário

Na sequência da notícia divulgada pelo Manchete, na sua edição nº 62, com o título "Família Tavares esbulha terreno no Musseque Capari", o nosso jornal volta à carga com factos esclarecedores vindos dos representantes desta família, que resolveu colocar tudo em "pratos limpos", com provas sustentáveis referentes ao verdadeiro senhorio do espaço.

O terreno que conta com uma área de 6.400 metros quadrados, de acordo com informações em nossa posse, o aproveitamento de alguns titulares de órgãos públicos na província do Bengo, terá espalhado a informação segundo a qual o espaço seria propriedade do Estado, quando na verdade havia um acordo entre a Família Tavares Ferreira e a Administração Municipal do Dande, para acomodar as populações desfavorecidas que habitavam em zonas de risco.

Neste acordo, segundo apurou o Manchete, a Família Tavares teria que ceder 1.500 hectares à população em causa, no âmbito do Programa do Governo de Loteamento da população, devendo os restantes 4.940 permanecer na posse da mesma família.

Mas, acontece que as autoridades governamentais do Bengo não têm estado a respeitar esse mesmo acordo, tal como contaram os representantes da Família Tavares. O que tem se verificado, é que as invasões do espaço, dia e noite, estão em curso em toda sua extensão, inclusive por parte de grandes empresas

privadas como a Sogester e o Porto Seco da Barra do Dande, não se sabendo exactamente de quem partiu a ordem para ali se fixarem.

António Tavares Pereira de Sousa, membro da Família Tavares, informou que o terreno do Musseque Capari é uma herança deixada pelos seus bisavôs (ver caixa na página posterior), cujos descendentes constituídos em mais de 33 herdeiros, têm dado continuidade pela preservação do património.

O mesmo esclarece, de uma vez por todas, que o Prédio Rústico do Musseque Capari tem dono, ou seja, pertence à Família Tavares Ferreira, alertando a todos que o invadiram, que existem documentos comprovativos e fiáveis sobre sua posse, por parte desta família.

Aos proprietários das empresas e pessoas singulares, se aconselha os mesmos a não venderem nem comprarem parcelas de terreno naquele território. "Estão sendo tratados em foro jurídico processos de partilha, portanto, só depois de estar o mesmo concluído é que cada um dos herdeiros saberá fazer o que deseja", disse.

Por outro lado, António Tavares Pereira de Sousa, fez saber que a família já constituiu um dos mais experientes advogados da nossa praça, que está já a tratar todo esse processo e que as empresas situadas no terreno do Musseque Capari, estão a ser devidamente notificadas. "É um processo que ainda demora um certo tempo", explicou, chamando a atenção dos responsáveis das empresas a colaborarem e contactarem o proprietário, no sentido de se resolver de maneira pacífica os problemas que possam efectivamente ocorrer.

Quanto ao Governo, concretamente da província do Bengo, o mesmo lembra que a família Tavares não tem nada contra o desenvolvimento da região. Pelo contrário, quer ver o seu desenvolvimento, mas sugere que a família seja chamada para estar presente nas negociações, de forma a dirimir determinados litígios.

NOTIFICAÇÕES ESTÃO EM MARCHA

Das empresas que estão a ser notificadas por ocuparem de forma ilegal as áreas do terreno no território do Musseque Capari, uma delas é a Sogester. De acordo com o interlocutor, esta terá que dizer diante o tribunal como se ali instalou, assim como as demais empresas cuja legalização não se sabe" de quem partiu. Outra questão fundamental; tem a ver com um contrato que a Família Tavares celebrou com a administração do Dande, precisamente há um ano, para se proceder a desanexação de 1500 hectares a favor do Estado na condição de que a própria

administração fornecesse 1500 hectares livres de conflitos, à família.

Ou seja: a família Tavares Ferreira cedia ao Estado 1500 hectares para alojar a população que se encontrava em zonas de risco, mas em contrapartida, seria a própria administração a ceder 1500 dos 3 mil hectares e fornecê-los às famílias "livres dos conflitos". "Mas até a data presente não nos foi entregue a parcela do terreno que consta no contrato. Por esta razão, não tivemos outra alternativa senão apresentarmos essa matéria ao advogado, cujo processo está em instrução", afirmou, acrescentando que tudo está a ser feito para que dos 6400 hectares sejam efectivamente distribuídos a parte que cabe à família Tavares Ferreira.

Disse ainda que, no princípio, quando se celebrou o contrato, tiveram lugar três reuniões em consequência das quais se concluiu que o processo estava a correr normalmente, isto ainda no início de 2013. Uma vez que qualquer processo percorre os seus trâmites, vem se verificando que durante esse tempo, tomam um outro rumo, do ponto de vista negativo.

"A administração do Dande devia efectivamente cumprir metas em relação o espírito e a letra do contrato, o que não fez. Vimos que os regulamentos que deviam ser feitos não se fizeram, ou se foram feitos não se levou a cabo a implementação do projecto. Possuímos informações segundo as quais uma das pessoas que estava a frente do processo dos ornamentos disse que se vivia alguma

falta de dinheiro, enquanto a administração dizia outra coisa, o que se transformou um jogo de empurra-empurra", ressaltou.

Ainda no âmbito do referido contrato, a família Tavares queria que os militares instalados no local a fim de fazer fizeram o controlo da população. Acreditam que se isso fosse feito, não surgiriam os conflitos que hoje se verificam, salientando mais adiante que a população, não está lá por acaso, porque houve negociações com os próprios militares, situação que a administração deve resolver o mais rápido possível.

António Ferreira Pereira de Sousa exige que as autoridades da província do Bengo sejam transparentes em relação ao contrato celebrado e adverte que caso a situação permaneça nesse estado, a mesma ficará apenas sob alçada e resolução da justiça.

SURGIMENTO DO PORTO SECO

Situação misteriosa se constata igualmente no terminal do Porto Seco da Barra do Dande, cuja autorização para a construção das suas instalações no território do Musseque Capari, o proprietário desconhece

completamente. Entretanto, o nosso entrevistado refere que tem o processo de notificações em mão, e que teve dois encontros com representantes desta empresa.

Na ocasião, a pessoa que recebeu-lhes não quis revelar quem autorizou ou está a frente do processo de legalização na perspectiva de que a mesma obra fosse construída naquele espaço. "Neste momento, existem cerca de 15 a 16 empresas ilegalmente instaladas no território, e as mesmas não contactaram a família Tavares Ferreira, excepto a Exonil", explicou.

O representante da família disse que não pode, por enquanto, fazer uma acusação directa àqueles que autorizaram a construção das empresas naquele local. Só depois de as mesmas serem julgadas se saberá quem realmente vendeu parcelas de terreno e quem passou os documentos visando a sua legalização.

"Todas as pessoas envolvidas na ocupação indevida de terrenos no Musseque Capari serão ouvidos em tribunal. A família Tavares Ferreira não ficará parada enquanto não ver resolvido todo o drama do Musseque Capari", avisa António Tavares Pereira de Sousa.

Informações não confirmadas quanto a venda de parcelas de terrenos naquela zona, dão conta igualmente, do envolvimento que se têm feito passar como familiares dos Tavares.

ADMINISTRAÇÃO DO DANDE PROMETE PRONUNCIAR-SE

Tentamos contactar nesta quarta-feira, 23, o administrador municipal do Dande, João da Silva Castelo Branco, nomeado recentemente pelo governador João Bernardo de Miranda, em substituição no cargo Mateus Domingos Diogo Manuel, promete pronunciar-se nos próximos tempos.

7.13 Isaac dos Anjos defende construção dirigida

Novo Jornal

25 De Julho de 2014

O GOVERNADOR provincial de Benguela, Isaac dos Anjos, procedeu quarta-feira, a entrega de títulos de concessão de terrenos para a construção dirigida aos primeiros 60 cidadãos beneficiários de lotes, no município de Caimbombo.

Durante a cerimónia de entrega oficial dos títulos, o governador aconselhou os primeiros beneficiários a pautarem por uma construção digna.

O programa de construção dirigida, no município de Caibambo tem disponíveis dois mil e 500 lotes, com mil metros quadrados cada.

Durante a sua estada o governador provincial visitou demoradamente o perímetro concebido para nova centralidade habitacional e comercial, localizado próximo ao bairro Catuyo, arredores da sede municipal, uma britadeira chinesa e a estação ferroviária do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB).

À margem da entrega dos lotes, foram apresentadas a primeira e segunda fases de plano director municipal de Caibambo, resumido em diagnóstico, divisão administrativa, carta geológica e temática do usos do solo, exploração de recursos minerais, florestal, estrutura viária, mobiliária, ordenamento e condicionantes.

No final da visita, o governador Isaac dos Anjos defendeu a necessidade urgente de transferência de uma linha da água do rio Coporolo para o abastecimento da população da Vila do Catengue, face à má qualidade da água consumida de um tempo a esta parte.

Já o administrador municipal de Caibambo, Jacinto Tomé Amare, afirmou que a entrega dos lotes para construção dirigida vai garantir o crescimento gradual urbanístico da vila de Caibambo, que completa 43 anos a 1 de Setembro próximo.

7.14 Mulher quitandeira quer mercados mais limpo

Jornal República

25 De Julho de 2014

Texto: Inácio Cândido

As mulheres quitandeiras da província de Luanda, reuniram-se para reflectir o estado do lixo

nos mercados da capital, e pedem mais higiene aos mercados, e convidam as zungueiras para sair de rua e ocupar os seus lugares nos mercados.

A representante do mercado de Luanda sul, Joana Lucas, disse que do encontro que tiveram chegou-se a um consenso, pois devem realizar campanhas nos mercados juntamente com as vendedoras passando a fazer limpezas, para terem os mercados limpos porque trabalham com os produtos consumíveis e, a partir desta altura, vamos agir. "Nós temos o lixo nos mercados, corremos o risco de contrairmos doenças.

Devemos preservar primeiro a nossa saúde e bem-estar dos nossos compradores, o nosso objectivo é fazer uma limpeza em tudo que é canto e, em colaboração com as nossas vendedoras," disse Joana Lucas António de Lau, disse que reprovava atitudes das vendedoras de ruas, dizendo que o governo construía mercados em todos cantos de Luanda, mas regista-se pessoas a deixar os mercados para preferirem vender na rua, que não está correcto. "Nós, agora, todas as segundas-feiras vamos fazer mobilização grande para tirar as vendedoras na rua para tomar os seus lugares nos mercados, e também vai-se fazer as visitas aos mercados", disse António de Lau.

Já Ana Lopes, administradora do mercado dos congoleses disse que o objectivo desta organização da mulher Quitandeira é para sensibilizar as vendedoras de rua, para sair na rua e irem ocupar os lugares que estão vago nos mercados; por isso existe essa organização de vendedoras de mercados e feiras; " nós como associação esperamos as nossas vendedoras, abracem o nosso conselho para que elas vão ocupar os lugares que estão nos mercados, porque já temos um programa desde Maio, e sempre estamos a trabalhar neste programa de passar a mensagem as vendedoras, para incentiva-las para serem unidas, deixando os

mercados limpos e colaborar com os fiscais." No acto estiveram presentes todas responsáveis de todos mercados de Luanda.

7.15 Os Tavares e o muceoue capari

Jornal Manchete

25 De Julho de 2014

"A história da família Tavares Ferreira no Musseque Capari vem de muito longe", segundo informou Frederico Hernandes Ferreira, outro herdeiro e representante da família, avançando que no "ano de 1861 nascia Manuel Tavares Ferreira, o dono do Musseque Capari, tendo ele tido seis filhos, entre os quais António Tavares Ferreira, Nazaré Tavares Ferreira, Frederico Tavares Ferreira, Armando Tavares Ferreira, Georgina Tavares Ferreira e Etlene Tavares Ferreira, que por sua vez são os pais dos nossos pais, ou seja, os nossos avós", disse ao Manchete.

Disse mais adiante que grande parte dos membros da família nasceram no Musseque Capari e nunca abandonaram aquelas terras. "É do conhecimento do Governo a existência dessa família. Temos um registo predial feito inicialmente em 1937 na conservatória, ao qual posteriormente foi operando uma sequência de actualizações até o registo actual. Com a morte de

alguns e nascimento de outros, foi se procedendo sempre a actualização das certidões", afirmou Frederico Hernandes Ferreira.

O PATRIMÓNIO

O Prédio Rústico com 6400 Há, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, sob o número 4700 a fls.52 do livro B-18, é propriedade da família Tavares Ferreira com as seguintes confrontações: Norte com terreno de Joaquim Martins da Cunha e Capugo, achando-se por este lado demarcado com dois marcos de pedra, um no Imbondeiro Lanza e outro no Sassa Lama, com as seguintes indicações: J.B.S Mil Oitocentos e Sessenta e Três; pelo Sul, com a lagoa do Panguila, pelo Nascente, com os fundos do prédio Santo António, da Companhia da África Ocidental Portuguesa e pelo Poente, com a estrada pública de Luanda aos Dembos.

Há quinhentos metros das empresas Sogester e Trevo, ocupadores ilegais, encontra-se localizada a campá de Manuel Tavares Ferreira patrono deste património que poderá contribuir para o desenvolvimento da Região do Bengo. Prova disso é o contrato que a família Tavares Ferreira celebrou com o Governo Provincial do Bengo para a construção de uma central idade de uma área de 15.00ha, cedida pelos proprietários também para reassentamento da população ali dispersa.

A ocupação e vendas ilegais de parcelas de terrenos naquele território estão sendo tratadas em foros jurídicos. A venda, compra, ou aluguer de qualquer parcela só poderá ser feita em consenso com a família Tavares Ferreira e seus representantes.

7.16 Avançam as obras e aumentam as casas de chapa

Jornal de Angola
26 De Julho de 2014
Texto: João Dias

As obras na via da Boavista, iniciadas há algumas semanas, estão a ser acompanhadas do ressurgimento de casas de chapa. À medida que técnicos e máquinas aplanam a encosta, no sentido Rotunda-Porto, os casebres multiplicam-se vertiginosamente. Apesar de muitas famílias terem sido realojadas no Zango e no Panguila, as construções aumentam a olhos vistos, sem que as autoridades tomem medidas que impeçam a progressão do fenómeno.

Entre os casebres que quase quotidianamente são construídos no local muitos estão desabitados, sem luando nem painéis. Contactadas as autoridades, na

tentativa de obtermos alguns esclarecimentos sobre a esta situação, estas mostraram-se indisponíveis para falar com Jornal de Angola.

Algumas construções estão numeradas com tinta preta, sinal de que existe uma entidade que identificou o problema, mas desconhece-se se tem a situação controlada. Ao lado dos numerados estão outros sem quaisquer sinais. Novas ou deliberadamente esquecidas, a verdade é que há muitas construções novas a surgir na encosta.

Um sinal da tinta preta vale muito para os "proprietários". Significa nova casa e nova vida, embora já tenham passado dois meses desde que foi feita a última contagem.

A expectativa continua, mas pouco ou nada se sabe sobre o assunto. Parte considerável das pessoas que lá constrói é de Malange e do Uíge.

na encosta, do lado das casas de bloco já partidas, há um espaço de 20 por 15 que serve de recreio para as crianças, que é também um vazadouro de lixo. Indiferentes ao que as rodeia, brincam efusivamente, levadas por uma imaginação sem limites. Garrafinha, Bica bidão e até técnicas de bassulas, ao lado do lixo.

Tilson, um menino da cara pintada, está com os irmãos ao lado do precipício. Tem um equilíbrio de acrobata que faz arrepiar. Para eles não há vertigens nem cheiro a podre, nem mal que lhes chegue. Brincam no mar de lixo, na areia e no limiar das crateras.

Zona de risco

Maria Paulo viveu no Zangado, Rangel, em casa dos sogros com o marido. Mas depois as coisas azedaram e tiveram de sair.

A solução foi construir um casebre de chapas e paus na Boavista, onde vivem até hoje. Quando para lá foi tinha 20 anos, hoje tem 53. Verdade ou não, o drama da vida deles está-lhes estampado nos rostos. Pouca qualidade de vida e pouca higiene. Mas dizem não ter outra opção senão viver nestas condições.

"Têm de nos partir estas casas de chapa. Está mal", diz um morador. Toda a encosta estava cheia de casas. Com os trabalhos que decorrem, elas "migraram". Foram parar a outro lugar da encosta. Até parece terem vida própria.

"Quando cheguei de Malange, em 1997, tudo era liso e os deslizamentos eram quase inexistentes. Depois, começaram os desabamentos que não pouparam as precárias construções", lembra Sebastião Luamba Zumba. Em tempo de cacimbo ou de chuva, os deslizamentos sempre foram implacáveis.

Sebastião é do tempo em que o local se chamava Morro dos Bois. O nome provém do facto de ter sido, durante muito tempo, um local de pasto. Hoje Bairro da Madeira, é marcado pela precariedade das suas construções, uma vida sem alegria e de "infra homem". "Deviam olhar por nós", diz um morador.

Contra a violência doméstica

No interior de um dos casebres de chapa ecoa uma conversa, alto e bom som, sobre violência doméstica. Um grupo de mulheres, apesar de já um pouco "tocadas", troca impressões sobre o que é a violência doméstica.

Umaz dizem que é sempre um pouco difícil uma mulher desfazer-se de uma situação dessas, enquanto outras concordam ser difícil, mas por se dar pouco valor a uma eventual queixa às autoridades. Uma não tem dúvidas que a falta de uma família por perto aumenta a agressividade do homem e aí, sim, as mulheres tornam-se pequenos sacos de pancada.

Ana de Oliveira, moça com traços finos, mas já fugidios por conta dos incontáveis dias de bebida, mostra que não admite, nem por sombras, qualquer manifestação de violência.

"Antes ficar sozinha como estou. Homem que ameaça e que violenta uma mulher não vale nada. Homem que ameaça a minha vida não dá diz Ana, que veio, de Malange e foi parar à encosta, onde tem um casebre.

Ao lado está um numerado "EB - 79" com tinta preta. O dela não está. Isso significa que deve continuar por mais tempo a viver naquelas condições. Gente é gente pensa, sente e tem opinião.

O lego de pedra

Nos destroços das casas demolidas, os pequenos pedaços de blocos servem de "lego" para os meninos brincarem ao faz de conta que é arquitecto. Os pedaços de blocos e cimento são perigosos. Podem cair e magoar os pés pequenotes, ou até outra parte do corpo. Mas, para eles, isso diz pouco, quando a questão é dar asas à imaginação. Constroem pequenos domínios e impérios. Coisas que só eles sabem inventarem, para impedir que os dias sejam demasiado amargos, mesmo quando o são. Imaginar e brincar é um bom remédio para as crianças da encosta da Boavista, sempre esbranquiçadas e alegres.

"Nós temos uma casa no Zango. Viemos com a nossa mãe para aqui, para a nossa outra casa de chapa, que fica ali. O pai fica na casa do Zango", diz o menino Beni, em tronco nu e coberto de poeira. A fazer fé na verdade das crianças, podemos concluir que, afinal, há

peças realojadas que teimam em pôr a vida em perigo num casebre construído em zona de risco.

7.17 Obras na reserva fundiária arrancam ainda este ano

Jornal de Angola

26 De Julho de 2014

Texto: António Gonçalves

As obras de infra-estruturação da reserva fundiária de Benguela Sul estão previstas arrancar ainda este ano, garantiu ontem o director provincial do Urbanismo, Elmano Inácio.

O responsável, que falava no final da cerimónia de apresentação do projecto pela empresa Morar, à qual a obra foi adjudicada, disse que o programa vai ser desenvolvido num espaço de cerca de 100 hectares.

Elmano Inácio referiu que o projecto de infra-estruturação, que vai ser suportado pelo Executivo, através do Ministério do Urbanismo, foi recentemente aprovado pelo Secretariado do Conselho de Ministros e a sua execução pode ficar concluída num prazo de dois anos. O director provincial avançou que, por uma questão de minimização de custos com estaleiros, o Ministério do Urbanismo, entendeu que fosse uma empresa sediada na província de Benguela a levar a cabo a obra, e após um concurso público foi indicada a empresa SST, que já está a montar as suas estruturas para o início dos trabalhos.

Rafael Patrício, director-geral da empresa, salientou que o mesmo está definido para uma população residente de 8.800 pessoas. É um projecto a ser infra-estruturado nos 100 hectares da reserva fundiária de Benguela Sul e tem disponíveis 421 lotes de mil metros quadrados, nos quais vão ser edificadas 1.330 habitações em edifícios.

Foi feito um estudo de impacto ambiental no decorrer da elaboração do projecto e, após a sua apresentação, ficou definido um período entre 14 a 16 meses para a sua infra-estruturação

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Complexo do Panguila continua a crescer

Jornal de Angola
02 De Julho de 2014

Valas de drenagem, rede de distribuição de água, armamentos e 1.350 habitações estão a ser construídos na zona do Complexo Habitacional do Panguila, no município do Dande.

O coordenador das obras, engenheiro Edson Noy, informou que as empreitadas estão a cargo das empresas Golden Nest, à qual foi adjudicada a construção das habitações, Anteros, encarregue da execução dos armamentos, DP Projecto, drenagem das águas residuais, e TEG à qual foi entregue a rede de distribuição de água ao domicílio.

Grande parte destes empreendimentos surgiram dois anos depois da construção das primeiras casas e estão a ser levados a cabo por fases, desde que os recursos financeiros inscritos no Programa de Investimentos Públicos (PIP) para o projecto Panguila estejam disponíveis para a sua edificação.

"Assim que se construíram as primeiras casas no projecto habitacional do Panguila, dada a sua emergência, fomos fazendo estas infra-estruturas de modo faseado", esclareceu.

O projecto habitacional do Panguila foi inaugurado em Janeiro de 2003 para acudir as populações que viviam em zonas de risco ou em perímetros destinados ao alargamento de estradas. "Acreditamos que os projectos em curso vão dar outra vida ao Panguila", disse.

8.2 Delegação avalia projectos

Jornal de Angola
02 De Julho de 2014
Texto: Kamuanga Júna

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, avaliou, na segunda-feira, em Sauri-

mo o nível de aplicação do programa "Água para todos", concebido para melhorar o fornecimento de águas nas comunidades rurais. Luís Felipe da Silva, que falava segunda-feira à imprensa após o seu desembarque no aeroporto de Saurimo, referiu que o sector pretende trabalhar para atingir as metas traçadas, com uma cobertura na ordem dos 80 por

cento, até 2017, ao nível do país. Durante a sua estada de aproximadamente 48 horas, o secretário de Estado teve reuniões com os administradores municipais de Saurimo, Cacolo, Dala e Muconda, para ouvir as principais dificuldades que enfrentam na execução do projecto.

O programa de visita de Luís Filipe da Silva inscreveu inaugurações de pequenos sistemas de água nos bairros Pelengue e Txapoji, arredores da cidade de Saurimo, além de visitas ao laboratório regional de controlo da qualidade de água e da central hídrica de Chicapa.

8.3 Lixeira chega na porta dos armazéns

Jornal República
04 De Julho de 2014
Texto: Ngongolo Wende

É extremamente arrepiante, o cheiro nauseabundo da lixeira na praça do trinta, que vem de várias direcções. Uma poluição jamais vista, deixando os clientes e transeuntes completamente aborrecidos e insatisfeitos com a situação. As moscas, baratas e ratos fazem aí morada, permanentemente, agitando bruscamente aquele local nojento. O Jornal A República esteve no local, pela segunda vez, e notou que nada foi feito pela Administração do mercado, no sentido de pôr fim àquela vergonhosa situação da lixeira que já se estendeu à porta dos armazéns. Para obter algumas opiniões dos clientes e vendedoras, a nossa reportagem ouviu a reacção de Miguel Gregório dos Santos, de 37 anos de idade, e engenheiro agrónomo residente em Malanje. "É lastimável o que vejo, aqui próximo da praça. Isso produz muitas doenças. Os responsáveis do mercado já deviam resolver esta situação há muito tempo.

Com o dinheiro que cobram às vendedoras, parte devia servir para tratar dessa lixeira.

É preciso dar um tratamento cerrado ao lixo, senão, um dia, a situação poderá piorar!"

Finalizou. Já Valoela Mbunguila, de 46 anos de idade, vendedora de frutas, disse que a situação era preocupante, porque os responsáveis do mercado viam mais o dinheiro das contribuições das vendedoras, do que verem a situação do lixo naquela grande lixeira que se aproximava dos armazéns. " Os responsáveis da praça estão mais preocupados com o dinheiro das contribuições das vendedoras, pois, tudo o resto, pouco ou nada lhes interessa. Isso já anda assim, há muito tempo, mas ninguém quer saber. Eles

andam mais preocupados só com o dinheiro das contribuições das vendedoras!"

Concluiu. Manuela João, de 45 anos de idade, disse estar agastada com a situação porque os responsáveis da praça nunca se preocuparam com o lixo. "Para eles, o mais importante é o dinheiro das contribuições e terem mais tempo de estarem com as suas namoradas! Denunciou. Só o dinheiro é que lhes interessa, pois o resto é conversa!"

Sentenciou. Paulina António Vaz, de 63 anos, disse: "aqui é mesmo assim. Só o dinheiro é que vale, o resto não querem saber. A lixeira deita um cheiro que pode nos fazer muito mal, mas os responsáveis da praça não ligam nada. Senão, todo o lixo já teria outro destino. Isso está muito mal!"

Finalizou com uma certa tristeza no rosto. Os responsáveis contactados disseram não estarem autorizados a falarem à nossa reportagem. Só outros órgãos de direito ligados ao governo provincial de Luanda estariam autorizados a falar.

8.4 A realidade do Caienga um mundo de 600 toneladas de lixo das

Jornal A Capital
05 De Julho de 2014

Em exclusivo ao A Capital, o administrador municipal do Cazenga, Tani Narciso, explicou que os grandes focos de lixo do Cazenga estão eliminados. "O próximo passo é aprimorarmos o trabalho da fiscalização e exigir mais às micros e grandes operadoras para que esta situação não volte ao que passamos", apelou.

Contas rápidas feitas pelo edil do Cazenga dão conta da produção diária de cerca de 600 toneladas de lixo, fruto da densidade populacional, defendendo, por isso, a grande capacidade para a retirada deste excedente todos os dias.

Actualmente, são três as operadoras que operam no Cazenga: a Engevia, Zoomlion, e a Solizac. Outras dez são micro-operadoras. "Durante o tempo que elas foram operando no Cazenga, fomos pontualizando o senhor governador sobre o trabalho de algumas operadoras e fiz chegar a nossa opinião em relação a falta de desempenho de algumas", afirmou Tani Narciso, para depois reconhecer que duas das grandes operadoras têm vindo a cometer pecados quase mortais. "Neste momento, não estamos bem com a Zoomlion e a Solizac", revelou, ao mesmo tempo que defendeu a revisão da distribuição dos locais

concedidos à ENGEVIA por acreditar ser "muito grande".

A mão pesada do administrador do Cazenga já se fez sentir nalgumas empresas que, na sua óptica, prestavam um mau trabalho. Por exemplo, uma micro-operadora, a ELPAS, foi retirada do circuito. As outras que escaparam da medida de sapa reservada às incumpridoras (caso da VFL e da Car do Céu) terão que melhorar o seu trabalho, sob pena de conhecerem o mes- mo destino.

A selecção escolha das operadoras e a concessão das zonas de actuação é da total responsabilidade da ELISAL. Já as micro-empresas dependem das administrações municipais, que elegem através de uma selecção prévia para posterior envio à ELISAL.

8.5 Abastecimento de água considerado diminuto

Jornal de Angola
05 De Julho de 2014
Texto: Manas Da Costa

As administrações municipais do Bié devem envidar todos os esforços para melhorarem o abastecimento de energia e água à população, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP) e Desenvolvimento Rural, concluiu a VI sessão ordinária do Governo, presidida pelo governador Boavida Neto.

Na reunião, os membros do Governo da província do Bié foram informados sobre os níveis de cobertura do programa "Água Para Todos" nos municípios, comunas e aldeias, depois de ter sido considerada ainda diminuta a distribuição da mesma, em função do crescimento demográfico da província.

Para amenizar a procura, foi recomendada às administrações municipais, em parceria com a Direcção das Aguas, a elaboração de planos interventivos e inclusivos, para que, a médio prazo, a população do Bié possa ter água sem dificuldades.

O director da Energia e Aguas no Bié, Abel Guerra, disse que, para melhorar a situação, o sector tem previsto construir, ao longo deste ano, 72 pontos em 190 aldeias, abrangendo assim perto de 200 mil habitantes. Na sessão ordinária foram apreciados, ainda, a execução física e financeira do programa de construção de 200 fogos por município, as obras

das estradas secundárias e terciária assim como o registo da população e habitação.

8.6 Água a gota-gotas remete-nos à idade média

Semanário Angolense

05 De Julho de 2014

Chegou a vez de visitar o Senhor Ministro da Energia e Águas, pessoa por quem tenho apreço, pelas mudanças positivas que introduziu no sector (fundamentalmente na área de distribuição de energia eléctrica). Não nos esqueçamos que (ao contrário do que muitas vezes sucede), foi devido ao bom trabalho que fez à frente da distribuidora de electricidade EDEL que ascendeu inicialmente ao posto de vice-ministro. Pode ter havido também outras razões, mas temos de convir que sempre que a essas «outras razões» se aliam a competência, o saber-fazer e o saber-ouvir, ficamos todos (Estado e cidadãos) bem servidos.

O mais comum, por cá, é ouvirmos chamadas de atenção em relação à distribuição de energia eléctrica, mas não era de esperar outra coisa, até porque (como se sabe) a nossa opinião pública tem normalmente memória curta.

De facto, tenho de afirmar que o maior problema do sector da energia e águas não é a distribuição de electricidade, mas a distribuição de água.

Se assim é, porquê então que as pessoas se referem comumente ao contrário? Pois funciona a mesma regra, quando um estudante universitário afirma que é pobre, quando alguém diz que a criminalidade está a aumentar em Angola ou quando aquele mesmo estudante ou um qualquer «político» (as aspas são propositadas!) se ficam pela declaração do senso comum (que, por sinal, até está de acordo com o seu interesse particular) que diz que há ditadura em Angola. Nos três casos, todas essas pessoas referem um conceito, mas estão a falar de outra coisa - e não se distanciam do senso comum, perguntando-se até que ponto podem não ter razão (como devemos fazer quando abordamos as questões segundo o rigor científico). Mas, não me vou debruçar hoje sobre nenhuma destas três matérias, que deixo para próximas audiências. E quanto aos comentários acerca da evolução do processo de democratização em Angola, não me esqueci da promessa que fiz aos leitores - voltarei a eles tão logo termine outras obrigações que tenho actualmente em mãos.

No caso da dúvida a respeito da área mais problemática, diz-se comumente que é a da distribuição de energia eléctrica porquê? Porque (tal como sucede nos outros três casos citados) existe realmente essa percepção, motivada neste caso por um facto muito simples, em relação ao qual não prestamos

a devida atenção: as pessoas podem guardar e conservar água, mas ainda não foi inventado nenhum aparelho que nos permita guardar energia eléctrica em casa, para consumirmos depois.

Podemos estar uma semana sem receber água em casa, mas não sentiremos sequer essa falta (desde que haja água armazenada para esse período). Já a falta de energia eléctrica, durante qualquer meia hora que seja, arromba verdadeiramente connosco. Mesmo que tenhamos gerador de energia eléctrica, vamos sentir esse efeito no bolso e na pele. E esta falta vai prevalecer sobre a outra (da água), que é normalmente menos percebida e menos sentida, se compararmos o tempo que ficamos sem um e sem o outro bem. Até porque o efeito de ficarmos sem água durante vinte horas por dia não se equipara a ficarmos sem energia eléctrica durante quatro horas por dia (sobretudo durante o dia no local de trabalho e durante a noite em casa).

Portanto, o que se passa é que sentimos mais qualquer interrupção no fornecimento de energia eléctrica do que idêntica interrupção no fornecimento de água. Daí pensarmos (erradamente) que o buslís do sector hoje em análise é o da distribuição de energia eléctrica.

Mas se nos distanciarmos desses subjectivismos que comandam a nossa existência e os nossos interesses egoístas, então concluiremos necessariamente que o verdadeiro buslís está na distribuição de água. É um assunto que é muito mais simples de resolver do que o da distribuição de energia eléctrica (quanto mais não seja, por exigir menos tecnologia), mas que não está resolvido. É um assunto que começou a ser resolvido com a sedentarização em larga escala (com a criação de vilas e, depois, de cidades), já lá vão muitos séculos, mas que em pleno séc. XXI, numa capital africana, não está resolvido. Resta acrescentar que essa capital é de um país que dispõe de água até para exportar para países vizinhos...

Já que é gritante a falta de água e hoje (no 39.º ano desde a proclamação da independência e 12 anos depois da assinatura do cessar-fogo que marcou o termo da guerra civil) continuamos sem vislumbrar qualquer solução duradoura para esse problema, temos de perguntar ao Sr. Ministro se não será de mandar colocar tanques em vários pontos altos da cidade de Luanda e doutras localidades, para deixarmos de ter de andar de trás para diante com baldes e bidons para transporte de água. Mas seria preciso fazer chegar água potável a tais tanques, obviamente.

Alguma solução tem de ser encontrada, porque não podemos continuar a mandar construir tanques para armazenar água em cada habitação. E nas novas

construções, tem de deixar de se projectar espaço e acessórios para guarda e bombagem de água.

Estou recordado do antes chamado «Projecto Nova Vida», para o qual se projectou de facto uma «nova vida», sem tanques de água nem geradores de energia eléctrica. Pois um amigo que lá mora confidenciou-me que chegam a ficar duas semanas sem receber água em casa. E depois, quando recebem, ou a água vem com tão pouca pressão que nem chega ao 3.º andar em que ele mora (já para não falar dos quintos andares...).

Mas no final do mês, a cobrança diz respeito a 30 dias de abastecimento de água, 24 horas por dia.

Não está certo que a EPAL cobre por um serviço que presta mal, ou que simplesmente não presta. Diz-me esse cidadão que, feitas as contas por excesso, a EPAL deveria ter-lhe cobrado pelo abastecimento de água em Maio último, somente cerca de 12,5% daquilo que cobrou. E em relação ao mês de Junho que agora findou, deveria cobrar-lhe somente 6% daquilo que vai cobrar.

E reparem os leitores que há por lá contadores, que serviriam para a EPAL cobrar apenas aquilo que é consumido, mas que a empresa simplesmente ignora, para nitidamente tirar benefício.

Quer dizer que, no caso desse cidadão e seus vizinhos, a EPAL cobra em demasia para o serviço que presta. As pessoas pagam para ter água em casa, 24 horas por dia - e não têm. Por isso, as pessoas são forçadas a viver como já não se vivia na Idade Média, mas têm de pagar como se jorrasse água dos seus chuveiros a qualquer hora do dia. Não está certo!

Cobrar 8 vezes acima (como naquele caso, em Maio) ou 18 vezes acima (em Junho) do que se deveria cobrar não é apenas um atentado ao consumidor. É a EPAL dizer-nos na cara (e no bolso) que estamos com os olhos vendados e que temos de nos vergar, se pretendermos receber água em casa apenas de manhãzinha, em 4, 6 ou 10 dias do mês. Pois nem na Idade Média era assim.

Eis a questão que me trouxe hoje à conversa consigo, caro Ministro. Se os consumidores da EPAL decidissem em bloco processar a empresa, acredito que o Estado angolano não teria como pagar tão grande indemnização.

Urge pôr cobro a isso, Senhor Ministro. Se quem dirige a EPAL (seja no topo, seja nos postos intermédios, seja nos de base) não está capacitado para encontrar as soluções que deles se espera, então que se encontrem as pessoas certas para acabar de vez com as negociatas à volta da distribuição de água, que servem apenas para manter a actual situação. Não se admite que hoje, em

pleno ano de 2014, as crianças angolanas que vivem em vilas e cidades continuem a ter de transportar água à cabeça. Já devíamos estar a resolver esse problema no meio rural, quando ainda nem o resolvemos na própria capital do país...

Mãos à obra, Senhor Ministro. Sem haver necessidade de olhar para o calendário eleitoral, resolva-se de uma vez por todas o problema da distribuição de água, para que possamos exigir às pessoas maior produtividade e para que possamos todos beneficiar de mais tempo de vida saudável.

Espero que numa próxima visita ao seu Ministério, haja melhores notícias. Até lá.

8.7 `Não haverá para Malucos`

Jornal A Capital

05 De Julho de 2014

Texto: Osvaldo Nascimento

Trocando por miúdos os motivos da sua preocupação, espanta ao 'número um' de Luanda o facto de o resultado da campanha ter sido bastante assustador, dada a recolha em quantidades "industriais de resíduos sólidos num município que conta várias operadoras.

"Encontramos o território bastante infestado com elevadas quantidades de lixo. Isso dá-nos, de facto, mais razão para dizer que algumas operadoras não têm capacidades de estar no negócio", destacou Bento Bantor para quem muitas dessas empresas demonstram apenas uma preocupação: "dizem-se sérias, mas estão mais preocupadas em levar o dinheiro do Estado".

Desconhece, por exemplo, as razões por que muitas das empresas de limpeza, recolha de resíduos sólidos e saneamento básico que operam no município do Cazenga, e por arrasto em Luanda, mostram-se qualificadas para o exercício desta tarefa, mesmo com provas provadas de falta de condições de trabalho para a empreitada a que se propõem. "Não têm o mínimo de qualificação, mas candidatam-se como grandes operadoras. Deveriam ser transformadas em micro-operadoras", defendeu.

Muitas dessas empresas, na visão de Bento Bantor, fizeram-se aos concursos públicos com promessas de quecumpririam na plenitude com a missão a que se propunham: limpar e recolher o lixo. Mas o que se vê actualmente é completamente contrária à ideia original.

"Muitas das operadoras e micro-operadoras foram movimentando os meios de estaleiro para estaleiro e a

situação é esta que nós temos hoje, com zonas com grande concentração de lixo", lamentou.

A ideia passa, por isso, pela inversão do actual quadro. Ou seja, nada mais será como dantes. "Quem não estiver a cumprir com as suas obrigações não será paga", avisou o edil, prometendo maior rigor com as operadoras. "Só serão pagas as operadoras que estão na realidade a trabalhar e são poucas", acrescentou.

Antes deste bater do martelo na mesa do actual governador, as operadoras recebiam o pagamento de acordo com a pesagem do lixo que recolhiam. O GPL chegou a conclusão que é chegado o momento de reduzir sobremaneira os custos financeiros, sem que tal expediente atrapalhe a limpeza de Luanda. E não é para menos que o executivo de Bento Bento pense desta forma: é que a capital do país gasta todos os anos cerca de 225 milhões de dólares norte-americanos só com o pagamento das empresas responsáveis pela recolha de lixo.

As operadoras acusam Estado de não pagar pontualmente, razão que, defenderam, condiciona, sobremaneira, o trabalho. Da avultada dívida reclamada pelas operadoras, o Governo Provincial de Luanda garante estar a par da realidade dos números envolvidos. "O Ministério das Finanças tem conhecimento, fez um pré-balanço e sabe, de facto, que recursos disponibilizou ao GPL e que recursos faltam disponibilizar. Daqui para frente, a vida deverá ser outra", prometeu o governador.

"Todas as empresas têm responsabilidades dentro do novo modelo, consubstanciado na recolha dos resíduos sólidos, na varredura, na limpeza dos passeios, na limpeza das bermas das estradas, bem como levar todos os resíduos ao aterro sanitário", informou, lembrando que a orientação é de que todas as empresas deverão levar os respectivos resíduos sólidos ao aterro sanitário, onde serão sistematicamente pesados e posterior facturação.

8.8 Por uma Luanda mais limpa

Semanário Angolense
05 De Julho de 2014

A retoma do presente tema tem a ver com a recente e renovada tentativa de harmonizar o interesse público na limpeza e recolha de resíduos sólidos, com a actividade empresarial exercida pelas operadoras. A defesa do interesse público, reconheça-se, tem constituído um nobre desiderato do GPL, ao qual se apegou com notável sentido de responsabilidade, na pessoa do seu governador, e que, segundo opinião geral, tem resultado em mudanças de atitude por parte

das empresas operadoras integrantes do sistema, assim como da própria Elisal.

A abordagem deste tema não é tarefa fácil. Em realidade, ainda que os enormes esforços até agora desenvolvidos nesta acertada direcção mereçam o nosso reconhecimento, pode-se concluir que estes não abarcam todos os aspectos negativos por corrigir, e que os modelos mais ou menos bem delineados e adoptados, com base nos estudos e inquéritos até agora já realizados, necessitam de novos condimentos para surtirem efeitos palpáveis.

A questão de fundo parece-nos não ter sido ainda suficientemente tratada pelas instituições governamentais envolvidas no processo, permitindo que o GPL assuma uma liderança no combate com fraquíssimos apoios exógenos.

É ponto assente também que um processo de limpeza de uma cidade tão superlotada demograficamente como Luanda arrasta consigo dispêndios financeiros astronómicos, e que, pela complexidade do processo, abre caminhos para permanentes discussões técnicas que visem o seu melhoramento, tornando inevitável um apelo à inovação e criatividade. Mas, ao engenho financeiro para estimular e resolver dívidas, dever-se-á acrescentar as exigências da lei.

Para o caso em análise, promover ensaios seguros em engenharia tecnológica e financeira que visem a melhoria do sistema com a injeção de mais meios rolantes e outros diversos, medidas do cunho administrativo e legal devem ser tomadas, sob pena de um desmoronamento precoce de todo o nosso castelo de soluções.

Enveredar por caminhos novos, para a consolidação das conquistas já obtidas no processo, é a direcção que o texto toma pela frente, para que o mal possa ser delgado com sucesso. E uma das frentes cuja importância e significado ainda não foram devidamente tratados, mas que pode constituir a solução ariosa é, sem sombra de dúvida, o controlo sistemático e o monitorização do processo de recolha e limpeza, através de um sistema integrado de fiscalização do serviço, que imponha regras e princípios de cumprimento obrigatório, devidamente assegurados por mecanismos práticos e legítimos de penalização aos incumpridores e premiação aos mais dedicados. A esta filosofia correctiva, há que se juntar-se um mecanismo de concurso (limitado ou à negociação), mediante o qual todas as pessoas colectivas interessadas no serviço fossem então submetidas a procedimentos previstos na lei, respeitados como instrumentos de realização da transparência que vise a competitividade, a eficácia e a eficiência empresarial.

Considero que a montagem e materialização de técnicas de contratação pública, tal como definido, na lei, poderão trazer ao sistema novas valências, a destacar a fiscalização e a adopção de planos de trabalho, à semelhança do que se faz referência nos artigos 245º, 266º e 268º da lei da contratação pública n.º 20/10 de 7 de Setembro. Se acrescermos a esta prática os procedimentos constantes das regras anuais de execução do Orçamento Geral do Estado, já em vigor desde 2011, teremos atacado o mal pela raiz, e deste modo tornar exequível um programa de limpeza e recolha compatível com o interesse público, tal como mais acima referenciado e defendido pelo governo da província com a acutilância que agora nos dá a observar o seu titular nas últimas intervenções públicas que proferiu a propósito.

O complexo processo da limpeza e recolha de resíduos sólidos da província de Luanda deverá contar com a participação de mais instituições que lidam com a adjudicação de serviços e seu financiamento público, face às exigências que comportam certa dinâmica e requerem recursos que não estão assim tão próximos ou disponíveis junto do concedente. A ajuda exógena que aqui se refere tem a sua razão de ser na complexidade tecnológica do processo, na dimensão e extensão do serviço e na implicância social de larga escala que envolve a saúde dos cidadãos, a imagem da cidade capital, o turismo e por fim a economia no seu todo pelas avultadas somas de verbas necessárias para remunerar o serviço.

Adianta, pois, focalizar o tema com certa destreza e rigor, para um entendimento útil dos conteúdos e dispositivos constantes da legislação angolana em vigor sobre a matéria, desafio que não pode ser esgotado num brevíssimo artigo de algumas linhas escritas.

Após uma pequena incursão pela lei, havemos reparar que vigora um conceito de concessão de serviço, para além de que abundante literatura a define tal como o legislador angolano na sua versão mais actualizada. Segundo a lei angolana, por concessão de um serviço público, entende-se o contrato pelo qual o co-contratante, concessionário, se obriga perante uma entidade pública contratante, concedente, a gerir, em nome próprio, sob sua responsabilidade e em respeito pelo interesse público, por um determinado período de tempo, uma actividade de serviço público, sendo remunerado pela entidade pública contratante, com a totalidade ou parte das receitas geradas pela actividade concedida.

Quanto a esta matéria, pouco ou nada mais há a acrescentar.

De tão óbvia, resta-nos apenas o dever de recordar que, no caso, o co-contratante é a ELISAL e o concedente é o Governo da Província de Luanda, ou a entidade que eventualmente tenha autorizado a despesa, nos termos da legislação aplicável.

Já em relação à fiscalização do serviço (concessão), muito há que falar. Trata-se de um dispositivo previsto na lei e do qual a ELISAL nunca se socorreu nos termos exactos em que a lei prevê.

A nossa experiência mostra que o co-contratante ELISAL, apresenta-se simultaneamente como concessionário, operador ocasional nalguns casos de intervenção estratégica e, paradoxalmente, como o fiscal do modelo. Não sei se me engano, mas é exactamente esta a única fórmula incorrecta que conheço, que pode levar a um estado de improvisação e insucesso todas as nossas idosas esperanças num sistema de recolha eficaz e eficiente para a cidade de Luanda. Infelizmente. Junta-se a esta demolidora insuficiência, por razões históricas obviamente, a inexistência dos procedimentos previstos na lei da contratação pública para a escolha das melhores operadoras e «subconcessionárias», através daquilo que se designa por concurso limitado ou público (o procedimento de negociação é o mais recomendado neste caso concreto), de acordo com os critérios e o poder discricionário do concedente, tendo em conta a defesa, realmente, do interesse público no que em matéria de limpeza e higiene da cidade diz respeito.

8.9 Mais municipais com água potável

Jornal de Angola

07 De Julho de 2014

Texto: Arão Martins

A entrada em funcionamento no mês de Maio da nova Estação de Tratamento e Distribuição, construída na zona de Sandula A, no município de Caluquembe, beneficia mais de 20 mil novos consumidores.

o administrador municipal de Caluquembe, José Arão Nataniel, disse ao *Jornal de Angola* que o projecto está inserido no programa "Água para Todos".

A água potável é consumida pelos moradores do bairro da Eitonga, 4 de Fevereiro, Sandula A e B. As populações do sector do Gando também bebem água tratada, indicou o administrador municipal de Caluquembe.

A rede de distribuição de água e de iluminação pública nos bairros periféricos e avenidas principais da sede municipal foi ampliada, segundo o administrador.

a Governo Provincial quer beneficiar mais famílias com água potável. Estão em curso novos projectos de abertura de furos e Estações de Tratamento de Água nas comunas de Negola e Calepi, onde estão em funcionamento sistemas de produção e distribuição de energia eléctrica. As capacidades são ínfimas em função do crescimento demográfico e habitacional, mas foram já adquiridos novos geradores. Por outro lado, mangas de vacinação e tanques banheiros do município de Caluquembe, 190 quilómetros a norte do Lubango, são reabilitados e construídos pela Administração Municipal, no quadro do Programa de Combate à Pobreza. No quadro da acção, está terminada a reabilitação da manga de vacinação e tanque banheiro, localizados na sede comunal de Negola. Indicou que começaram, na semana passada, trabalhos semelhantes no sector de Vila Branca.

Ainda este ano, são reabilitadas infra-estruturas semelhantes na aldeia de Calonalí, Vionga, Cue I, II e na sede comunal de Calepi. A população vive basicamente da agropecuária e o tratamento dos animais contribui para melhorar o rendimento das famílias.

8.10 A urgência da criação do ministério da água distribuição e saneamento pluvial “MADSP”

Jornal República

11 De Julho de 2014

Um dos principais cancros do Governo Angolano é a distribuição de água canalizada potável ao Povo. Governo Angolano não consegue até hoje resolver esta debilidade de gestão e execução da problemática da falta de água canalizada e distribuição em Luanda. Se referirmos a situação do País em geral, a situação é muito mas grave! Mais de 70% dos Angolanos, não têm água canalizada, nem muito menos consomem água potável. É praticamente uma tragédia, do ponto de vista de saúde pública. Aqui podemos encontrar toda explicação das doenças e da taxa de mortalidade.

A junção destes dois órgãos do Estado, água e energia, é outro erro crasso, tomando-os num paciente com sarcoma terminal. Nenhum Ministro consegue saber tanto de energia, como de água! Ao longo destes anos a água tem ficado sempre para trás.

Embora ser um sector bastante atractivo quando é bem Ministrado, do ponto de vista de rendimento e empregabilidade. Os Angolanos ainda não perceberam que a distribuição de água canalizada, é o melhor negócio que qualquer agente económico pode empreender, a questão da distribuição de água canalizada, tem que ser vista como uma oportunidade

de negócio, para os operadores económicos "empresas e empresários".

Do ponto de vista sectorial, é imperativo que se cria estratégias para resolução de toda temática existencial não descurando de modo nenhum o futuro da água no planeta, visto que, o líquido precioso presente em todos os campos da vida terrestre está ameaçado pelo consumo descontrolado, poluição e mudanças climáticas. Especialistas apontam que se a mudança não vir logo, o futuro da água é sombrio e incerto. A quantidade de água doce no mundo costuma ser a mesma há alguns séculos, a grande variação está na mudança do consumo e na explosão populacional do mundo. Como se não bastasse o aumento crescente de humanos sobre o planeta, a contaminação da água seja por esgoto ou por substâncias tóxicas contribui para a restrição significativa do pouco que existe.

De acordo com dados da ONU, a imensa maioria da água disponível sobre a terra está nos mares e oceanos, o que equivale a 97,6%. A água doce corresponde aos 2,4% restantes e desse número

0,31 % não estão na forma de gelo. Isso significa dizer que menos de 0,02% estão disponíveis em rios e lagos na forma de água própria para consumo. Desse quadro, a realidade do acesso a água nos países se apresenta de forma variada e desigual, enquanto a América do Sul concentra os maiores aquíferos do mundo e o Brasil, com a floresta Amazónica, possui cerca de 11,6% da água potável no mundo, a África tem toda a área do sub-Saara já sem reservas de água. No Oriente Médio, a escassez do líquido amplia as muitas tensões políticas existentes naquela região.

Todo o alarde e previsões sombrias com relação ao futuro da água no mundo tem sentido. "Há algum fundamento nesse alarme, principalmente em função dos problemas de contaminação e uso excessivo. A demanda por água cresce a cada dia, seja para projectos de irrigação, energia e o próprio consumo humano e animal, associado a essa demanda temos a questão ambiental que é cada vez mais alarmante, com os desmantelamentos e o lançamento de efluentes contaminados. Diante desse cenário as perspectivas futuras não são muito animadoras, teríamos que ter toda uma mudança de postura em relação ao consumo e cuidados com esse bem tão precioso, que é a água.

Daí que o Governo Angolano, antevendo o futuro deve criar um Ministério que possa gerenciar toda a situação em causa, nas actividades do tratamento, distribuição e canais de requalificação das águas pluviais, de maneira a corresponder todo saber científico inerente a situação do ouro azul.

Água pluvial é a água provinda das chuvas, que é colectada pelos sistemas urbanos de saneamento básico nas chamadas galerias de águas pluviais ou esgotos pluviais e que pode ter tubulações próprias (sendo chamado, neste caso, de sistema separador absoluto, sendo posteriormente lançadas nos cursos de água, lagos, lagoas, baías ou no mar).

A REPÚBLICA inferiu Angolanos cientificamente qualificados, que estão fora do sistema de Governação, que possam dar o seu contributo, para melhor servir os interesses do Povo e, as estratégias do Governo, indivíduos com saber acima da média, que conseguirão com toda a certeza dar um maior cobrimento a toda situação em causa.

Biografia

Álvaro Sobrinho nasceu em Luanda, é licenciado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Está ligado ao grupo que detém o Banco Espírito Santo Angola (BESA) há 19 anos. Com o curso de Matemática e a pós-graduação na área de Análise e Estatística, entrou no mercado de trabalho na companhia de seguros Mundial Confiança. A entrada no grupo onde agora é o Presidente da Comissão Executiva do BESA fez-se através do Banco Espírito Santo Financial Group, há quase 20 anos. Curador do Instituto Planeta Terra e, Filantropo.

Ao longo do tempo, Sobrinho recebeu vários prémios, incluindo o World Finance prémio como o Melhor Banco em Angola em 2009, e prémio da Global Finance Sobrinho também está fortemente envolvido com filantropia em África, mais notadamente como o Presidente da região do Reino Unido, caridade do Instituto Planeta Terra, ao lado de Curadores Rt Ron Lord Boateng, Prof Paul Younger e Sir Christopher Edwards. O Instituto Planeta Terra é credenciado para o Programa Ambiental das Nações Unidas e tem como missão a "independência científica da África".

O Instituto participou do Programa das Nações Unidas na Rio e, recentemente, durante os debates pós-2015, em Nova York, onde Sobrinho falou no Africano União sobre a necessidade de uma nova agenda da ciência, tecnologia e inovação em África.

Biografia

Manuel Francisco Gomes Maiato Licenciatura em Economia, nas especialidades: Contabilidade, Finanças (1989) e Planificação (1990) Doutorando em Gestão, na Universidade da Beira Interior (UBI) Covilhã Portugal -Funcionário do Banco Totta e Standard e Banco Nacional de Angola (1975-1976) Funcionário do Banco Nacional de Angola (1976-1977) Membro Fundador da banca em Angola.

Militar das FAA (1977 -1988) Oficial da Direcção do Armamento do EMG-FAA 1982 Professor e Chefe do Gabinete do Planeamento da Escola de Especialistas Menores do Armamento do EMG-FAA Professor de Estatística, Matemática do instituto Médio de Economia de Luanda (1986-1988).

Assistente de Estatística Matemática de Faculdade de Economia da Universidade de Agostinho Neto, na Cadeira Álgebra Linear (1986- 1990).

Assistente do Programa do Banco Mundial, "Planeamento Territorial" no Ministério de Planeamento (1987-1988) Funcionário (Economista) do Conselho de Ministros no Gabinete do Planeamento (1988-1991) Vice-governador da Província do Moxico para a Esfera Económica e Produtiva (1991-1992).

Assistente do Gabinete do Presidente da República, na Assessoria Social (1993-1994), Assessor Económico do Presidente da República (1994-1997), Ministro do Comércio, Hotelaria e Turismo (1994-1996) Ministro do Comércio (1996-1997), Governador da Província de Lunda-Norte (1997-2008) Presidente da Federação Angolana de Ténis! De Campo (2004 - 2009) Presidente da Central de Compras, EP (2009-2011).

Biografia

Carlos Alberto Amaral Rosado de Carvalho naturalidade: Malanje, Angola licenciou-se em Economia pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa em 1985, especializando-se no mesmo ano em Comércio Internacional pela Copral-Associação Industrial Portuguesa. Em 1989, especializou-se em Assuntos Europeus na Comissão Europeia, em Bruxelas.

Em 1996/1997, frequentou o mestrado em Economia Internacional do Instituto Superior de Economia Gestão (ISEG), em Lisboa.

Foi em 1994/1995 docente da disciplina de Introdução à Economia dos cursos de Economia e Gestão da Universidade Independente, em Lisboa. Em 1995/1996, foi docente da disciplina de Introdução à Economia do curso de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Também docente da disciplina de Introdução à Economia do curso de Marketing e Publicidade do Instituto Superior de Artes Visuais, Desin e Marketing (IADE), em Lisboa.

Presentemente é professor na Universidade Católica, em Luanda, Angola.

Na Comunicação Social, foi estagiário, jornalista e editor de Economia do semanário Tempo, em Lisboa, entre 1986 e 1988. Em 1987/1988, editou em Lisboa a newsletter Confidencial Negócios.

Entre 1987 e 1989, foi editor de economia do semanário Independente, em Lisboa.

Na agência de notícias Lusa, em Lisboa, foi editor de Economia de 1999 a 2001.

No decorrer dos cinco anos seguintes, foi editor de Economia do jornal Público.

De 1994 a 1996 foi cronista de Economia na RFM1 Rádio Renascença, e de 1996 a 2003 especialista em Economia da TSF.

Presentemente é comentador habitual na Rádio Mais e TV Zimbo, em Angola.

Participou como convidado em vários colóquios e conferências, tanto em Portugal como em Angola.

8.11 Oito localidades de necote com água potável

Jornal República

11 De Julho de 2014

Oito localidades da comuna de Necuto, município de Bucu Zau, província de Cabinda, terão, dentro de seis meses, água potável, cuja cerimónia de consignação desses sistemas de captação, tratamento e distribuição teve lugar sábado.

Um dos sistemas terá capacidade de bombear 100 metros cúbicos de água por hora e

contará com um tanque de 250 mil litros para abastecer mais de mil habitantes de sete aldeias.

O segundo sistema terá a capacidade de 70 metros cúbicos/hora para servir cerca de 600 habitantes de regedoria de Kungo Butuno, na mesma comuna.

As cerimónias de consignação das obras dos dois sistemas foram presididas pelo administrador municipal adjunto de Bucu Zau para área social, Zacarias de Assis Lelo.

8.12 Elisal quer reforço no sistema de limpeza

Jornal de Angola

13 De Julho de 2014

O director da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), Ermelindo Pereira, advertiu ontem, em Luanda, as operadoras de recolha de resíduos sólidos a melhorarem o sistema de limpeza da cidade para manterem limpas as ruas e não perigar a saúde humana.

O responsável fez esta advertência durante o lançamento da campanha de limpeza e educação ambiental "Sábados Verdes", no distrito urbano do Kilamba Kiaxi, tendo afirmado que a Elisal vai ser exigente com as operadoras para que cumpram com as suas obrigações.

Ermelindo Pereira apontou a título de exemplo o bairro da Sapú, onde começou a campanha de recolha de lixo, que está há cerca de dez meses sem beneficiar de limpeza, facto que contribuiu para a acumulação de lixo.

O director da Elisal lamentou facto da vala de drenagem da Sapú estar coberta por resíduos sólidos, motivo que impedia os moradores de utilizá-la, situação causada pela incapacidade da operadora local.

Para evitar que situações do género se repitam, adiantou o responsável, a Elisal vai estar atenta e obrigar as operadoras a manterem limpos os espaços, para que a população possa habitar em locais com higiene aceitáveis, sem perigar a saúde humana.

É de opinião que com a capacidade técnica que a Elisal possui neste momento serão capazes de eliminar todos os focos de lixo. Quanto às sucatas existentes junto da administração do Golfe, afirmou que apesar de não ser da competência da Elisal a recolha deste material, o ferro-velho vai ter o tratamento adequado.

Ermelindo Pereira explicou que a campanha lançada pelo Governo de Luanda veio regularizar o sistema de limpeza, porque existem muitos acumulados de lixo por má prestação de algumas operadoras que estavam a trabalhar na zona do Kilamba Kiaxi. "Sempre que o governo da província de Luanda sentir que o interesse público e o bem-estar da população estão ameaçados devido à falta de higiene, por incapacidade de algumas operadoras, vai agir", referiu o responsável.

Disse que à medida que a Elisal for deixando os espaços limpos, as operadoras terão a obrigação de colocar contentores para a devida acomodação do lixo

por parte da população, devendo estes depositar os sacos e amarrar nos períodos estipulados para o efeito.

O director sugeriu o aproveitamento destes espaços que estão a beneficiar de limpeza, com a implementação de infra-estruturas sociais, para servirem a comunidade, para impedir que os moradores continuem a depositar lixo nestes espaços. A campanha de limpeza e educação ambiental, que começou no dia 27 do mês passado no município do Cazenga, onde foram retiradas mais de 20 toneladas de resíduos sólidos, também já passou por Viana.

Construção de aterros

A chefe de departamento de resíduos sólidos e saneamento do Ministério do Ambiente, Joana Bernardo, informou, durante a campanha "Sábados verdes" no distrito urbano do Kilamba Kiaxi, que o Executivo tem um plano estratégico de construir estruturas de aterro sanitário em todas as províncias do país até 2015.

A responsável do Ministério do Ambiente disse que algumas províncias poderão ter mais de um aterro, tendo em conta as suas características e necessidades, para dar vazão a todas as lixeiras a céu aberto e as não controladas.

Joana Bernardo explicou que o trabalho está a ser coordenado pela ministra do Ambiente Fátima Jardim, tendo já criado subcomissões para em conjunto com os governadores provinciais identificarem locais para a implementação do projecto.

Quanto aos espaços que estão a beneficiar de recolha de lixo em vários pontos do país, a responsável é ainda de opinião que é preciso fazer-se um estudo do impacto ambiental e ver-se qual o tipo de infra-estruturas que podem ser construídas ou colocadas em cada área.

8.13 Cresce o número de beneficiados

Jornal de Angola
15 De Julho de 2014

Cerca de 70 mil pessoas, das 220 mil residentes no município de Caconda, província da Huíla, já beneficiam, desde o presente ano, do fornecimento de água potável e de energia eléctrica, no âmbito dos esforços das autoridades locais, avançou o seu administrador, Adão Sebastião César disse que as populações beneficiadas são das comunas do Gungui, Waba, Cusse e da sede, onde foram construídos 14 furos de água, devidamente equipados para captação subterrânea e fornecimento do produto.

Sem avançar o montante empregue na edificação dos furos, Adão Sebastião César anunciou que a Administração Municipal de Caconda vai reforçar a capacidade instalada para levar 6 precioso líquido a mais pessoas nas quatro comunas, com a construção de seis outros sistemas, no próximo ano.

Centrais térmicas

Reconheceu que o programa "Água para Todos" está a proporcionar um modo de vida diferente às populações, já que reduziu em 70 por cento os problemas de falta de água e os índices de doenças causadas pelo consumo de água imprópria.

Relativamente ao fornecimento de energia eléctrica, o administrador de Caconda indicou que foram instaladas na sede municipal e nas outras três comunas pequenas centrais térmicas equipadas com geradores de 120 KV A; o que permite fornecer com regularidade electricidade às comunidades.

Disse ser intenção da administração melhorar a qualidade de vida das populações, passando pela distribuição de água potável e energia eléctrica.

8.14 Habitantes de Chiungui consomem água potável

Jornal de Angola
15 De Julho de 2014

Mais de seis mil habitantes de Chiungui, Chinguar, passaram a ter água potável, com a entrada em funcionamento de um ponto de água, que pode armazenar dez mil litros e abastece os dois chafarizes da sanzala. A administradora do Chinguar, Beatriz Napembe informou, ontem, à agência de notícias Angop que a sanzala dispõe também, desde há pouco tempo, de uma cozinha comunitária e um local destinado a preservar a merenda escolar de mais de 400 crianças construídos pelo Governo Provincial, no âmbito do Programa de Combate à Pobreza.

8.15 Uma comunidade que vive sem os serviços básicos

Jornal de Angola
15 De Julho de 2014
Texto: Nilza Massango

O bairro chama-se Mutamba. Mas em nada é parecido com a Mutamba da Baixa de Luanda. Ali falta tudo, inclusive os serviços básicos como saúde, educação, energia e água, segurança e brigadas de limpeza. O porquê do nome ninguém sabe. Mas o Mutamba é um

bairro do município de Viana na que existe há poucos anos, como contaram à reportagem do Jornal de Angola, membros da comissão de moradores.

O bairro começou com ocupações ilegais de terrenos, cresceu sempre no mesmo estilo e hoje tem mais de cinco mil habitantes.

A comunidade é reconhecida pela Administração Municipal de Viana mas falta água potável, energia eléctrica, escolas públicas, centros de saúde, esquadras ou postos policiais. As ruas são de terra e nunca viram asfalto. Muitas têm a dimensão dos becos apertados. O que existe é

areia em todo o bairro. Há zonas em que os carros patinam ou simplesmente não passam por causa do excesso de areia. E levantam muita poeira.

Os moradores sobrevivem com a água que compram aos candongueiros dos camiões cisterna. Luz só dos geradores. Escolas e postos médicos são privados. Existem famílias que usam velas e candeeiros a petróleo ou simplesmente ficam às escuras.

Apesar da falta de contentores de lixo e brigadas de limpeza, as ruas mantêm-se limpas. Nada de montes ou sacos de lixo nas ruas, esquinas ou mesmo na via. Neste ponto, a comunidade está bem-educada. O lixo é queimado ou enterrado nos quintais. O bairro Mutamba é um exemplo nacional!

A construção das casas continua. Existe uma comissão de moradores, um mercado informal e um comité de acção do MPLA. O secretário da comissão de moradores, Bernardo João, disse que os habitantes do Bairro Mutamba vivem na esperança de dias melhores. Muitas cartas foram dirigidas à Administração Municipal de Viana a expor os problemas que o bairro enfrenta. A delinquência, que a cada dia torna contornos alarmantes, é outra preocupação. Bernardo Manuel disse que a segurança pública é fundamental e que várias vezes foi solicitada pelo menos uma esquadra móvel para intervir nos vários casos que acontecem, como roubos, actos de vandalismo e conflitos entre os membros da comunidade.

O também morador do Bairro Mutamba conta que em tempos, houve uma briga entre vendedores na rua e ninguém conseguiu intervir. Houve até feridos. Tratava-se de um caso de polícia. "Solicitamos uma esquadra móvel junto da Administração e pediram-nos para identificar um local. Identificámos o local e até hoje, nada feito", referiu Bernardo João. A comissão de moradores do Bairro Mutamba continua a trabalhar para que a comunidade possa ter um pouco mais de condições.

O mercado Henda Kota

O Bairro Mutamba Sul, de Viana, tem um mercado de nome "Henda Kota", uma iniciativa de moradores que queriam acabar com a venda em locais impróprios. E a acção resultou. A venda naquela zona de Viana é ordenada e controlada. O mercado é grande e, existe há três anos. É reconhecido pela Administração municipal de Viana, que recebe uma taxa dos vendedores do mercado.

O mercado é a céu aberto, mas vedado. Tem e barracas. As áreas estão bem definidas. Alimentação, roupas e calçados. A área de venda de material de construção é a mais procurada.

Até as mulheres optam pelo negócio que tem muita saída ser um bairro que cresce e muitas habitações estão a ser erguidas. De material de construção encontra-se tudo, desde blocos aos ferros e cimento. A madeira também é muito comercializada.

Outro negócio rentável no Bairro Mutamba é a venda de geradores. Na falta de energia eléctrica no bairro, acaba por ser uma boa solução para os moradores que em dinheiro. Um dos administradores do mercado, Milton José Dias, disse que a venda informal diminuiu muito e hoje mais de 100 vendedores comercializam os seus produtos no mercado.

A administração consegue manter o mercado limpo porque fez um contrato com a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal). Os gestores do mercado pagam um serviço que devia ser gratuito. E é o mesmo contrato que beneficia alguns moradores do bairro. Quando o carro de recolha aparece, os moradores aproveitam a oportunidade.

Paciência no Saber

Adão Kavutukila, de 24 anos, construiu uma escola no Bairro Mutamba, uma iniciativa que todos louvam. Chama-se "Complexo Paciência no Saber". É uma escola pequena, com apenas seis salas, mas que garante a educação a 610 alunos do bairro e de algumas das áreas vizinhas.

A escola funciona há dois anos e lecciona da iniciação à sexta classe. Há um ano que é participada. Apesar de ser assistida, jovem ainda tira do seu bolso, salário dos professores. Mas afirma receber materiais de apoio, como livros para os alunos e a garantia dos certificados.

Adão Kavutukila é de Malange. Foi levado para as matas em 1992, quando começou a guerra depois das eleições, e só regressou a casa em 2002, o ano da paz. Veio para Luanda em 2009. Como a educação era um

desafio, resolveu investir na área e transmitir o que sabe.

Hoje é professor e mais do que isso, amigo dos alunos. Para entreter e apostar cada vez mais nas crianças do bairro, tem o futebol como actividade extracurricular. O recreio da escola serve de campo. Nas horas livres, aproveita e joga com os alunos que o têm como um exemplo a seguir.

Piquenique à antiga

As crianças do Bairro Mutamba não têm grandes opções quando se fala de ocupação aos tempos livres e lazer. Na ausência de áreas de diversão, optam pelas brincadeiras à moda antiga: o piquenique, a garrafinha, carros de lata ou as corridas.

A brincadeira da Mãezinha, de oito anos, chamou à atenção da equipa de reportagem do Jornal de Angola. Há muito que não víamos crianças a brincar com coisas tão insignificantes hoje, que ontem já fizeram a diversão de muitos. A menina brincava aos piqueniques com as amigas. Eram duas fogueiras pequenas feitas de pequenos pedaços de madeira. As supostas panelas eram pequenas latas vazias de atum ou de outra conserva qualquer que serviam de recipientes e que podiam resistir ao lume. Recordar é viver.

Houve um momento que Mãezinha se assustou com a presença de estranhos no quintal de sua casa. Num gesto de timidez, deixou de soprar a fogueira e não disse o quê estava a "cozinhar". Depois de muita insistência, disse que estava a cozinhar arroz, quando na verdade o que estava na panela era simplesmente areia. Fantasias de criança.

Os moradores do Bairro Mutamba em Viana esperam dias melhores e têm a esperança de que algum dia, tenham a mesma fama da Mutamba da Baixa de Luanda. Todos querem um bairro urbanizado, com todos os serviços básicos.

8.16 Extinta equipa gestora da Empresa de Águas

Jornal de Angola

17 De Julho de 2014

Texto: Venâncio Victor

A comissão instaladora da Empresa de Águas e Saneamento de Malanje (EASMO), criada em 2009, foi extinta à luz de um despacho do governador Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", refere um comunicado do governo Provincial.

O documento refere que a comissão instaladora ora extinta era constituída por Bento Manuel Francisco, coordenador, José Coimbra e Abel Martins.

A comissão foi revoga da por despacho n° 189/2009, de 30 de Dezembro, do gabinete do governador provincial e, conseqüentemente, todas as competências da empresa acima citada.

De acordo com o documento, a EASMO atingiu os objectivos pela qual foi criada, com a necessidade da continuidade regular, gestão e exploração do sistema de distribuição de água para o fornecimento do produto à cidade capital da província. De salientar que a cidade de Malanje registou, nos últimos dias, vários constrangimentos no fornecimento de água, devido a uma avaria das três bombas, que estão a ser substituídas por outras. Pela razão acima referida, a distribuição do produto é ainda feita de forma parcial e com alguns cortes em certas áreas da cidade de Malanje.

As autoridades governamentais avançam que estão a desenvolver esforços para a regularidade e melhoramento no fornecimento de água, tendo em conta as dificuldades criadas aos munícipes. Neste momento, estão suspensas as ligações domiciliárias.

Num outro despacho, o governador de Malanje, Norberto dos Santos, procedeu ao reajustamento parcial do seu pelouro, tendo exonerado, por conveniência de serviço, o director provincial da Energia e Aguas, António Páscoa.

Para ocupar o referido cargo, o governador provincial nomeou Jacinto Mateus Caculo para,

em comissão ordinária de serviço, desempenhar o cargo de director da Energia e Aguas de Malanje.

Norberto dos Santos exonerou recentemente vários administradores comunais e adjuntos e nomeou outros para as mesmas funções.

8.17 Autoridades tradicionais querem água

Jornal de Angola

18 De Julho de 2014

O fórum provincial de auscultação, dirigido governador Rui Falcão, juntou 211 autoridades tradicionais provenientes dos cinco municípios do Namibe.

O sob a grande do município do Tômbwa, Agostinho Alberto Ramos, apontou como principais inquietações das autoridades tradicionais a abertura de mais furos

de água para consumo humano, o gado e a agricultura, postos de saúde e escolas para as localidades de difícil acesso. No fórum, os sobas apresentaram as suas preocupações com o estado das estradas, o estatuto das autoridades tradicionais, comunicações, pescas, desemprego, ligação das fronteiras e propriedade de terra.

O governador Rui Falcão informou que a estrada que liga a cidade do Namibe ao município do Virei vai permitir a circulação de pessoas e bens com maior segurança. A estrada entre os municípios da Bibala e Camucuí, com de 150 quilómetros, também vai ser reabilitada este ano.

Rui Falcão reiterou a aposta do Governo Provincial na melhoria das condições de vida das populações com a construção de escolas, postos de saúde, residências, sistemas de abastecimento de água e energia e outras infra-estruturas sociais.

Em alguns municípios da província, disse o governador, vão ser definidas áreas para a prática da agricultura devendo as autoridades tradicionais organizarem-se para que o Estado possa distribuir melhor as terras.

8.18 Bento Bento

Jornal Manchete
18 De Julho de 2014

A notícia não deixa de constituir um agrado para os cidadãos luandenses, como consequência do aviso do governador Bento Bento às empresas de recolha de lixo, no sentido de se esforçarem um pouco mais sob pena de não serem pagas pelo serviço que prestam, relativamente a conservação da higiene da cidade. Na reunião que manteve com as administrações municipais e distritais em conjunto com as operadoras de recolha de lixo, Bento Bento foi claro dizendo que o orçamento avaliado para a recolha de lixo é de 280 milhões de kwanzas, o que ao seu ver, não está a ser administrado devidamente pelas empresas de recolhas de lixo.

Bento Bento afirmou mesmo que as empresas têm feito um mau trabalho em relação a recolha de resíduos sólidos, a podagem das árvores e a limpeza das sarjetas, para quem as mesmas mantêm o sistema de trabalho antigo que passa pela acumulação do lixo e consequente pesagem e venda nos aterros, em detrimento do novo sistema consiste na recolha cíclica de lixo dos bairros.

8.19 Moradores da comissão do zamba um não têm água há mais de dois meses

Jornal República
18 De Julho de 2014
Texto: Ngongolo Wende

Os moradores da Comissão do Zamba Um, antigo Cazenga dois, sector um, zona dezoito, estão totalmente agastados com a falta de água, há mais de dois meses, naquele espaço territorial afecto ao Município do Cazenga. Os órgãos de direito nada dizem em tomo desta precária situação, que tem deixado os moradores bastante frustrados e impacientes, por não verem o problema resolvido, até agora.

A Epal divorciou-se das suas responsabilidades, e não olha responsabilmente para o assunto no sentido de fazer com que aquela parcela do município do Cazenga tenha água para atender a preocupação dos seus habitantes. Nos chafarizes, que são poucos, o bidon de vinte litros custa, cada um, dez kwanzas; na kupapata tem o preço de setenta e cinco kwanzas cada. Mas, o tambor de duzentos litros custa cem kwanzas, cada um. O jornal A República foi naquela área para saber e inteirar-se completamente da situação caótica por que passam aqueles habitantes, e constatou no local muitos tambores e bidons vazios junto às residências, na rua, porque já não havia água nos chafarizes. Com uma população estimada em cerca de quatrocentos mil habitantes, onde se incluem o Tunga Ngô e arredores, o ambiente era íngreme e desolador, porque se encontram de mãos atadas para a resolução do assunto que muito os apoquentam. Amílcar Filipe, de 57 anos de idade, técnico médio de agronomia, disse à nossa reportagem que a situação se agravava cada vez mais, pois não via o dia em que a situação seria resolvida pela Epal.

" Não sabemos quando é que a situação será resolvida. Estamos assim, há mais de dois meses e, ninguém diz absolutamente nada. A água faz-nos imensa falta. Gostaríamos de ver a situação resolvida ainda nestes dias!" Conclui" completamente aborrecido. Já António Gongga, de 45 anos de idade, professor, disse que a falta de água naquela parcela do Cazenga, muito os preocupava e, até, os entristecia, porque, por outras áreas daquele município havia água a jorrar nas torneiras. "Não conseguimos tomar banho com eficiência, por falta de água. Nesta zona, a água está completamente escassa. Não sabemos quando irá terminar este sofrimento. Os chafarizes ficam cheios de gente, logo pela manhã, e muitos mesmo assim, acabam por ficar sem um bidon de água!" - Afirmou, com muita tristeza no rosto. Por último, o jornal A

República ouviu Jacinto Sobrinho, de 57 anos, reformado no Ministério da Saúde, que começou por dizer à nossa reportagem que a situação da falta de água estava a preocupar grandemente aquela parcela do município do Cazenga, pois ninguém olhava naquela triste situação por que passavam os habitantes daquela circunscrição. "

Há mais de dois meses que nos encontramos nesta situação. A falta de água está a preocupar-nos muito, até à presente data, e não sabemos quando irá acabar. A subestação de captação situada aqui, no Cazenga (vulgarmente chamada de Tanque de água) atende outras áreas e, não a nossa.

É extremamente difícil viver nestas condições. A água é um bem indispensável que deve estar, constantemente, às nossas disposições, e ficar sem a mesma é muito preocupante para nós!"- Finalizou completamente indignado com a difícil realidade em que vivem. O jornal A República soube, que a avaria parte de Kifangondo, segundo informação de uma funcionária da Epal, que, por razões óbvias, preferimos mantê-la no anonimato. Esta é uma situação muito difícil e chocante, que tem tirado o sono aos moradores da Comissão do Zamba Um e arredores, há já algum tempo a esta parte, e que a Administração Municipal anda longe de puder ajudar na solução, segundo os moradores ouvidos por este Jornal, porque nunca mostrou interesse em contribuir no seu desfecho favorável. Até quando haverá uma saída airosa deste caso? Interrogam-se... Espera-se que as entidades ligadas à solução da falta da água mude o quadro negro por que vivem aqueles moradores, para que a água potável volte, brevemente, a jorrar nas suas torneiras, diminuindo o sofrimento daqueles habitantes do município do Cazenga. O jornal A República espera ouvir alguns responsáveis da Epal para saber, concretamente, a razão da falta de água naquele local.

8.20 Cazenga desenvolve novo modelo

Jornal de Angola
19 De Julho de 2014

O município do Cazenga foi escolhido para a implementação do denominado modelo "Áreas limpas", que vai permitir uma nova forma de limpeza.

De acordo com o administrador municipal, Victor Narciso, esta experiência vai ser desenvolvida noutros municípios e distritos da província de Luanda, para melhorar o saneamento básico, meio ambiente e a qualidade de vida da população.

O administrador Victor Narciso adiantou que o município do Cazenga, sendo um dos locais que mais lixo produz, serve como exemplo deste modelo.

O administrador comunal do Cazenga, Frank1in de Carvalho, adiantou que as autoridades têm realizado um trabalho de sensibilização para aconselhar a população sobre a necessidade do acondicionamento do lixo em locais apropriados.

Frank1in de Carvalho acrescentou que os moradores das três comunas estão a ser esclarecidos sobre a nova forma de limpeza "Áreas limpas", em que a operadora só é paga se mantiver limpo o perímetro sob sua responsabilidade. De acordo com o responsável, a administração está a trabalhar com as comissões de moradores para esclarecer a população sobre o processo de recolha dos resíduos sólidos e a actividade das micro-operadoras que devem recolher o lixo porta a porta.

Mais contentores

O chefe dos serviços comunitários e espaços verdes, no município do Cazenga, Carlos Almeida, assegurou que as operadoras começaram a colocar contentores para a deposição do lixo em toda a extensão do município.

Sublinhou que as operadoras contratadas pela administração do Cazenga estão a dar cumprimento ao plano, sublinhando que "estão a colocar os contentores nos locais indicados, principalmente nas zonas já requalificadas e de fácil acesso". Segundo Carlos Almeida, nos locais onde ainda não existem contentores, podem ser colocados em breve.

"A medida em que for resolvida a circulação nas vias de acesso serão colocados contentores. Enquanto isso, as micro-operadoras vão fazendo a recolha porta a porta nas zonas de difícil acesso", referiu o responsável.

Já a administradora comunal do Hoji ya Henda, Branca Nunes, manifestou-se insatisfeita com o desempenho das operadoras.

Sublinhou que regista-se um défice na recolha de lixo, porque muitas operadoras não têm capacidade de o fazer. Apontou como locais com grandes quantidades de lixo a Sétima Avenida, a rua Ngola Kiluange e nas proximidades da escola 1 de Junho.

Branca Nunes disse que a administração comunal está a trabalhar com as comissões para avaliar o desempenho das empresas de recolha de lixo.

8.21 Ministério do Ambiente quer aterros sanitários em todo país

Semanário Angolense
19 De Julho de 2014

A chefe de departamento de resíduos sólidos e saneamento do Ministério do Ambiente, Joana Bernardo, informou que está contido no plano estratégico daquela instituição a implementação de aterros a nível de todo o país até 2015.

Segundo a responsável, durante a campanha «sábado verde», que decorreu no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, pela Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), o Ministério vai construir estruturas para aterros nas 18 províncias até 2015, estando em vias a escolha dos espaços apropriados para os resíduos.

A responsável disse que algumas provinciais podem ter mais de um, tendo em conta a sua característica e necessidades, para dar vazão a todas as lixeiras a céu aberto e as não controladas.

Joana Bernardo explicou que o trabalho está a ser coordenado pela ministra do pelouro, Fátima Jardim, tendo já criado subcomissões para em conjunto com os governadores provinciais identificarem locais para a implementação do projecto.

Quanto aos espaços que estão a beneficiar de recolha de lixo, a responsável é ainda de opinião que é preciso fazer-se um estudo do impacto ambiental e ver-se qual o tipo de infra-estrutura que se pode colocar na área.

8.22 Construção de latrinas em zonas rurais do Bié

Jornal de Angola
20 De Julho de 2014
Texto: Delfina Victorino

As doenças diarreicas agudas no seio das crianças estão a reduzir, nos últimos anos, com a construção de latrinas em zonas rurais da província do Bié, segundo a chefe de missão da Organização Não Governamental da República Checa "People in Need", Cristina Santos.

Durante o ano transacto, acrescentou, a Organização Não Governamental construiu 3.500 latrinas, em oito dos nove municípios do Bié, no âmbito do programa "Água e saneamento".

A chefe da missão da "People In Need" no Bié disse que o objectivo principal da construção de latrinas é a

redução da mortalidade infantil. Cristina Santos lembrou que a Organização Não Governamental da República Checa opera nos municípios do Cuito, Cuemba, Nharea, Chitembo, Cunhinga, Andulo, Camacupa e Catobola.

No município do Chinguar, sublinhou, não foram construídas latrinas pelo facto de nele operarem outras organizações, que realizam trabalhos em diversos sectores. De acordo com a responsável da ONG da República Checa, foi realizado um trabalho de investigação que comprova a escassez de latrinas na província do Bié. Em relação à saúde comunitária, disse que, nos últimos anos, a "People in Need" trabalha intensamente no combate à má nutrição aguda, numa parceria com agentes comunitários distribuídos em oito municípios do Bié. "Durante os estudos realizados pela organização, foi detectado a falta de trabalho relacionado com o género e fortalecimento da sociedade civil", disse Cristina Santos.

Segundo a responsável, os sectores da agricultura, de água e saneamento, género e sociedade civil, bem como da educação e saúde comunitária, são alguns em que a Organização Não Governamental "People in Need" actua no Bié.

Por outro lado, a construção do novo hospital regional no município do Cuemba, 164 quilómetros a leste do Cuito, província do Bié, vai contribuir para a melhoria da assistência médico medicamentosa às populações das províncias do Bié, Moxico, Lunda Sul e Malanje. O hospital regional do Cuemba tem capacidade para 150 camas e vai prestar serviços nas áreas de maternidade, pediatria, raio X, hemodiálise, medicina, oftalmologia, serviços de testes de VIH/Sida e aconselhamento, além de uma área para tratamento da tuberculose.

8.23 Mais água potável em bairros periféricos

Jornal de Angola
20 De Julho de 2014
Texto: Nicodemos Paulo

Bairros periféricos da cidade do Uíge, bem como as sedes municipais e comunais, beneficiam, nos próximos dias, da instalação de novos sistemas de abastecimento de água potável, no âmbito do Programa "Água para Todos", afirmou sexta-feira o director provincial interino da Energia e Águas.

Seluequi Emanuel falava na abertura de um seminário de capacitação técnica. e gestão da água, dirigido aos

administradores municipais e técnicos do sector das águas dos municípios.

O seminário visa a criação de brigadas de gestão da água nas localidades, permitindo assim que a reparação das máquinas simples e sistemas de captação de água nas aldeias, regedorias, sedes comunais e municipais sejam feitas sem a intervenção dos técnicos provenientes da sede provincial.

O responsável avançou que uma delegação de alto nível do Ministério das Águas trabalha na província, para avaliar o processo de distribuição aos bairros periféricos e zonas peri urbanas da cidade.

Explicou que no final da visita será lançado o projecto de construção de 100 quilómetros de rede, para permitir que sejam feitas dez mil ligações domiciliárias. "É um desafio do Governo melhorar a situação de abastecimento de água às populações, oferecendo um bem indispensável à vida, em qualidade e quantidade, evitando também o contágio de doenças facilmente transmissíveis pelo consumo de água imprópria", disse Seluiequi Emanuel.

O director provincial interino da Energia e Águas acrescentou que o programa de melhoria da distribuição será extensivo a todas as sedes municipais e comunais, em alguns casos através de furos artesianos e noutros por meio de pequenos sistemas de captação, tratamento e distribuição. Em Maquelado Zombo, Púri e Milunga, os técnicos já começaram a intervir, enquanto noutras localidades as empresas contratadas estão a concentrar o material.

O director interino do sector da Energia e Águas garantiu que os conteúdos teóricos e práticos ministrados no seminário de capacitação técnica e gestão da água vão contribuir para a melhoria do processo de distribuição e gestão nas localidades, bem como facilitar a manutenção e reparação dos equipamentos.

8.24 Novos contentores de lixo são colocados no Cazenga

Jornal de Angola
21 De Julho de 2014

O chefe dos Serviços Comunitários e Espaços Verdes do Cazenga, Carlos Almeida, informou que as operadoras de limpeza e recolha de lixo começaram a colocar contentores em toda a extensão do município.

A colocação de contentores é resultante de um plano das autoridades que visa a colocação de contentores em locais indicados, principalmente nas zonas

requalificadas e de fácil acesso, disse à agência de notícias Angop.

Os contentores são colocados em áreas previamente identificadas, numa coordenação entre os municípios e as operadoras.

"A medida que for resolvida a circulação nas vias de acesso, são colocados contentores", disse Carlos Almeida, acrescentando que as micro-operadoras continuam a fazer a recolha porta a porta nas zonas de difícil acesso.

O administrador comunal do Cazenga, Franklin de Carvalho, informou que um trabalho de sensibilização tem sido realizado para alertar a população sobre a necessidade do acondicionamento do lixo. Os moradores das três comunas são esclarecidos sobre a nova forma de limpeza, denominada "Áreas limpas", a qual impõe que a operadora só deve ser paga se mantiver limpo o perímetro sob sua responsabilidade.

Comissões de moradores

A Administração está a trabalhar com as Comissões de Moradores para esclarecimento sobre o processo de recolha de resíduos sólidos e a actividade das micro-operadoras que devem recolher o lixo porta a porta.

Franklin de Carvalho adiantou que não existem problemas com a micro-operadora responsável pelo tratamento do lixo no Tala Hady, porque trabalha com as Comissões de Moradores para o cumprimento do plano de recolha do lixo na hora e locais indicados. O Cazenga é um dos municípios com maior densidade populacional em Luanda.

8.25 Recolha do lixo

Jornal de Angola
21 De Julho de 2014
Texto: Augusto Magalhães

A empresa Ecoverde insiste em fazer a recolha de lixo em pleno dia, agravando a situação do trânsito de Luanda: Noutros países mais desenvolvidos, essa actividade é realizada no período nocturno, já para evitar constrangimentos aos automobilistas. Outras empresas procedem dessa maneira, como acontece no bairro onde, vivo.

O governo de Luanda pede aos habitantes da cidade para depositarem o lixo nos contentores ou colocar nos passeios dentro de sacos de plástico onde aqueles recipientes não existem, precisamente para ser recolhido durante a noite.

A deposição. e a recolha de lixo no período nocturno está também relacionada com questões de higiene e saúde pública, para evitar o contacto directo com os moradores, Ora, o que está a acontecer presentemente na Baixa de Luanda é o inverso. Quem circula a pé ou tem que parar o carro momentaneamente próximo de um contentor enfrenta cheiros nauseabundos e a presença de moscas que, como é sabido, transmitem doenças.

Por isso, lanço um apelo à Ecoverde e a outras empresas que eventualmente procedem da mesma forma para que mudem o horário da recolha de lixo, passando a fazê-lo à noite.

8.26 Ampliada a rede de água

Jornal de Angola

22 De Julho de 2014

Texto: Venâncio Victor

A ampliação da rede de distribuição de água potável à cidade de Malanje e arredores consta das prioridades do novo director provincial do sector, Jacinto Caculo, que tomou posse ontem numa cerimónia dirigida pelo governador Norberto dos Santos "Kwata Kanawa".

Jacinto Caculo, que rende António Pascoal, anunciou a existência de projectos estruturantes que visam igualmente o abastecimento aos municípios, no âmbito do Projecto Agua para Todos.

O novo responsável promete trabalhar para o restabelecimento do fornecimento de água à cidade de Malanje e aumentar as ligações domiciliares para facilitar o acesso da água aos novos munícipes. Isso vai ser possível com a ampliação dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água. O governador Norberto dos Santos felicitou o novo director e pediu responsabilidade e zelo no exercício das suas funções.

Norberto dos Santos precisou que o sector da Energia e Águas se reveste de capital importância na sociedade. As autoridades estão apostadas em abastecer todas as comunidades.

Norberto dos Santos exigiu do novo director organização, disciplina e acompanhamento dos trabalhos para evitar os maus momentos por que passaram os munícipes no que concerne ao abastecimento da água, com constantes cortes prolongados.

Ontem mesmo o novo director da Energia e Águas foi apresentado aos funcionários, pelo vice-governador para o Sector Económico, Domingos Eduardo.

8.27 Água potável há mais de quatro meses

Jornal República

25 De Julho de 2014

Texto: Ngongolo Wende

Os cidadãos do bairro Kalawenda estão sem água potável há mais de quatro meses. O precioso líquido tem sido difícil para ser conseguido, causando mesmo, muitos embaraços na vida daqueles cidadãos, que não sabem quando voltará a brotar água das torneiras postas pelos chineses nos seus quintais. A EPAL está a cobrar por contrato de água, o valor de quinze mil Kwanzas, dinheiro este, que muitos moradores não possuem para regularizarem a sua situação junto daquele organismo, no que \ concerne a legalização do acesso à água. Um bidão de vinte litros de água custa, cinquenta Kwarizas nas kupapatas que procuram e vendem aos interessados ou, clientes.

Muitos cidadãos não conseguem água por falta de dinheiro, visto viver e sobreviver da renda baixa, não tendo meios compatíveis para se afirmarem, socialmente. Dias e dias que se afiguram muito difíceis para esses cidadãos, que não encontram soluções eficazes para resolverem o problema da falta de água no bairro.

O jornal A República foi ao encontro daqueles cidadãos e habitantes do Kalawenda, para constatar e saber o que se passa, de concreto, naquela circunscrição pertencente ao município do Cazenga. O nosso primeiro entrevistado começou por dizer que a situação estava péssima porque há mais de quatro meses que não tinham água potável, e que o sofrimento era pior que no tempo passado, pois nas condutas saía água, embora bruta, para atender aqueles habitantes. Alfredo Sebastião de 52 anos de idade, electricista de profissão, disse o seguinte:

"estamos a passar muito mal e ninguém vê por isso. As coisas estão muito complicadas para nós. O tempo vai caminhando e a nossa situação se complica cada dia que passa.

A água continua a ser o nosso maior problema!"- Concluiu completamente desanimado.

Mateus João Natalino de 67 anos de idade, marceneiro de profissão, teceu as seguintes considerações: " estamos num país onde não temos valor. Alguma vez havia de faltar água na cidade alta? É uma vergonha o que temos vindo a assistir. Até a água não nos dão. Estamos transformados em camelos! Há duas semanas que não consigo tomar banho por falta de dinheiro para comprar um bidão de água. A minha mulher e filhos tiveram que ir para Malanje, na semana passada.

Só vou à busca delas quando reporem a água, mas depois de conseguir dinheiro na empresa!" - Assegurou completamente frustrado. Madalena Realtiga, de 45 anos de idade, professora de profissão, disse o seguinte: "é só visto o que estamos a passar, neste bairro Kalawenda. Ninguém quer saber de nós. Só tomo banho duas vezes por semana.

Às vezes, francamente, nem dinheiro temos para comprar água. No fim-de-semana vou à casa da minha mãe na Terra Nova lavar a trouxa de roupa da semana toda. É extremamente lamentável viver nestas condições!" - Afirmou a nossa entrevistada. O jornal A República espera rapidamente ver o problema da água naquele bairro resolvido, porque está em causa vidas humanas que devem ser tratadas com dignidade e, por outro lado, estarem informadas do que realmente se passa. É primordial que haja respeito para com os habitantes, seja em que parte for. Não se deve brincar com a vivência dos habitantes do país. Governar ou dirigir requer, acima de tudo, atender a preocupação essencial dos cidadãos.

8.28 Huambo deverá dispor de 60 milhões de litros de água

Jornal Expansão
25 De Julho de 2014
Texto: Estevão Martins

A cidade do Huambo deverá dispor de 60 metros cúbicos de água (60 milhões de litros) por dia dentro dos próximos dois anos, com vista à supressão das necessidades das populações a médio prazo, revelou ao Expansão o director provincial de.

Energia e Aguas, Jorge Andrade.

Para tal, segundo o responsável, estão em curso diferentes projectos a nível da cidade a fim de providenciar às populações o precioso líquido a médio prazo. No final do projecto, disse, a cidade deverá dispor de três estações de tratamento de água, sete centros de distribuição e mais 500 quilómetros de conduta da rede de distribuição.

Jorge Andrade avançou que a cidade terá igualmente 16.000 novas ligações domiciliárias, para fazer face à expansão demográfica a que se vem assistindo na cidade nos últimos anos.

Por outro lado, avançou a fonte, está igualmente em curso o programa que visa o controlo da qualidade da água, para que o produto oriundo dos centros de tratamento esteja em conformidade com as normas exigidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

"O crescimento a médio prazo da população e a melhoria dos serviços estão na base da implementação destes programas", disse, notando que os estudos de viabilidade do projecto já foram realizados e que, neste momento, decorre o processo de apresentação de propostas para o lançamento dos concursos público para apuração das empresas que deverão desenvolver os projectos.

"As empresas concorrentes já tomaram contacto com o programa, e as suas propostas estão a ser analisadas. Assim que a fase administrativa estiver concluída, passaremos ao período de implementação das infra-estruturas e acredito que antes do fim do ano teremos alguns projectos em andamento", acrescentou.

Estação com capacidade limitada

O director frisou que a única estação de tratamento de água da cidade dispõe de capacidade para bombear 1.360 metros cúbicos/hora (1.360.000 litros de água), mas, assinalou que, devido à expansão demográfica acentuada da cidade, a infra-estrutura se vê limitada em satisfazer as necessidades das populações.

Considerou que, actualmente, a província do Huambo possui 168 sistemas de captação e de abastecimento de água potável de pequenas e de médias dimensões, para além de pequenos sistemas de abastecimento e pontos de água.

Jorge Andrade pontualizou que a cidade possui apenas uma estação de tratamento, três centros de distribuição de água e cerca de 200 metros de conduta da rede de distribuição.

Novos furos de água

A nível dos furos de água, sobretudo no âmbito do Programa Água para Todos, projecto unicamente rural, os sistemas encontram-se apenas localizados nas aldeias e em algumas sedes comunais da província.

Acrescentou que, recentemente, foram identificados quatro locais na província, onde serão implementados os projectos, numa altura em que se aguarda, a qualquer instante, a aprovação dos vencedores dos concursos públicos.

No que concerne à construção de furos de água, todos os projectos deverão ser implantados nesta fase do ano "porque os aquíferos estão com o nível de água baixo. Caso se faça na

época chuvosa, é provável que, no cacimbo, não se venha a encontrar água", referiu.

No que toca às sedes municipais, o director provincial de Energia e Aguas salientou que o sector das águas

tem instalado sistemas de maior e de pequena dimensão, de acordo com o número de habitantes da região.

O responsável afirmou também que está em marcha, a nível do Ministério de Energia e Águas, um projecto que visa a requalificação e o reforço de todos os sistemas de abastecimento de água das sedes municipais do Huambo, tendo em conta igualmente a expansão demo gráfica na província.

Trata-se de um projecto do Programa de Investimentos Públicos (PIP) do ano passado, e projectos de quatro sedes municipais já foram a concurso público, tendo os vencedores já sido apurados, segundo o responsável.

Os trabalhos terão a duração de 18 meses, a contar da data do início do projecto (provavelmente no final do ano), e serão financiados pelo Banco Mundial.

"Em relação aos demais municípios, o processo segue os seus trâmites legais a nível do Tribunal de Contas e acredito que também este ano daremos passos decisivos em relação à implementação do projecto", garantiu.

Jorge Andrade adiantou que Huambo é uma "província abençoada" no que toca aos recursos hídricos, quer superficiais, quer em relação aos aquíferos que podem ser explorados por longos anos para benefício das populações da província.

8.29 Lixo permanece nas ruas de Luanda

Jornal República
25 De Julho de 2014

A equipa de reportagem do Jornal A República constatou, que as empresas de lixo não estão a trabalhar seriamente na recolha dos resíduos sólidos, preocupando os moradores do bairro Nelito Soares, do distrito Rangel propriamente a rua que dá acesso ao mercado dos congolenses.

Maria de Fátima, disse entrevista que as empresas que recolhem o lixo não estão a fazer nada porque regista-se acumulado de lixo nas ruas do bairro Nelito Soares, "o governador de Luanda reuniu com todas as operadoras até agora não estão a ver nada, " nós estamos aborrecidos com as empresas que estão a recolher o lixo no distrito do Rangel pedimos á ELISAL e o GPL mais urgência possível para a resolução da situação actual ", disse.

Para Manuel Nvunda, disse que nos bairros que compõe o distrito urbano do Rangel, regista-se o

acumulado de lixo em todo o canto há sempre ruas interditadas por causa de lixo, água parada que causa epidemias a saúde pública, " agora não se sabe se vamos combater as doenças com um bairro limpo ou com lixo", disse.

Já Vanda António, salientou que o caso do lixo é um problema neste bairro, não existe empresa que recolhe o lixo constantemente" nós como moradores estamos a conviver com todo tipo de lixo, existem ruas que por má-fé de alguns moradores, colocam entulhos de obras nos passeios, os funcionários da Empresa EDEL, quando reparam avarias também, deixam os buracos abertos e, ninguém diz nada, porque não existe autoridade que fiscaliza todo este tipo de mau comportamento dos Cidadãos, disse Vanda António.

8.30 Novas empresas das águas começam a operar em 2014

Jornal Economia e Finanças
25 De Julho de 2014
Texto: André Sibi

O país irá ganhar até ao final do ano em curso, oito novas empresas provinciais destinadas à distribuição de água potável. A informação foi avançada pelo secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva.

O governante, que falava à imprensa no final do encontro que manteve com uma missão empresarial italiana chefiada pelo vice-ministro para o Desenvolvimento Económico Carlos Calenda, disse que o sector das águas também possui um programa de transformação, igual a que está a ser desenhado no sector eléctrico.

De acordo com o governante, cada sector irá ter novas empresas destinadas à produção e distribuição, quer de água potável, quer de energia eléctrica.

No sector das águas, numa primeira fase, irão entrar em funcionamento as empresas que serão constituídas nas províncias de Luanda, Malanje, Uíje, Huambo, Bié e Cunene, substituindo as actuais.

Arranque

Luís Filipe assegurou que as empresas das águas cujo estatuto está publicado e o processo devidamente constituído podem entrar em funções já a partir de Dezembro do ano corrente.

Luís Filipe assegurou que com a entrada destas empresas para o mercado, a distribuição de água potável irá conhecer dias melhores.

Questionado sobre a entrada do sector privado para o negócio de distribuição de água e energia, o responsável sublinhou que o Estado angolano sempre contou com as parcerias público-privadas, pelo que estão em estudo todas estas possibilidades para que se dinamizem os sectores.

No que se refere ao programa "Água para Todos", o secretário de Estado assegurou que decorre a bom ritmo, pois os indicadores são cada vez mais animadores, a julgar pelo número de ligações domiciliárias que cresceram consideravelmente.

Durante a locução, o governante fez saber que a cooperação com a Itália tem estado a trazer resultados animadores.

O país sempre contou com préstimos da Itália, um gigante europeu a julgar pelo seu potencial em termos de micro-empresas, muitas das quais a fornecer equipamentos para Angola. O governante contou que Angola espera estabelecer com a Itália relações com vantagens recíprocas e não escondeu a sua satisfação pelo facto dos empresários italianos escolherem Angola como destino dos seus investimentos e espera que o número de investidores venha a conhecer um crescimento exponencial, numa altura em que o país espera aumentar o seu potencial energético, com a construção de novas barragens, mini-hídricas e centrais térmicas.

Itália

Por sua vez, o vice-ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico da Itália, Carlo Calenda, avançou, que veio a Angola para estreitar as relações no sector de energia e água.

Para garantir um maior volume de investimentos no mercado angolano, Carlo Calenda, fez-se acompanhar de uma missão empresarial constituída por empresas com uma facturação anual que ronda os 60 biliões de euros (cerca de 7,8 triliões de kwanzas).

Delegação

Para esta missão empresarial, integram as empresas ENI, principal produtor e comercializante de óleo e gás; Fimecnica, produtor de equipamentos militares e Cremoniny, destinada à produção agro-alimentar. A Ferrovia de Estado, uma das maiores transportadoras de pessoas e bens, Grupo Trevy e a General Electric, destinadas ao material eléctrico, sem descorar as que já operam no mercado angolano com destaque para Sichim, todas representadas pelos seus administradores delegados.

Com esta visita o governante quer aproximar as empresas italianas, com as suas homólogas angolanas dando lugar a criação de novas parcerias de negócio.

O governante italiano, lembrou, que o seu país conta com mais de '30 empresários a operar no mercado angolano nos diferentes sectores da economia nacional, uma realidade, que espera ver dinamizada.

Questionado sobre o volume de investimento que prevê destinar para Angola, o governante foi unânime em afirmar que o facto da sua missão empresarial ser integrada por empresas com uma facturação anual de elevada soma demonstra a clara intenção de se canalizar para Angola investimentos consideráveis.

Além do Ministério de Energia e Águas, o vice-ministro italiano foi recebido pelos responsáveis dos Ministérios do Plano e da Agricultura.

De recordar que a missão empresarial italiana espera regressar brevemente a Angola, para materializar as parcerias ora anunciadas.

Para garantir um maior volume de investimentos no mercado angolano, Carlo Calenda, fez-se acompanhar de uma missão empresarial constituída por empresas com uma facturação anual que ronda os 60 biliões de euros (cerca de 7,8 triliões de kwanzas).

Histórico

As relações entre Angola e Itália datam desde, operando em vários sectores da economia nacional.

Fruto destes contactos, urna missão empresarial angolana integrada pelas principais associações empresárias do país, com destaque para AIA (Associação Industrial de Angola) visitou recentemente a Itália, com objectivo de trocar experiências em matéria de micro-empendedorismo.

No âmbito do seu compromisso com a dinamização da economia, a Itália vai organizar a EXPO-2015, no período que vai entre 1 de Maio a 31 de Outubro. Durante a exposição universal em Milão, que vai decorrer sob o lema: Alimentar o planeta, energia para a vida, o país vai testemunhar seis meses de festa, onde será exaltado "Made in Italy", Esta festa económica que a Itália vai acolher espera receber homens de negócio de todas as esferas, desde indústria, hotelaria e turismo, infra-estruturas, comércio e serviços.

8.31 Autoridades da Ingombota pagam a quem recolher lixo

Jornal de Angola
26 De Julho de 2014

Cerca de 500 pessoas de famílias carenciadas do distrito urbano da Ingombota, província de Luanda, são remuneradas no âmbito de um projecto de recolha de lixo em bairros periféricos.

O administrador interino da Ingombota, Humberto Marcelo, disse à Angop que os valores a serem pagos são definidos consoante o trabalho realizado por cada pessoa seleccionada para integrar o projecto.

O projecto é uma iniciativa da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e visa manter os bairros limpos e ajudar as famílias na sua renda mensal.

As pessoas escolhidas, mulheres e homens, foram instruídas para proceder à recolha de lixo no interior dos bairros onde residem e depositar num determinado ponto de transferência para ser transportado para o aterro sanitário. O projecto implementado nos bairros Mata Gato, Boavista, Salga, Chicala I e II e em algumas áreas das comunas de Patrice Lumumba, Kinanga e Ilha do Cabo.

O distrito urbano da Ingombota, com cerca de 450 mil habitantes, é integrado pela Kinanga Ilha do Cabo, Maculusso e Patrice Lumumba.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Cafunfo. Criminosos espalham o terror na vila diamantífera

Jornal Agora

11 De Julho de 2014

Texto: Ana Margoso

A localidade diamantífera de Cafunfo, no município do Cuango, província da Lunda Norte, foi palco, no final de semana passado, de tiroteios entre seguranças das empresas privadas de segurança, sedeadas na vila, e meliantes.

O clima de terror na pequena localidade está a causar "medo entre a população", tal como diz, em exclusivo ao Agora, José Mateus Zecamutchima, activista.

"As informações que nos chegam é que os meliantes são oriundos de Luanda, e estão a vir para essa localidade, onde assaltam as casas dos populares e instituições aqui da nossa vila", conta.

Mateus Zecamutchima referiu também, que devido ao clima de insegurança que se regista na zona, a população vive com medo, e sente-se "desprotegida".

"Várias casas têm vindo a ser arrombadas de madrugada, inclusive as dependências do Banco de Desenvolvimento Africano (BAI) e unia agência da UNITEL, nesta localidade, já foram assaltadas, o que leva os guardas de segurança a reagir", explica.

O activista esclarece que "os populares dizem que os meliantes, se fazem transportar em viatura VX com vidros fumados, e passam diante de efectivos da Polícia Nacional, que nada fazem".

Mateus Zecamutchima disse-nos igualmente que no domingo, dia 6, os assaltantes assassinaram um sezuranca, Que em vida se chamou Nelito Felipe Saukaweni, 34 anos, natural da zona do Cuango, funcionário da empresa SOCICLA.

O nosso entrevistado acusa que, desde que foi anunciada uma manifestação naquela localidade para os próximos dias, já se tornou mais visível a presença de agentes da Polícia Nacional no que têm considerado de "patrulhamento de proximidade, baseado em determinados pontos de maior visibilidade".

"A Policia foi comunicada atempadamente sobre os acontecimentos, chegou mesmo a tempo de

acompanhar o tiroteio, mas não conseguiram parar a troca de tiros entre seguranças e os bandidos".

A nossa fonte acusa a empresa de segurança onde o malogrado trabalhava de estar a faltar com a verdade junto dos familiares.

"Na segunda-feira, dia 8, a empresa onde o malogrado trabalhava, a SOCICLA, disse aos familiares que o suposto autor do crime é um colega de trabalho conhecido por "Boaze Sozinho" com quem mantinha rixas e desavenças. Mas essas Informações não correspondem a verdade, até porque, os agentes da Polícia no local, não se tenham apercebido de nada, quando a 400 metros do local onde o segurança foi abatido, existe uma unidade móvel da PN, e do outro lado, uma unidade das Forças Armadas Angolanas (FAA)", questiona o activista José Mateus Zecamutchima.

A nossa fonte assegurou entretanto, que se mantém de pé a ideia de realização de uma manifestação para contestar a passividade das autoridades locais no combate ao crescendo da criminalidade.

9.2 Operação "Kutululuka" detém mais de -200 supostos criminosos

Novo Jornal

11 De Julho de 2014

A POÚCIA Nacional de Angola deteve em Luanda, na primeira semana de Julho, mais de 200 pessoas implicadas em diversos crimes, desde homicídios a violações sexuais e roubos.

De acordo com informação enviada hoje à agência Lusa pelo Comando Provincial de Luanda, as 29 operações realizadas pela Polícia Nacional entre 02 e 08 de Julho, no âmbito das actividades de prevenção e combate à criminalidade, envolvendo patrulhamentos intensivos e buscas dirigidas, culminaram com a detenção de 206 suspeitos de vários ilícitos e o esclarecimento de 49 crimes praticados na região.

As acções policiais inserem-se na operação "Kutululuka", que visa devolver o sentimento de segurança à população, face à crescente criminalidade registada na capital angolana.

Segundo a polícia, neste período foram desmantelados dois grupos de criminosos que actuavam em Luanda e detidos treze dos seus elementos.

Ainda na primeira semana de Julho, a Polícia Nacional registou em Luanda 94 infracções criminais, como

especulação dos preços de táxi, exercício ilegal de função pública ou profissão titulada e fraudes nas vendas, entre outras, tendo detido 93 pessoas.

Já no capítulo do trânsito rodoviário, só na província de Luanda, os agentes policiais levantaram 2.729 multas, no valor de 8,9 milhões de kwanzas, igualmente na primeira semana de Julho, tendo ainda apreendido 30 viaturas e 152 motorizadas, "por diversas infracções ao Código de estrada".

Mais graves foram os resultados dos 64 acidentes de viação na capital, que provocaram, no mesmo período, 27 mortos e 54 feridos, além de danos materiais que a Polícia Nacional avaliou em 27,8 milhões de kwanzas.

9.3 Grupo «Os 300» aterroriza Boa-fé

Semanário Angolense

12 De Julho de 2014

Texto: João Silva

O distrito do Rangel e os municípios do Cazenga, Cacuaco e Viana, são os que mais se destacam na onda de criminalidade que varre Luanda. Viana, por ser o município que recebe diariamente novos habitantes provenientes de várias localidades, dentre os quais alguns meliantes altamente perigosos, tem vários bairros controlados por bandidos que agem a vontade e aterrorizam os moradores e qualquer um que transitar nessas comunidades.

Os crimes na zona da Estalagem aumentaram nos últimos dias. Os marginais tiram o sossego aos moradores com assaltos a mão armada, espancamentos, violações, roubos de telemóvel e outros haveres dos pacatos cidadãos.

A reportagem do *Semanário Angolense* (SA), esteve naquela zona e conversou com moradores, alguns dos quais já foram vítimas de assalto. Os moradores mostraram-se muito preocupados com o elevado índice de criminalidade que se regista no bairro nos últimos meses e alegam que a falta de iluminação é uma das causas do aumento da bandidagem. Os postos de iluminação colocados na via pública não acendem e os marginais aproveitam-se da escuridão para espalhar o pânico entre a população.

Outra preocupação que deixa o mais velho Domingos Miguel, morador do bairro da Estalagem há 30 anos, é a falta de patrulhamento da Polícia pelos bairros de Viana e arredores. Para o mais velho, algumas vezes os meliantes são agarrados e presos, mas não demoram a ser soltos e voltam a cometer outros crimes ainda mais

perigosos, porque os mesmos voltam da cadeia com muita raiva e quem paga é a população inocente.

No bairro da Boa Fé, a reportagem do SA constatou o caso de um oficial da Polícia Nacional que teve a sua casa invadida e vandalizada por um grupo de jovens marginais. Tudo começou por causa de uma partida de futebol que terminou em briga. Um dos jogadores da equipa vencedora é filho do oficial que, por ter marcado o golo da vitória foi agredido por um dos adversários e os dois envolveram-se em briga.

Não tendo levado a melhor, o jovem foi chamar o seu irmão mais velho que é o chefe de um gangue denominado «Os 300». O grupo é composto por cerca de 30 elementos e, uma parte deles, dirigiram-se à casa do oficial e protagonizaram, ao fim da tarde de sábado, 5 do corrente, uma acção de puro vandalismo, espancando a família e destruindo diversos haveres, incluindo uma viatura que estava no quintal.

Chamado pela esposa por telemóvel, o referido oficial, que se encontrava em casa de familiares, correu imediatamente e ainda conseguiu prender um dos meliantes que foi levado para o comando municipal de Viana.

Como se não bastasse, na segunda-feira (7), em horas normais de expediente, o mesmo grupo, já em maior número, voltou para retaliar e atacou simultaneamente a residência do oficial e o colégio «Fredão» que fica próximo e onde estudam algumas crianças da casa assaltada.

Para azar dos bandidos, o oficial ainda estava em casa e, com familiares e vizinhos, capturaram mais quatro elementos do grupo, que se encontram também a contas com a justiça. Segundo informações oficiais do comando municipal de Viana, o grupo «Os 300» são altamente perigosos e, nos últimos dias, têm protagonizado cenas de puro terror, sobretudo contra cantinas de oeste-africanos e roubo de motorizadas cujos donos são, geralmente, mortos.

Segundo as informações, o grupo actua principalmente no bairro Boa Fé, nas imediações do colégio «Ginga», praça da Boa Fé, zona do imbondeiro e do Xiriba; é composto por cerca de 30 elementos, possuem armas de fogo e agem com garrafas de gasolina que atiram contra as vítimas a quem pegam fogo. Possuem também um grupo de crianças intituladas «Os cassules dos 300». São estes miúdos que vigiam, pesquisam e avisam os «kotas» para actuarem.

A população daquela área periférica de Luanda, vive aterrorizada por esse grupo que já queimaram, com

gasolina, dois cantineiros oeste-africanos que acabaram por sucumbir devido às queimaduras.

Na direção do colégio «Predão» alguns professores disseram que os actos de vandalismo por parte daqueles jovens são frequentes, mas os infractores estão bem identificados pela Polícia, só não se compreende porque ainda estão soltos e, para além de assaltar, matam pessoas inocentes. «Desta recente acção, graças também ao vizinho que é polícia, conseguiu-se capturar alguns, mas maioritariamente são menores de idade.

Os encarregados de educação já foram notificados para comparecerem na esquadra policial no sentido de se encontrar mecanismos para eliminar a delinquência juvenil cá no bairro e não só», relataram os professores do colégio.

9.4 Casamenid do crime com a escuridão

Jornal Acapital

12 De Julho de 2014

Texto: Ernesto Filipe

Neste bairro os assaltantes atacam sem dó nem piedade e não olham a meios para concretizarem os seus intentos. Atacam a todos e levam quase tudo que se lhes apareceu pela frente. Mas são as cantinas o seu alvo preferido.

De acordo com os moradores, a partir das 19h00 é extremamente perigoso andar pelas ruas, pois os meliantes, formados em grupos de seis ou oito indivíduos, geralmente embriagados ou drogados, atiram-se contra qualquer indivíduo. Roubam sobretudo, telefones e outros bens de valor.

Amadhu Traorê, um cidadão senegalês a residir neste bairro há quatro anos, foi uma das vítimas mais recentes. Quase perdeu a vida quando um destes grupos invadiu a sua cantina.

Segundo ele, seis indivíduos que se fizeram ao interior da cantina, tendo-lhe exigido ~ entrega de dinheiro, sob pena de ser morto.

Entretanto, por se negar a satisfazer a vontade dos meliantes, estes o ameaçaram com uma arma de fogo, insistindo que Amadhu desse, mesmo, o dinheiro. Adiantou, ainda, que os bandidos eram indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e 23 anos, por sinal, residentes no mesmo bairro, pois disse ter reconhecido dois deles que há alguns meses já estavam à contas com a Polícia.

O pior não aconteceu com o senegalês graças aos seus familiares e amigos que, àquela hora, se encontravam na cantina vizinha a assistir a um jogo do Campeonato Mundial de Futebol. Ao se aperceberem da invasão, correram em socorro do amigo e conseguiram resgatá-lo dos braços dos meliantes.

Mesmo assim, os meliantes, de acordo com a vítima, levaram a motorizada dele mais algumas mercadorias. Para além disso, acrescentou, partiram o vidro frontal da loja e deitaram por terra o resto de mercadorias.

Outro cidadão que não escapou das acções dos "homens do alheio", foi o equato-guineense, Pety Dialó. Contou ao A Capital que quando estava a fechar a cantina, foi interpelado por quatro indivíduos encapuçados. Estes, exigiram-lhe que voltasse a abrir a loja. Sem resistência, Dialó abriu a cantina e os quatro indivíduos entraram com ele já segurado pelos colarinhos e uma arma de fogo apontada para nuca.

"Diziam-me para não gritar", explicou, acrescentando que o que os assaltantes pediam nada mais era senão dinheiro. Forçado, entregou o poço que tinha arrecadado das vendas daquele dia.

Porém, insatisfeitos, os meliantes pediram também o telefone dele, levaram o televisor, algumas mercadorias, deitaram por terra as prateleiras, partiram os vidros e perfuraram o tecto a tiros. Dialó conta ainda que enquanto uns reviravam a cantina, outros batiam nele, obrigando-o a mostrar o resto do dinheiro.

No acto de retirada os assaltantes deixaram a vítima amarrada, segundo relata. O morador disse mesmo que os últimos dias têm sido amargos por causa de acções do género, e salienta que os bandidos não são de longe.

"São meninos a crescer, muitos deles bem conhecidos. Estranho é que ninguém os faz parar", desabafou.

Um dos aspectos que Pety Dialó não deixou de lamentar é o facto de a Polícia estar, aparentemente, impávida com a situação, pois muitos dos jovens que roubam o sono à população já têm antecedentes criminais, tais como assaltos, furtos e violações, já estiveram presos, mas agora deambulam a reincidir.

"Eles vivem mesmo aqui e já são conhecidos como bandidos. Violam, roubam, matam, já estiveram presos, mas estão soltos e mais agressivos", denunciou o cidadão.

Carros não escapam

Francisco Adriano Henriques e António Epalanga juntam-se à lista das vítimas para lamentar a onda de

assaltos que parece estar longe do fim, a julgar pelo que descreveram de impavidez das autoridades locais, quer administrativas como policiais.

Ambos foram vítimas de meliantes, mas sofreram danos diferentes das vítimas anteriores. As viaturas que, habitualmente, parqueiam nos quintais das suas residências, foram vandalizadas.

Explicaram que nos últimos dias os meliantes optaram por quebrar os vidros dos carros para roubarem reprodutores de música e respectivo aparato de som.

Dona Madalena, apenas assim quis-se identificar, também é moradora daquele bairro. Sem se afastar do sentimento dos demais, pediu encarecidamente que se faça alguma coisa, pois, a população local, há quase um mês não consegue levar urna vida tranquila.

"O grande problema é que, os mesmos miúdos que passam a vida a organizar festas atrás de festas, são os, mesmos que infernizam a vida dos moradores. Em muitos casos são filhos de pais bem identificados", indicou dona Madalena, para quem falar de assaltos no bairro Paiol, é falar de uma situação delicada. Por tudo isto que se passa no bairro Paiol, o que a população pede com urgência, é presença policial, mas, também, coragem da parte dos moradores de denunciar os malfeitores, urna coisa que, na verdade, tem faltado muito entre nós.

9.5 Detidos indivíduos por posse de arma

Jornal de Angola
14 De Julho de 2014

A Polícia Nacional na província do Bié deteve, durante o primeiro semestre deste ano, 124 indivíduos por posse ilegal de arma de fogo.

A informação foi dada pelo director provincial da Ordem Pública, superintendente-chefe António Jorge Caló, por ocasião do Dia Internacional de Destrução de Armas Ligeiras e de Pequeno Porte, assinalado a 9 de Julho.

Os indivíduos foram detidos na sequência de denúncias feitas à Polícia Nacional pela população e em diversas operações desencadeadas em vários bairros da capital da província e nos municípios.

Das operações, resultou a recolha de 2.923 armas, 1.231 carregadores, 105 mil e 33 munições, 31.962 projecteis e 2.601 minas diversas.

A propósito da efeméride, O segundo comandante provincial da Polícia Nacional (PN) no Bié, subcomissário Filomeno Araújo, recomendou às empresa de segurança privadas para terem um maior controlo das armas à sua disposição, visto haver cedência de armas de fogo, por parte de ex-funcionários de empresas privadas, à indivíduos envolvidos em acções de criminalidade violenta.

9.6 Desvio e venda de «Kilunzas» nunciam crimes violentos

Semanário Angolense
19 De Julho de 2014
Texto: Kim Alves

Nos últimos dias, a população da cidade de Luanda e suas periferias tem vivido apreensiva e, em alguns casos, aterrorizada mesmo, devido ao recrudescimento da delinquência em grande parte da província. Apesar de haver algumas zonas mais perigosas que outras, os delinquentes estão agora bem mais assanhados, atacando como, quando e onde quiserem, o que tem deixado os cidadãos assustados, preocupado com o que de mau de lhe pode acontecer à qualquer hora do dia e em qualquer ponto da cidade.

Até há uns tempos, as zonas nobres da cidade, ou as de grande movimento, eram basicamente poupadas pelos delinquentes, que actuavam apenas quando as condições de isolamento da vítima o permitisse roubar um telemóvel, esticar uma carteira ou «desmontar» as suas roupas, assim como «despir» essa ou aquela viatura estacionada dos faróis, espechos ou aparelhagens de som. Os mais perigosos esperavam a calada da noite para protagonizar os seus assaltos, a residências ou estabelecimento comercial, transeuntes ou viaturas. Agora, tudo mudou: os bandidos estão mais confiantes que não se coíbem de assaltar agências bancárias cheias de gente, estabelecimentos comerciais e viaturas no engarrafamento, ao ponto de assassinar gente em plena luz do dia, o que só é possível devido à confiança que as armas de fogo que portam os transmitem.

Por paradoxal que possa parecer, passados mais de seis anos desde que foi lançado o programa de desarmamento da população civil angolana, com um balanço oficial de cerca de 90 mil armas já recolhidas, um grande número de «kilunzas» continuam em mãos indevidas, muitas delas em posse de marginais, que chegam a ir buscá-las na «fonte» armeiros policiais e do exército, como constatou a reportagem do *Semanário Angolense*.

Uma fonte do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional disse recentemente a este jornal que

«o número de armas ilegais em poder dos delinquentes é proporcional ao número de crimes executados por dia», afirmação que pode parecer contraditória se tiver em conta os dados oficiais que vão sendo apresentados pela Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil, que não é tão «pessimista» assim.

No entanto, em contra mão ao optimismo oficial, a realidade nua e crua é muito mais assustadora, sendo que o descaramento dos delinquentes, assim como as acções protagonizadas nos últimos dias, lançam um alerta vermelho para um perigo que, a não ser contido com urgência, pode causar transtornos seríssimos à ordem social pública e à segurança dos cidadãos e das instituições.

Para começar, voltaram os tempos em que os disparos de armas de guerra nos bairros eram o pão-nosso de cada dia e de cada noite, sendo os mais afectados os que se encontram nas periferias - Cazenga, Via na, Cacuaco, Sambizanga, Samba e Belas. E isto é muito facilitado pela notada ausência de patrulhas policiais nocturnas.

Ainda assim, agora quando um patrulheiro da polícia aparece de noite, em algumas zonas, os delinquentes já respondem a tiro, como aconteceu na noite de sexta-feira (11) da semana passada, no bairro da Caop-B, em Viana.

Há bairros novos, destes que estão a ser construídos anarquicamente na periferia, sem qualquer projecto de urbanização, com nomes esquisitos como «Lembelelé», «Xiriba», entre outros, onde quem faz a lei são os delinquentes.

Acrescente-se que, para além de armas de fogo como pistolas e metralhadoras, os bandidos agora também estão a fazer uso de garrafas com gasolina, que atiram contra as vítimas para melhor as assaltarem, além de as utilizar em actos de puro vandalismo, como incendiar residências, cantinas dos «mamadou» e viaturas.

9.7 O desenvolvimento e a criminalidade

Semanário Angolense
19 De Julho de 2014

Quando se fala em desarmamento da população num país que viveu tantos anos armado até aos dentes, por causa da prolongada guerra, são várias as situações que se colocam na hora de se fazer o balanço de um processo que, oficialmente, já está na estrada há algum tempo.

Entre estas situações, a mais preocupante é, certamente, aquela que está relacionada com as armas fora de controlo e que alimentam directamente a chamada criminalidade violenta.

As outras, não sendo totalmente pacíficas ou neutras, do ponto de vista da análise têm para nós uma abordagem bem menos preocupante, pois as armas ilegais ainda em posse do cidadão comum parecem ter como objectivo apenas a auto-defesa, sendo raramente utilizadas para outros propósitos, onde se inclui a violência doméstica.

Uma auto-defesa que aos olhos dos possuidores de armas de fogo ainda se justifica plenamente diante de algumas tendências que continuam a infernizar a vida da sociedade de uma forma geral e das diferentes comunidades.

A criminalidade é, sem dúvida, aquela que mais se destaca como argumento justificativo para não fazerem a entrega das armas que escondem nos seus domicílios ou viaturas.

A preocupação aumenta quando é a própria direcção da polícia a reconhecer que são alguns dos seus próprios efectivos (quantos?) que têm estado a contribuir para o rearmamento da criminalidade violenta, com o desvio das «kilunzas» dos armeiros da corporação.

É certo que entre nós a fronteira entre polícias e ladrões é cada vez mais difusa, numa percentagem que, felizmente, ainda está muito longe de pôr em causa a independência e a soberania das duas «magistraturas/territórios».

O que é facto é que já não se pode ignorar o envolvimento dos «fardados», entre polícias e militares, no mundo do crime violento, com todas as consequências multiplicadoras que uma tal realidade projecta.

Como é evidente, os angolanos, maioritariamente jovens, que optaram por fazer a sua vida na «trincheira» do confronto aberto com a lei, com os seus concidadãos e com as instituições, têm na posse e uso de uma arma de fogo a única garantia de viabilização do seu «projecto devida».

Por razões óbvias, não se podem esperar milagres deste segmento da população no que toca à sua adesão a qualquer apelo ao desarmamento voluntário.

Pelo contrário, pois, hoje vamos tendo conhecimento de «manifestações políticas» já bastante elaboradas dos protagonistas da criminalidade que encaram a sua «opção» como a única que está ao seu alcance e com a

qual conseguem sobreviver e dar de comer às suas famílias.

Pelos vistos e embora sendo estatisticamente residual, esta faixa da população não tem parado de engrossar as suas fileiras com novos delinquentes, num assustador processo de renovação na continuidade, a traduzir bem a dramática e fracturante realidade social que se vive na capital, onde o fenómeno da criminalidade tem a dimensão mais expressiva e desestabilizadora.

O desarmamento da criminalidade não se fará, certamente, com apelos nem com algumas «toneladas de educação cívica» nos médias, pois quem está armado ou procura um tal instrumento para os devidos e criminosos efeitos, não tem qualquer disponibilidade para ouvir sermões.

O grande problema é que desarmar a criminalidade passa necessariamente por um forte e contínuo investimento sócio-económico no reequilíbrio da sociedade, de modos a termos a médio prazo outros indicadores ao nível do nosso raquíptico índice de Desenvolvimento Humano (IHD).

Acreditamos que a redução dos actuais índices da criminalidade violenta terá um impacto muito positivo em todo o processo de desarmamento da população civil.

De outra forma, fica um bocado difícil fazer contas mais auspiciosas, num país em que ninguém sabe quantas armas estão fora de controlo, incluindo entre as próprias autoridades policiais e militares.

Todas as projecções já feitas parecem pecar por defeito.

A não se verificar esta evolução, vamos ter certamente uma nova procura de armas letais pelo processo mais expedito que é o do mercado paralelo, a projectar uma nova fase do rearmamento da população civil.

9.8 Policia apanha rede de ladroes de motas

Jornal A Capital

19 De Julho de 2014

Texto: Mariano Brás

O grupo, composto por seis elementos oriundos da província do Huambo, todos descritos pela Polícia como 'altamente perigosos, são responsabilizados pelo roubo de mais de 10 motorizadas no município de Cacuaco.

Os marginais agiam com uma certa dose de violência, utilizando armas de fogo do tipo AKM, tendo como preferência motorizadas de marca Yamaha, Lingken, Kawisiki e Commuter, todas de fabrico chinês.

Os locais preferidos eram as zonas dos bairros da Cerâmica e Kikolo. Realizavam as suas acções a partir das 18 horas. Motorizadas que em condições normais custam entre 100 e 190 mil Kwanzas eram vendidas pelos malfeitores a 30 ou 50 mil Kwanzas.

De acordo com fontes do A Capital, cada um tinha uma missão específica, surgindo o manuseamento da arma, por conta de Vitorino Katcheco, de 25 anos, como a que salta à vista.

Vasco Costa, dois anos mais velho que Katcheco, era, segundo informações disponíveis, o homem que apoiava os seus colegas no local do crime.

Os demais, como são os casos de Tomás Katchivela e Jaimito Gabriel, 27 e 19 anos, respectivamente, tinham a missão de velar pela segurança do grupo.

Tomás Katchivela deu a cara e declarou que age desta forma por lhe ter sido roubada uma motorizada há alguns meses. "Ao longo do tempo, aprendi como se rouba uma moto e optei por roubar para sustentar a minha filha. Infelizmente, fui apanhado; frisou.

Depois destes argumentos, algo caricato aos olhos da Polícia, Tomás procurou fazer uma analogia, lembrando que os homens que roubaram a sua motorizada ainda não foram apanhados. 'Apesar de tudo, estou arrependido', confessou.

Por seu turno, Vasco Gomes agradeceu a intervenção policial, na medida em que terá evitado males maiores, uma vez que foi apanhado por populares numa ingloria tentativa de roubo de motorizada.

Vasco já se encontrava amarrado, da cabeça aos pés, prestes a ser colocado entre dois pneus para ser queimado. Os efectivos da Polícia, acabados de chegar, evitaram o pior. 'Hoje estou vivo graças aos polícias, por isso fico grato para o resto da minha vida', concluiu.

9.9 Um corredor do crime no futungo

Jornal a Capital

19 De Julho de 2014

Texto: João Feliciano

Se não for equiparado a um percurso da criminalidade, o troço Futungo/Benfica, com passagem pelo bairro Kawelele até ao Monte Bela Vista, situado nos

arredores do Benfica, não andar muito longe disto. Os relatos de assaltos, chegados ao semanário A Capital nos últimos dias, são bastante elucidativos de uma realidade que vai roçando o limite do insuportável, capaz de deixar os moradores com os nervos  flor da pele.

Portadores de várias estórias, muitas parecidas, os nossos entrevistados preferiram não ser fotografados, temendo, como  óbvio, ajustes de contas. No Kawelele, por exemplo, um grupo denominado os 'Caixa Baixa' dita as regras do território, aproveitando-se, dizem os moradores, da ausência dos serviços de polícia. "Aqui, o medo é generalizado, porque estes rapazes são perigosos", afirma uma cidadã, a primeira das muitas que optaram por falar sob anonimato. Moradora do bairro há 15 anos, ela acrescenta que as meninas conformam a franja que mais sofre com as ações deste grupo. "São obrigadas a namorar com eles. Caso contrário, podem ser violadas, como já aconteceu com muitas raparigas aqui do bairro", contou.

De acordo com a mesma fonte, grande parte dos marginais que ali actuam é proveniente do Morro Bento e da Samba. Na sua óptica, a colocação de uma esquadra móvel naquela localidade seria uma valiosa contribuição na cruzada contra a criminalidade. Tratando-se de uma zona que atrai muitos jovens, sobretudo aos fins-de-semana, altura em que abre o salão de festas ali existente, seria importante, ressalta a cidadã, a instalação de um posto policial como garante de segurança. "Podia não ser a solução, mas ajudaria muito", asseverou, para mais adiante recordar que vários são os cidadãos que saem de casa com a intenção de ir  festa, mas que acabam por experimentar dissabores.

Já na zona do Monte Bela Vista, o cenário é bem pior. Ali, os marginais assaltam e tiram a vida a cidadãos indefesos.

António Finda, que descreveu para semanário A Capital o drama por que passou recentemente, afirma que a situação vai fugindo do controlo. Finda começa por informar que um amigo seu foi morto, há dois meses, na sequência de um assalto protagonizado por cinco indivíduos armados. "Saímos" do Belas Shopping e, a já cerca de 500 metros de casa, fomos abordados pelos indivíduos", lembrou, acrescentando que os marginais obrigaram o motorista a parar a viatura. Não tendo parado, conta a testemunha, fizeram dois tiros, tendo as balas atingido a cabeça do seu amigo. "Exigiram apenas que sisse do carro e que me pusesse a correr. Por isso, não percebo", detalhou.

Por seu turno, Aboubakar Keita, 33 anos, proprietário de uma cantina situada na rua dos 'metralhas',

acrescenta que a falta de segurança tem vindo a tomar contornos assustadores nos últimos tempos. Tanto é que os moradores desta rua, cuja denominação representa uma espécie de "homenagem" a um grupo de marginais, chegaram a investir em câmaras de segurança e equipas de vigilantes nas suas residências.

São dispositivos que, segundo o comerciante, nem sempre previrem, na medida em que os acontecimentos dizem tudo e mais alguma coisa. Ainda no início deste mês, por volta das 20 horas, deparou-se com três delinquentes armados, que levaram o seu telefone, o televisor da cantina, dinheiro, cartões de recargas telefnicas e outros produtos. Os marginais, que se faziam transportar numa motorizada de marca Yamaha, modelo 'YB', tinham uma arma de fogo apontada  sua cabeça. Se  verdade que muitos vizinhos de Aboubakar viveram igualmente situações arrepiantes, com um ou outro aspecto a diferencir a estória,  justo que se recorra a depoimentos de Alice Massamba, uma jovem bancária de 30 anos.

Catgorica quanto baste, afirma que a sensação de insegurança tem aumentado a cada dia que passa, tomando como exemplo um assalto, há três meses,  sua casa, de onde foi roubada uma motorizada de marca BWS e vários outros bens da fmilia. "Foi numa madrugada, quando os homens chegaram e arrombaram o teto, levando várias coisas", avança. No dia 31 do mês passado, voltou a ser vítima de um assalto, tendo ficado sem o reprodutor de som, os faróis e os stops da sua viatura. "A porta de casa voltou a ser arrombada", resumiu.

Bem mais para cá, há uma semana, foi assaltado o comerciante André Abdul, 33 anos. Vítima de trs indivíduos armados, ele conta que estar na rua depois das 20 horas é como que entregar o ouro ao bandido. Abdul diz que as ruas são bastante escuras, quase que sem movimento de agentes da Polícia.

O nosso interlocutor lembra que a única unidade policial, que também está para o bairro Bela Vista,  a que se encontra no Mundial, um bairro que dista a cerca de cinco quilómetros do seu. "Até os agentes chegarem ao Bela Vista, já os bandidos se foram embora", argumentou o cidadão.

Moradores de malas feitas?

Perante um quadro sombrio, há já quem pondere abandonar o bairro,  imagem, recordamos, das pretensões de mnicipes de outras zonas radiografadas pelo jornal a Capital. Habubakar Keita, proprietário da cantina assaltada, é um dos moradores que estarão de malas feitas. "Este é um bairro que, acredito, deverá evoluir muito em termos de infra-estruturas. Ainda assim, não posso colocar em risco a minha vida e a da

minha família" , observou. Keita-refere que não será fácil tomar esta decisão, mas salienta que as circunstâncias assim determinam.

"Já muitos partiram devido à criminalidade", sustenta, para mais adiante informar que vários moradores ponderam partir para outros pontos de Luanda. Casado com uma cidadã angolana,

com quem tem dois filhos, o equato-guineense diz que os estrangeiros, principalmente donos de cantinas, são as potenciais vítimas dos amigos do alheio. "Eles pensam que nós somos ricos ou escondemos malas de dinheiro dentro de casa, por isso vêem-nos como principais alvos a abater", concluiu.

10. AMBIENTE

10.1 Governo quer a inserção de vulneráveis

Jornal de Angola

11 De Julho de 2014

Texto: Dionísio David

O Governo do Cunene vai dedicar-se seriamente à inserção na sociedade dos grupos sociais mais vulneráveis, como os khoisan e ovatuas, para melhorar as suas condições de vida e para que também possam dar o seu contributo no desenvolvimento socioeconómico do país.

A intenção foi comunicada em Ondjiva pelo governador António Didalelwa, que disse tratarem-se de grupos minoritários que vivem nos seis municípios da província. Os khoisan, acrescentou, habitam nos municípios de Cuanhama, Namacunde, Ombadja e Cuvelái e os mutuas ou ovatua no Curoca e Cahama.

O governador da província do Cunene sublinhou que já há projectos para a sua efectiva participação na sociedade e explicou que a preocupação do Governo deve-se ao facto de se ter constatado que, de há um tempo a esta parte, pouca tem sido a atenção dada àqueles grupos, sobretudo no que respeita às suas condições alimentares e de habitabilidade, que considerou ainda precárias, comparadas com as dos outros grupos de origem bantu.

O grupo khoisan, por exemplo, para se alimentar recorre a frutos silvestres, pesca artesanal e caça, quando na condição de nómada, o que na opinião de António Didalelwa é uma situação que lhes cria sérios problemas, devido à escassez de meios de sobrevivência, situação que deve ser resolvida com a aplicação de projectos e acções concretas.

O governador informou que, no âmbito do plano de desenvolvimento do Governo Provincial para o período 2012/2017, estão contemplados projectos concretos que têm como objectivo enquadrar os referidos grupos no processo produtivo, através de associações e cooperativas agrícolas e de pesca.

No município do Curoca, a comunidade ovatua tem à sua disposição, desde 2013, uma lavra comunitária, onde produz vários produtos alimentares para o seu sustento. Em relação às péssimas condições que o grupo ainda enfrenta, nos domínios da assistência sanitária, ensino e habitação, dada a condição de serem grupos nómadas, o governador António Didalelwa informou estar na forja um conjunto de acções

destinadas a melhorar as condições de vida e permitir que as comunidades possam também participar no processo de desenvolvimento da província, nas instituições estatais e nas escolas, sem discriminação; nem estigma. Estes projectos enquadram-se no programa de combate à pobreza dos grupos sociais desfavorecidas e vulneráveis, para uma melhoria sustentável do seu nível de vida.

Os referidos projectos, acrescentou, visam também incentivar e apoiar, de forma directa, a construção de moradias. Os projectos abrangem o acesso ao ensino obrigatório para as crianças.

10.2 Seca no Sul do país reduz produção em 40%

Jornal O País

11 De Julho de 2014

A província do Kuando Kubango registou um prejuízo de mais de 40% na produção agrícola do ano 2013-2014 devido à persistente seca que afecta aquela região há quase três anos.

A informação foi avançada pelo responsável provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), Domingos Gongga, que adianta que das 200 toneladas de produtos diversos previstos foram colhidos, naquele período, apenas 125,5 toneladas devido à seca (quebra de 40%).

O sul e leste de Angola enfrentam desde finais de 2011 uma estiagem. (seca), que tem afectado seis das 18 províncias de Angola, em particular o Cunene, Namibe, Cuando Cubango, Huíla, Benguela e Cuanza Sul.

Segundo Domingos Gongga, citado pelo Jornal de Angola, a produção do milho é a mais afectada a sul, por necessitar de chuvas para a sua rega.

Congratulou-se, contudo, com o registo de uma boa safra de mandioca e batata-doce, que podem suprir o défice de outros produtos.

"A pesar da estiagem, houve um aumento substancial na produção de mandioca, que nos últimos tempos tem sido o nosso principal recurso e vamos aumentar o seu cultivo nos municípios fronteiriços, como o Cuangar, Calai e Dirico, onde a seca é maior", disse o técnico do IDA.

Domingos Gongga reconheceu ainda a situação difícil vivida pelos camponeses daqueles municípios, onde há já registo de famílias em condição de risco alimentar devido à estiagem.

Para fazer frente à situação, os camponeses têm sido aconselhados pelo IDA a praticar a agricultura de regadio, sobretudo aqueles das regiões ribeirinhas.

No entanto, acrescentou, a maioria dos camponeses ignoraram a orientação e os que acataram os conselhos viram destruídas a sua produção por elefantes e hipopótamos.

10.3 Ministério do Ambiente quer aterros sanitários em todo país

Semanário Angolense

19 De Julho de 2014

A chefe de departamento de resíduos sólidos e saneamento do Ministério do Ambiente, Joana Bernardo, informou que está contido no plano estratégico daquela instituição a implementação de aterros a nível de todo o país até 2015.

Segundo a responsável, durante a campanha «sábado verde», que decorreu no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, pela Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal), o Ministério vai construir estruturas para aterros nas 18 províncias até 2015, estando em vias a escolha dos espaços apropriados para os resíduos.

A responsável disse que algumas provinciais podem ter mais de um, tendo em conta a sua característica e necessidades, para dar vazão a todas as lixeiras a céu aberto e as não controladas.

Joana Bernardo explicou que o trabalho está a ser coordenado pela ministra do pelouro, Fátima Jardim, tendo já criado subcomissões para em conjunto com os governadores provinciais identificarem locais para a implementação do projecto.

Quanto aos espaços que estão a beneficiar de recolha de lixo, a responsável é ainda de opinião que é preciso fazer-se um estudo do impacto ambiental e ver-se qual o tipo de infra-estrutura que se pode colocar na área.

10.4 Soyo, Para além do gás e do petróleo, a outra realidade também é demasiado cruel

Jornal Agora

25 De Julho de 2014

Soube-se que o incêndio ocorrido recentemente na fábrica de gás liquefeito terá causado pânico entre a população, em virtude das altas temperaturas que se fizeram sentir, bem como do clarão provocado pela chama.

Manuel Kumbo Ngoma recorda que, desde o arranque da fábrica, a pesca e o cultivo ficaram gravemente afectados, obrigando-os a percorrer por mais de quatro milhas, até porque é proibida a circulação nas imediações da fábrica.

"Hoje, para pescar, temos de ir mais distante, porque aqui na costa não há peixe. O mesmo acontece no campo; as camponesas são obrigadas a irem cultivar nas ilhas ao longo do rio, áreas mais distantes, porque a batata e o feijão já não reproduzem como antes", frisou.

Manuel Ngoma recordou que, no dia em que ocorreu o incêndio, vários automobilistas abandonaram as suas casas em direcção à comuna mais próxima. A sorte, contou, é que foi de madrugada, enquanto muitos dormiam.

Um dos pescadores residentes na ilha do Zola levou-nos para a sua chata e contou a sua história. Disse que cerca de 30% dos moradores da referida ilha são cidadãos de nacionalidade congoleza, algo confirmado pelo soba Manuel Ngoma.

"Temos uma população estimada em cerca de 725 habitantes, mas destes, 70% são zairenses que se dedicam ao comércio de bebidas, de peixe e de combustível. Aqui na ilha, o litro de gasolina custa 150 Kwanzas e, para suportar a pesca de quatro dias, levamos 20 bidões de 30 litros cada. Também temos geradores", disse o soba Manuel Ngoma.

A autoridade tradicional escusou-se em dizer se parte do combustível transportado pelos pescadores chega ao Congo, mas o certo é que os barcos o gastam muito, sobretudo na pesca que dura cinco ou mais dias.

"Faço cinco a 10 mil Kwanzas, na safra de uma pesca diária e, para adquirir uma chata, gasto 45 mil. Fizemos a pesca rápida que denominamos de 'picasso', revelando que "nas ilhas não existem escolas, postos médicos, nem água potável, para não falar da energia eléctrica", queixou-se.

"Temos feito tudo para impedir a entrada de estrangeiros, mas eles instem, tanto é que, na semana passada, expulsámos cerca de seis congolezes. Temos população congoleza que foi registada no Censo e que já vive cá há mais de cinco anos, e são estes que facilitam a entrada quando vão à pesca nas zonas limítrofes", sustentou.

PORTO DE QUIMBOMA Um terminal artesanal localizado no bairro com o mesmo nome revela o quanto os congolezes invadem o território nacional, cada um a seu jeito, praticando comércio Km kwanzas, que são de imediato cambiados em dólares e transferidos para a RDC.

Daniel Massampu, proprietário do quintalão transformado em terminal de cargas e em mercado, disse à nossa reportagem que a viagem do Soyo à localidade do Muanda custa 2.500 Kz, enquanto, para quem deseja chegar ao Boma, ambas localidades da RDC, deve desembolsar 5.500 Kz.

Indagado sobre a legalidade dos congoleses que trabalham na descarga e carregamento dos barcos, bem como dos comerciantes que partilham o local, o ancião justificou ao dizer não ser da sua competência, pois, para isso, existe a Polícia de Guarda-Fronteira e os Serviços de Migração e Estrangeiros (SME).

"A cobrança da bagagem é feita mediante o volume e depende também do gerente do barco ou do fretador. As pessoas, às vezes, dizem que aqui se faz tráfico de gasolina, mas não é verdade, porque as autoridades sabem que existem populações a viverem nas Ilhas e que usam combustível", fundamentou.

Daniel Massampo declarou ainda que Angola e Congo estão unidos pela mesma história e laços inseparáveis, o que dificulta, no seu entender, o combate à imigração

O uso de drogas e bebidas alcoólicas caracterizam o dia-a-dia dos congoleses, nas terras do caju, do coco e do 'mbibídi' (um suco feito à base de caju), mas que, pouco a pouco, as iguarias que caracterizam a região estão a desaparecer.

"Tenho a lamentar o facto de que os congoleses, quando bebem e fumam liamba, são propensos à confusão, brigam entre si e chegam mesmo a assaltar residências só para conseguir algum dinheiro para sustentar os seus vícios", revelou.

PROSTITUIÇÃO. O facto de a Vila ser o ponto de partida e chegada de elevado número de trabalhadores das companhias petrolíferas faz que mulheres de diversas idades deixem os seus países ou províncias e se instalem no Soyo, terra que se tornou fértil em prostituição.

Susana é o nome fictício de uma jovem que aparentava ter 26 anos, diz ser natural de Cabinda, mas que, por ironia do destino, perdeu os pais e viu-se obrigada pela sua guardiã a prostituir-se desde os 14 anos.

Hoje, com uma filha de sete anos, pensa em sair desta vida, mas teme a discriminação.

"Tenho uma filha e vivo com um senhor que me maltrata muito ao ponto de exigir parte do meu salário, porque, além de me prostituir, trabalho num restaurante, onde consigo atrair os meus clientes e creio que ele não sabe que faço vida, mas não sei como deixar", confidenciou-nos com um semblante carregado de frustração.

Mamy é outra jovem que se predispôs a falar ao Agora. Como a sua predecessora, revelou, igualmente, que, ao longo do dia, trabalha como balconista numa das esplanadas localizadas à beira-mar, na 'praia dos pobres', local que também serve para atrair as suas 'presas' que, depois de algumas 'bitolas' (cervejas), querem uma companhia.

"Vivo no bairro da Paróquia com umas amigas, trabalho aqui há cerca de dois anos, mas é só para não ficar parada durante o dia e, às noites, saímos com os clientes para as boates. Quando o cliente não tem valor suficiente ou não é capaz de me pagar e custear a pensão, fazemos à beira da praia", revelou.

Este retrato da Vila do Soyo mostra algum fechar de olhos das autoridades locais e dos órgãos afins, colocando a nu o outro lado de uma realidade nacional profundamente degradada, 'sem rei nem roque'.

II. IMIGRAÇÃO

II.1 MAT e MIREX definem estratégias das fronteiras

Novo Jornal

04 De Julho de 2014

Os MINISTÉRIOS da Administração do Território (MAT) e das Relações Exteriores (Mirex) realizam esta semana em Luanda, uma reunião metodológica com vista a traçar estratégias para fazer face à imigração ilegal. Segundo o chefe do Centro de Documentação do Informação (CDI) do MAT, Sérgio Conceição, o encontro visou ainda redefinir o modo de actuação de matérias comuns pelos diferentes órgãos do Estado, face à problemática de gestão fronteiriça.

Lembrou que Angola possui uma extensa fronteira terrestre partilhada com as repúblicas Democrática do Congo, Congo, Zâmbia e Namíbia, através das províncias de Cabinda, Zaire, Uíge, Malanje, Moxico, Lunda Norte, Lunda Sul, Cuando Cubango, Namibe e Cunene o que tem propiciado a imigração ilegal, contrabando e descaminho de bens.

Dispõe ainda de uma grande extensão marítima, abrangendo as províncias de Cabinda, Zaire, Bengo, Luanda, Cuanza Sul, Benguela e Namibe, daí a necessidade da tomada de medidas, com vista conter a onda de imigração ilegal desenfreada que o país tem registado nos últimos tempos, associada à desactivação dos marcos geodésicos em determinados espaços territoriais.

Participaram da reunião, para além das provinciais e municípios fronteiriços do país, representantes dos Ministérios do Interior, da Defesa Nacional, da Justiça e Direitos Humanos, da Assistência e Reinserção Social, do Urbanismo e Habitação, das Finanças, da Agricultura, da Saúde, da Construção, da Cultura, do Comércio, entre outros intervenientes.

II.2 Imigrantes indocumentados foram expulsos no Cunene

Jornal de Angola

10 De Julho de 2014

Texto: Adelaide Muaumusi

Ao todo cinco cidadãos de diversas nacionalidades foram expulsos na semana passada na província do Cunene, através do posto fronteiriço de Santa Clara, pelo Serviço de Migração e Estrangeiro local por entrada ilegal no país, entre os imigrantes, constavam

dois nigerianos, um namibiano e dois egípcios, que foram detidos durante as acções de fiscalização realizadas na região segundo dados do boletim de ocorrências dos Serviços de Migração e Estrangeiros enviado terça-feira ao Jornal de Angola. No âmbito do combate ao fenómeno da imigração ilegal e práticas que lesam a legislação migratória angolana, foram realizadas actividades de fiscalização nos municípios de Namacunde e Kwanhama que resultaram na interpelação de dois cidadãos de nacionalidade maliana por entrada e permanência ilegal no país.

O documento adianta ainda que estão retidos na direcção provincial de investigação criminal no Cunene, sob responsabilidade do Ministério Público e SME, 18 cidadãos, entre nigerianos, somalis, quenianos, senegaleses, malianos e serra-leoneses por infracção à Lei migratória.

Diz a nota que apesar de algumas dificuldades, os efectivos do SME continuam activos no controlo do movimento migratório com o fortalecimento de acções de fiscalização em toda a dimensão da Província.

Acrescenta que a coordenação de trabalho e intercâmbio da informação com outros órgãos, designadamente da Polícia Nacional, Forças Armadas Angolanas, autoridades tradicionais e sociedade civil, têm contribuído significativamente para a interpelação e detecção de estrangeiros em situação irregular.

Neste período registou-se um equilíbrio notório no movimento de entrada e saída de pessoas nos postos fronteiriços com a República da Namíbia.

A entrada massiva em território nacional de cidadãos namibianos, na sua maioria comerciantes, está, também, ligada à realização das festas da província do Cunene.

Na semana passada, o governador da província do Cunene, António Didalelwa, efectuou uma visita de trabalho ao posto fronteiriço de Santa Clara para constatar o grau de prontidão dos efectivos aí colocados.

II.3 Repatriados aprendem português

Novo Jornal

11 De Julho de 2014

A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL para as Migrações (OIM) encerrou terça-feira, no município de Maquela do Zombo, província do Uíge, as aulas de língua portuguesa a 171 alunos, em apoio aos recentes angolanos repatriados.

Aos alunos de Maquela do Zombo, juntam-se mais 300 no Uíge e 240 alunos no Luena, que também beneficiaram de cursos de língua portuguesa, com a duração de três meses, feitos especificamente para os seus níveis de conhecimento e organizados entre 2013 e o primeiro semestre de 2014.

Segundo uma nota da instituição, a que Novo Jornal teve acesso, estas actividades tornaram-se possíveis através do financiamento generoso do povo do Japão e permitirão que os recentes retomados, com pouca proficiência na língua nacional, possam interagir e participar plenamente na vida de suas comunidades.

As aulas, organizadas em estreita coordenação com as respectivas direcções provinciais do MINARS e Educação, e implementadas por parceiros locais, destacam a contribuição continuada da OIM na reintegração sustentável dos recentes retomados nas suas comunidades.

Na sequência do acordo de paz em 2002, mais 423.343 cidadãos angolanos foram assistidos para regressarem e serem reintegrados em Angola, sob o programa regional de repatriamento voluntário implementado em conjunto pelo governo de Angola, países de acolhimento, OIM e o ACNUR, entre 2003 e 2012.

Em 2013 e início de 2014, a 10M Angola, em estreita coordenação com o ACNUR, MINARS e outros ministérios-chave, apoiou o regresso voluntário seguro de 2.022 antigos refugiados angolanos provenientes da Zâmbia (1.956), Botswana (391) e África do Sul (35).

A maioria dos retomados foi reassentado em áreas rurais e a sua longa ausência de Angola torna-os particularmente vulneráveis.

"Sem o apoio adequado, eles correm o risco de serem socialmente marginalizados dentro das suas comunidades. A 10M continua empenhada em apoiar o Governo de Angola no fornecimento de soluções de reintegração' sustentável para o benefício de ambos, os recentes repatriados angolanos e das comunidades onde forem reassentados", sublinha Salvatore Sortino, chefe de Missão da OIM em Angola.

A República de Angola é um Estado-membro da Organização Internacional para as migrações desde 1991 e a OIM opera em Angola desde 1994, com foco na assistência aos vários tipos de migrantes, como vítimas de tráfico de seres humanos, antigos angolanos refugiados e populações deslocadas internamente devido a catástrofes naturais; através da implementação de projectos multisectoriais em comunidades afectadas pela migração.

11.4 Estrangeiros expulsos por entrada ilegal

Jornal de Angola

15 De Julho de 2014

Texto: João Salvo

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) expulsou mais de 200 estrangeiros da República.

Democrática do Congo (RDC) durante o primeiro semestre deste ano, na Lunda Sul, por entrada e permanência ilegais em território nacional, anunciou no sábado, em Saurimo, o chefe do Gabinete de Estudos Informação e Análise da instituição.

Paulo Costa Sakufa explicou que os imigrantes ilegais foram detidos durante operações realizadas em parceria com outras forças da ordem afectas ao Ministério do Interior.

No mesmo período, as autoridades impediram a entrada, através da fronteira de Sakambudji, na comuna de Chilunge, de outros 23 indivíduos nas mesmas condições. Foram ainda obrigados a abandonar o país 35 indivíduos de nacionalidade maliana, chinesa, vietnamita, zambiana, zimbabuana e portuguesa.

Durante as acções de fiscalização, foram ainda autuados 15 cidadãos vietnamitas por exercerem actividades comerciais sem a devida autorização.

O SME na província da Lunda Sul tem identificados mais de 1.200 estrangeiros com visto de trabalho e, 97 outros com estatuto de refugiado.

Movimento migratório

O SME registou 12,323 movimentos migratórios de entrada e saída de nacionais e estrangeiros, nos últimos sete dias, nos postos fronteiriços de Santa Clara, Ruacaná e Calueque.

De acordo com uma nota da instituição, comparativamente a idêntico período anterior houve um aumento de 3.853 movimentos migratórios. No total, 7.465 foram feitos por nacionais e 4.858 por estrangeiros de várias nacionalidades namibianos, chineses, sul-africanos, moçambicanos, franceses, tanzanianos, norueguês, cabo-verdianos, indianos e serra leonês - que utilizaram passaporte e os chamados passes de travessia.

No período em análise, refere ainda o documento, foram expulsos cinco estrangeiros, dois dos quais de nacionalidade namibiana, um nigeriano e um egípcio, por contrabando de combustível e infracções migratórias no posto fronteiriço de Santa Clara.

A província do Cunene é, a par do Zaire e das Lundas, uma das principais portas de entrada, para Angola, de imigrantes em situação migratória ilegal.

11.5 Repatriados aprendem português

Jornal de Angola

15 De Julho de 2014

Um grupo de 171 antigos refugiados angolanos terminou o curso intensivo de língua portuguesa, em Maquela do Zombo, o que vai facilitar a sua reintegração na sociedade angolana.

A acção de formação é resultado de um financiamento do Japão e teve a duração de três meses. Beneficiou angolanos repatriados dos países vizinhos nos últimos anos, segundo um comunicado da representação em Angola da Organização Internacional para as Migrações (OIM), enviado ao Jornal de Angola.

Os participantes no curso receberam os seus certificados de conclusão do curso numa cerimónia realizada no município da Maquela do Zombo. Os 171 formandos juntam-se aos 540 compatriotas que, também durante três meses, receberam idêntica formação nas cidades do Uíge e Luena, entre 2013 e o primeiro semestre desde ano.

No comunicado, a agência especializada da ONU disse que o curso intensivo de português vai permitir que os repatriados com dificuldades em comunicar consigam interagir e participar plenamente na vida das suas comunidades.

As aulas, organizadas em estreita coordenação com as respectivas direcções provinciais dos ministérios da Assistência e Reinserção Social e da Educação e apoiadas por parceiros locais, destacam "a contribuição continuada da Organização Internacional para as Migrações na reintegração sustentável dos repatriados nas suas comunidades". O documento recorda que, na sequência do acordo de paz, assinado em 2002, mais 423:343 cidadãos angolanos foram registados para regressar a Angola no âmbito do Programa Regional de Repatriamento Voluntário (VOLREP) desenvolvido em conjunto pelo Governo de Angola, pelos países de acolhimento, pela OIM e pelo Alto Comissário para os Refugiados (ACNUR), entre 2003 e 2012.

Em 2013 e início de 2014, a representação da Organização Internacional para as Migrações em Angola, em estreita coordenação com o ACNUR, o Ministério da Assistência e Reinserção Social e outros ministérios, apoiou o regresso voluntário e seguro de 2.022 antigos refugiados angolanos provenientes da

Zâmbia, Botswana e Africa do Sul. Da Zâmbia vieram 1.956, do Botswana 391 e da Africa do Sul 35.

Pessoas vulneráveis

"A maioria dos repatriados foi alojada em áreas rurais e a sua longa ausência de Angola torna-os particularmente vulneráveis", lê-se também no comunicado da Organização Internacional para as Migrações, para quem, "sem apoio adequado, eles correm risco de serem socialmente

marginalizados dentro das suas comunidades".

A Organização Internacional para as Migrações continua empenhada em apoiar o Governo de Angola no fornecimento de soluções de reintegração sustentável para o benefício dos antigos refugiados angolanos e das comunidades onde são integrados.

Angola é Estado membro da Organização Internacional para as Migrações desde 1991 e opera em Angola desde 1994.

O seu trabalho está centrado na assistência aos vários tipos de migrantes, como vítimas de tráfico de seres humanos, antigos angolanos refugiados e populações deslocadas internamente devido a catástrofes naturais.

11.6 Controlo migratório

Jornal de Angola

16 De Julho de 2014

A migração é um fenómeno universal e tão antigo quanto a humanidade. A deslocação de pessoas e bens, além fronteiras, constitui um desafio nos tempos modernos em que a globalização e os processos de integração aceleram a locomoção humana. Atendendo a que muitos problemas enfrentados pelos Estados modernos começam pelas fronteiras, a partir das quais entram e saem as pessoas e bens, não é exagerado multiplicar os esforços na modernização e controlo dos fluxos fronteiriços.

O controlo migratório em Angola ainda inspira muitos cuidados, numa altura em que o país continua a ser encarado como uma espécie de Eldorado por parte de estrangeiros na busca de condições de vida, de trabalho e de negócios. Nada mal desde que seguindo os procedimentos legais para entrar e permanecer no nosso país.

A realidade migratória, acrescentada com os maiores trunfos que o país regista, a paz e a estabilidade, fazem de Angola uma rota inevitável quando se trata da busca de melhores condições de vida, trabalho e negócios em Africa. Os angolanos nunca fecharam as portas à

imigração e possuem das formalidades mais simples para a entrada e permanência em seu território por parte de todos quantos procuram o nosso país. As nossas representações diplomáticas estão abertas e disponíveis para a emissão de vistos de entrada e os balcões dos Serviços de Migração Estrangeiros, no país, estão inteiramente disponíveis para atender questões que tenham a ver com a regularização da permanência legal.

Os cidadãos estrangeiros que escolheram Angola para buscar as melhores condições de vida, trabalhar e fazer os seus negócios são sempre bem-vindos desde que o façam em plena observância das regras migratórias em vigor no país. Acreditamos que estes cidadãos que vivem legalmente em Angola servem como exemplo notável de que os formalismos para entrar e permanecer temporariamente em Angola são acessíveis para todos. Não seria de todo mau que estes cidadãos estrangeiros servissem como referência aos seus compatriotas na hora em que decidem entrar para o território angolano. Os chamados "comité de recepção" de estrangeiros que actuam de forma ilegal e criminosa e, não raras vezes, ligado também a crimes transnacionais, tráfico de seres, de droga, têm os seus dias contados.

As autoridades que superintendem a migração em Angola vão continuar a fazer o trabalho, responsabilizando 'todos, inclusive angolanos, por colaborarem para a imigração ilegal'.

Defendemos uma maior divulgação e campanhas de esclarecimento para levar as famílias a evitarem colaborar, consciente ou inconscientemente, com a imigração ilegal no país. Trata-se de uma realidade vivida sobretudo nas províncias que constituem os limites fronteiriços, onde o aliciamento é maior para facilitar a entrada de imigrantes ilegais. A província do Cunene; ao lado do Zaire e da Lunda Norte e Lunda Sul, constituem das principais portas de entrada, para o nosso país, de imigrantes em situação migratória ilegal...

No Zaire, o juiz presidente do Tribunal Provincial, ao preocupar-se com os cidadãos nacionais envolvidos no auxílio à imigração ilegal, fez, transparecer que muito deve mudar.

A margem do encontro dos órgãos da Justiça, que decorreu naquela província, Eugénio Domingos lembrou que "o cidadão nacional que arrenda a casa a estrangeiros em situação ilegal viola a Lei que regula o regime jurídico dos estrangeiros".

Essa advertência, claramente dirigida às famílias, devia dar lugar ao reforço das campanhas de sensibilização por parte da Direcção Provincial dos Serviços de

Migração e Estrangeiros (SME) para aumentar a consciência, conhecimento e responsabilidades das pessoas.

Não há dúvidas de que urge igualmente a observância de máxima aceleração no tratamento dos processos civis que dão entrada nos órgãos de Justiça na região, Direcção Provincial da Investigação Criminal (DPIC) e na Procuradoria-Geral da República.

Na Lunda Sul e Cunene, a situação migratória também inspira cuidados, na medida em que repetidas vezes as fronteiras são violadas por cidadãos estrangeiros que pretendem entrar ilegalmente no nosso território. Tal como informou o chefe do Gabinete de Estudos, Informação e Análise da instituição do SME, é preocupante a situação migratória naquela província.

Embora os órgãos policiais cumpram com êxito as suas responsabilidades no controlo migratório, acreditamos que devem ser redobradas as acções de prevenção e erradicação dos procedimentos migratórios ilegais.

11.7 Imigração ilegal dá forças à falsificação

Jornal de Angola
17 De Julho de 2014

A imigração ilegal e a falsificação de documentos bem como a sinistralidade rodoviária, são as principais preocupações que inquietam os órgãos judiciais no município do Soyo, província do Zaire, afirmou ontem, nesta cidade o procurador municipal do Soyo junto do tribunal, Daniel Gaspar, no final da reunião trimestral de balanço, que juntou dezenas de magistrados públicos da região e os órgãos da administração da Justiça.

O Jornal de Angola no Soyo, soube que, diariamente, o município petrolífero regista a entrada de cerca de 100 cidadãos Congolese Democráticos, desprovidos de documentos, procurando abrigo para fixar na região.

O também, porta-voz do encontro, Daniel Gaspar, foi peremptório em afirmar que fruto da onda migratória ilegal vigente a cidade petrolífera é habitada por um número elevado de cidadãos estrangeiros, na sua maioria congolese da R.D. Congo.

"Eles entram, sorrateiramente, à calada da noite ao território do Soyo, via fluvial, através de embarcações precárias" afirmou.

Tal situação, continuou, faz com que o actual quadro migratório de cidadãos estrangeiros encontre

atropelos devido a invasão desenfreada que a região sofre quer de dia quer de noite. Segundo aquele procurador os estrangeiros na ânsia da obtenção de "lucro-fácil" com vista a atingir a capital do país, Luanda, muitos acabam por enveredar na prática do exercício ilegal de actividades comercial e à falsificação de documentos. "A falta de cultura jurídica por parte da população, influencia faz com que a imigração ilegal no Soyo, se torne cada-vez-mais difícil no seu controlo. Muitos cidadãos nacionais ajudam a proteger os estrangeiros ilegais, para atingirem o nosso território" explicou a nossa fonte.

De acordo com o procurador Daniel Gaspar a promoção e auxílio a imigração ilegal é punível com a pena que pode chega até aos oito anos de prisão maior.

Segundo ele, para minimizar este comportamento, a Procuradoria no Soyo, realiza um programa radiofónico, "O Cidadão e o Direito", virado à educação jurídica aos habitantes locais, emitido todas as 4ª-urta-feira com reposição aos sábados.

"Muitos estrangeiros que residem no Soyo encontram-se em situação ilegal. Este facto faz com que seja cada vez mais crescente o número de conflitos que chegam a Procuradoria, carecendo de solução jurídica" informou Daniel Gaspar. O encontro dos órgãos que intervêm na administração da Justiça no Soyo foi presidido pelo Juiz do Tribunal Municipal, João Bengui e contou com a participação dos Magistrados do Ministério Público no Soyo, membros da Polícia de Viação e Trânsito, dos Serviço de Migração e Estrangeiros, Polícia de Guarda Fronteira e Polícia Económica, incluindo, responsáveis dos Serviços de Identificação Civil e representantes da Procuradoria Militar.

11.8 Encontro analise imigração ilegal

Jornal de Angola

22 De Julho de 2014

Texto: André Guto

O comando da Polícia de Guarda Fronteira e o Governo Provincial de Cabinda estão a programar um encontro com as autoridades da República Democrática do Congo destinado a abordar questões relacionadas com os congolezes em situação ilegal que são repatriados e regressam à província.

"Estamos a programar, com o Governo Provincial de Cabinda, uma reunião com a República Democrático do Congo para analisar esta questão e pedir colaboração, no sentido de sensibilizar os seus cidadãos no sentido de, quando forem expulsos, não voltarem a entrar ilegalmente", disse ontem em

Cabinda o comandante nacional da Polícia de Guarda Fronteira, comissário chefe António Pedro Kandela.

De visita a Cabinda desde ontem, para avaliar a situação operativa ao longo da fronteira, afirmou estar preocupado com o tráfico de combustível que continua a verificar-se com os dois Congos e com a violação da fronteira em relação à fuga ao fisco.

Ao falar à imprensa na primeira Unidade da Polícia de Guarda Fronteiras, onde se reuniu com os membros do Conselho Consultivo daquela unidade, referiu que a província de Cabinda continua entre as prioridades do comando nacional da Polícia de Guarda Fronteira, devido à fronteira comum com a República Democrática do Congo (RDC) e a República do Congo Brazzaville.

O comissário-chefe salientou que a fronteira do Yema é a de maior fluxo migratório, em termos de entrada de estrangeiros provenientes da RDC, por estar próxima e ler uma estrada asfaltada que permite chegar facilmente à cidade de Cabinda, para depois seguirem até Luanda.

Por essa razão, os efectivos da Polícia de Guarda Fronteira estão a desenvolver um trabalho destinado a impedir que estrangeiros ilegais utilizem a via da fronteira do Yema.

A visita serve também para avaliar o estado organizativo e funcional das unidades, subunidades e postos provinciais de guarda fronteira.

O comandante nacional está também a inspeccionar o grau do cumprimento da execução das ordens dadas durante a última visita relativas à protecção da fronteira e à prontidão combativa e operativa dos efectivos da, corporação. O desempenho está cada vez mais eficaz.

Durante a sua visita de cinco dias a Cabinda, o comandante nacional da Polícia de Guarda Fronteira vai visitar as subunidades e os 32 postos fronteiriços existentes, além de manter encontros com os membros dos Conselhos Consultivos das subunidades da corporação.

A imigração ilegal tem consequências de natureza económica, demográfica, política, cultural, ambiental e até mesmo implicações criminais.

As consequências económicas advêm do tráfico ilícito de diamantes e a transferência posterior de capitais de Angola para outros países.

11.9 Congolese são 70% da população nas 65 ilhas habitadas

Jornal Agora

25 De Julho de 2014

Lúcia Tomás, administradora municipal do Soyo desde 2013, é tida como uma mulher destemida na defesa dos interesses da sua terra natal, é membro do Comité Central do MPLA, partido que governa o país desde a independência alcançada em 1975, foi deputada à Assembleia Nacional durante 20 anos e, em Fevereiro de 2013, foi chamada para assumir a administração do município. Mas foi na província do Uíge onde conseguiu o seu primeiro emprego como enfermeira, na comuna do Dambi-a-Ngola, no município do Dange Kitexe.

Sendo filha de casa, como caracteriza o município hoje, comparando-o com o passado?

Estou no município que me viu nascer, por isso reconheço que a vila que temos hoje não é a mesma de outros tempos, mas tudo estamos a fazer para que o desenvolvimento não retire a caracterização do seu povo. Temos hoje cerca de 116 mil habitantes, num espaço territorial de 5.700 quilómetros quadrados, perfazendo 3% de todo o território do Zaire, localizado a Noroeste da província, limitado a Norte pelo rio Zaire, a Sul pela comuna do Tomboco, a Este pelo Município do Noqui, enquanto a Oeste temos o Oceano Atlântico. O município encontra-se constituído por cinco comunas, que são, a sede, o Unsumba, Pedra do Feitiço, Quelo e Manga Grande. A população é, na sua maioria, camponesa e pescadora, até porque somos banhados pelo Oceano e pelo rio Zaire, e possuímos terras aráveis. A isso, acresce um potencial económico, que é o petróleo e o gás liquefeito, que emprega gente de outras latitudes. O município tem ainda outro recurso natural que precisa de ser explorado, o fosfato.

Mas de todas as formas acha que o Soyo cresceu?

No que tange ao seu desenvolvimento, digo que a Vila cresceu muito, não só em termos de habitantes, mas também no que às infra-estruturas diz respeito, quer no sector da Saúde, da Educação e da Agricultura. Neste último aspecto, está em curso o programa de constituição das cooperativas, a fim de que o sector volte aos seus tempos áureos, através da mecanização e incentivos bancários aos camponeses.

A rede escolar abarca as cinco comunas. Quais são os níveis de ensino até agora ministrados?

Temos cerca de 31 mil e 171 alunos no sistema de ensino, 81 escolas, nomeadamente as do ensino

primário, do 12 e 22 ciclos, um instituto superior politécnico e contamos ainda com um universo de 955 professores. De realçar ainda que, no âmbito do programa de combate à fome e à pobreza, construímos aproximadamente 14 escolas nas distintas comunas. Devido ao crescimento demográfico que se regista, são necessárias mais escolas e professores, sendo que, para o efeito, está para breve a realização de um concurso público para o ingresso de novos quadros.

A LNG tem sido um dos parceiros fortes no sector social e, com o seu apoio, construímos uma escola.

Ainda no quadro de combate à fome e à redução da pobreza, quantas crianças beneficiam da merenda escolar?

Temos, neste momento, cerca de 3 mil 118 crianças a beneficiarem da merenda escolar, mas importa referir que tivemos que adoptar uma estratégia diferente, para conseguir estes números. A merenda não é servida aqui na comuna sede, porque entendemos que aqueles que vivem no interior passam maior dificuldade. O nosso parceiro no fornecimento dos produtos é a Refriango.

Há quem diga que as doenças hídricas e respiratórias estão em alta no município. O sector da Saúde está bem servido ou o Congo ainda é a salvação?

Digo que sim, pois eu própria tenho acompanhado o hospital municipal, onde podemos constatar as doenças diarreicas, respiratórias que incluem, principalmente, crianças e jovens.

Temos ainda uma taxa de natalidade na ordem de 12 partos por dia, não contando os partos feitos em casa, que são a maioria. Há um hospital municipal moderno ampliado e apetrechado com recurso aos apoios da empresa Angola-LNG, no âmbito da sua responsabilidade social; 12 centros médicos e 10 postos de Saúde distribuídos nos bairros da comuna sede e nas outras quatro comunas. Devido a algumas dificuldades de quadros, a unidade hospitalar está sem director.

Como é que o hospital funciona sem direcção?

Eu mesma é que me tenho dedicado ao acompanhamento da sua gestão. Tenho a destacar as doenças diarreicas agudas. A malária, as doenças respiratórias e o sarampo lideram a lista das patologias mais frequentes, mas posso realçar que tivemos também alguns casos de Chicungunya, vulgo 'catolotolo'.

E a questão dos medicamentos?

Não constitui problema, tanto é que, numa visita recente efectuada por técnicos de inspecção, foi possível referenciar a qualidade dos mesmos. O que nos falta, na verdade, são realmente os profissionais. Temos um défice muito grande em relação à nossa rede sanitária. Existem apenas 16 médicos, dos quais quatro angolanos, para esta população toda. É necessário que se aumentem os recursos humanos para cobrir a demanda.

Qual é o grau de execução do programa 'Água para todos'. A energia eléctrica já está instalada nos bairros periféricos da Vila?

Não. Há um grande défice na potência instalada em relação ao número de habitantes.

A nossa Central Térmica é de apenas 3.4 MW, mas existe um projecto para o aumento da mesma, através da Angola LNG, que prevê instalar mais duas turbinas a gás com uma capacidade de 11 MW cada, perfazendo um total de 25 MW de energia. Acredito que, depois de o projecto entrar em acção, a população do Soyo estará bem servida.

Ao nível da água, cá na comuna-sede, a grande questão passa pela superação das rupturas que se registam diariamente. Consta ainda do programa do Executivo, no âmbito das infra-estrutura integradas, a construção de uma nova Estação de Tratamento de Água (ETA), elevando, deste modo, a actual capacidade de distribuição, bem como está prevista a substituição das condutas de 300 polegadas para outras de 400. Contamos também com a construção de um novo Centro de Armazenamento deste líquido precioso.

Os automobilistas queixam-se do mau estado das vias, já que grande parte das mercadorias e o suporte de material técnico para a indústria e reconstrução são transportados por camiões. Para quando a conclusão das obras?

É bem verdade que as estradas primárias, secundárias e terciárias estão mal, e este é um problema que gostaria de ver resolvido enquanto administradora. Sentir-me-ia muito orgulhosa, na medida em que facilitaria a comunicação por via terrestre e o aumento das trocas comerciais entre os povos. Neste momento, decorrem a bom ritmo as obras de construção das pontes, sobretudo nas zonas mais críticas.

Que programas existem concretamente para o sector das Pescas e do Turismo?

Ainda não temos grandes armadores que pudessem galvanizar o sector das Pescas, no sentido de que a mesma possa dar o seu contributo necessário para a

economia local. A pesca é feita de forma artesanal, apesar de que muitos já se socorram a chatas a motor. Muito recentemente, tivemos a visita da senhora ministra ficamos a saber que, em breve, teremos um caís, que vai servir de porto pesqueiro. A zona já está localizada; os levantamentos geofísicos já foram feitos, e aguardamos que os trabalhos comecem.

No sector do turismo, temos a parcela da província com um potencial turístico muito grande, mas que a sua exploração ainda não é um facto. Há também o maior número de quartos da província, no que a hospedarias diz respeito. Existe, igualmente, um projecto de construção de um aldeamento turístico na Ponta do Padrão, a ilha que viu a chegada do primeiro branco colonialista. Estamos à espera da visita do ministro, no dia 24, para proceder ao lançamento da primeira pedra. O município conta com 116 Ilhas, das quais 65 estão habitadas maioritariamente por congolezes, com uma população na ordem dos 70%, de acordo com dados de um levantamento recentemente efectuado, o que nos obrigou a colocar nelas as nossas bandeiras da República, como forma de anunciar que o território é angolano.

Como vai o grau de execução do programa de construção de 200 fogos habitacionais?

Vai bem. Por sorte, o município consta do grupo A, e fomos agraciados com uma centralidade com quatro mil apartamentos a cargo da empresa chinesa 'CITIC'. Temos ainda o projecto Cajueiro da Sonangol, que está a construir cerca de 3.000 casas.

Como caracteriza a situação da imigração e o tráfico de combustível?

A situação está controlada, porque tivemos de tomar medidas enérgicas para contrapor esta onda, mas é possível notar alguns intrusos, pois muitos deles já vivem nas nossas ilhas e facilitam a entrada e o tráfico de combustível, mesmo depois de se ter instalado a Sonangol no Congo. O pior ainda é que os congolezes estão envolvidos na onda de criminalidade no município. Em tempos, não muito recuados, alguns destes chegaram a matar um chinês, pelo facto de o mesmo ter resistido a uma tentativa de assalto.

Há quem diga que, devido aos efeitos da Angola LNG, as plantações estão a morrer e para fazer face a isso, os produtos do campo vêm da RDC?

Sim, mas alguma parte destes produtos, dado que a nossa população é camponesa. Recordo que é visível o desaparecimento dos coqueiros e cajueiros, elementos que, desde sempre, caracterizaram a região. Agora, resta saber se, de facto, é devido ao exercício de exploração do petróleo e do gás ou da velhice das

plantas. No quadro do reforço de cooperação e de transacções comerciais entre os dois povos, vamos construir um mercado fronteiriço na localidade da Pedra do Feitiço, a fim de que possamos aumentar as receitas fiscais e ordenar a actividade. Está, igualmente, em construção o mercado municipal que vai absolver as zungueiras e todos os que vendem nas esquinas, porque até hoje não temos um mercado legalmente construído.

Muitos destes estrangeiros aqui residentes foram contabilizados durante o Censo Geral. Existe um programa de registo dos seus filhos que nascem aqui?

As instalações para efectuarmos os registos já está concluída, faltando apenas o seu apetrechamento; mas ainda não existe um projecto específico para o registo de crianças, só para os expatriados. O que se faz é o processo de registo normal de quem tenha nascido aqui.

